LORENA FERREIRA PORTES

A crítica da crítica pós-moderna: uma análise da área do serviço social brasileiro sobre as premissas do pensamento pós-moderno à luz do referencial teórico-metodológico marxiano

Relatório de Pós-doutorado realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista, campus Franca/SP

Supervisor(a): Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

Londrina
2025

Sumário

1. Apontamentos iniciais: de onde partimos e para quê? 3

2. Plano de Atividades 9

3. Situando a crítica do Serviço Social ao pensamento pós-moderno 10

3.1. A crítica pós-moderna: renúncia ao legado da Modernidade 17

3.2 De onde vem os termos? 18

3.3 A crítica da pós-modernidade à modernidade 24

3.4 No que se sustentam as críticas à modernidade? O que argumenta o pensamento pós-moderno? 29

4. O pensamento pós-moderno e seu anti-universalismo: a morte das metanarrativas 38

5. Os pós-modernistas e a morte da classe social: a defesa das identidades e da diferença 53

6. Pensamento pós-moderno e neoconservadorismo: as inflexões para o debate do Serviço Social brasileiro. 69

Referências 97

Apêndices..... 104

A crítica pós-moderna: uma análise da área do Serviço Social brasileiro sobre as premissas do pensamento pós-moderno à luz do referencial teórico-metodológico marxiano

1. Apontamentos iniciais: de onde partimos e para quê?

O interesse pela temática do pensamento pós-moderno está vinculado à experiência profissional e acadêmica na área do Serviço Social, especificamente, sobre o debate dos fundamentos do Serviço Social com ênfase na formação profissional.

A coordenação do Grupo de estudos e pesquisas sobre a formação profissional em Serviço Social no Brasil (GEPFOR) alimentou a motivação pela investigação da temática em questão e, também, trouxe elementos para adensar a compreensão sobre a teoria social crítica de Marx e os caminhos de aproximação do Serviço Social brasileiro a esse referencial teórico-metodológico. Este adensamento e construção de um processo de estudo mais acurado das obras marxianas, ocorreu por meio das disciplinas ministradas na graduação e na pós-graduação em Serviço Social. Outro ponto a destacar diz respeito às atividades desenvolvidas em um projeto de ensino que proporcionou um curso de extensão sobre os fundamentos do Serviço Social.

Desde o processo de construção da pesquisa de doutorado, temos desenvolvido estudos para aprofundar a compreensão das matrizes teórico-metodológicas que serviram de suporte analítico para o Serviço Social brasileiro em relação à interpretação da realidade social e da própria profissão. No mesmo caminho, os estudos vêm evidenciando os desdobramentos das interlocuções construídas, apontando equívocos, problematizações, bem como as tarefas que são urgentes e necessárias para reafirmar a vertente teórico-metodológica marxiana como teoria social capaz de explicar as contradições sociais oriundas do modo de produção capitalista e as possibilidades revolucionárias de sua suplantação, considerando as mediações teórico-práticas a serem desenvolvidas no campo profissional.

Diante de um conjunto de reflexões tecidas durante essa trajetória acadêmico-profissional, enfatizamos o posicionamento na defesa da discussão sobre os Fundamentos do Serviço Social, reafirmando sua importância na formação profissional (graduada e pós-graduada) e para o trabalho profissional.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social, que toma como referência o currículo mínimo de 1996, o debate sobre os fundamentos do Serviço Social teve um destaque central. Não caberá, neste momento, a explicitação de todo o percurso que foi percorrido a partir da construção do currículo mínimo de 1982, nem das críticas posteriormente apresentadas. Da mesma forma, não explicitaremos sobre as contribuições que a interlocução com o referencial teórico-metodológico marxiano proporcionou para o debate profissional.

No entanto, é importante salientar que quando abordamos a questão dos fundamentos da profissão, estamos diante de uma discussão que, embora esteja sustentada no projeto de formação profissional, sobretudo a partir de uma nova lógica curricular que aponta para a indissociabilidade de três núcleos de fundamentação , não há homogeneidade - seja na compreensão e defesa do debate sobre Fundamentos do Serviço Social de uma forma mais ampla, seja na interpretação e mediações construídas para a profissão tendo por alicerce teórico-analítico a teoria social crítica de Marx.

O que se faz presente são tônicas que se auto complementam e reforçam os fundamentos do Serviço Social como condição elementar para compreender a realidade social nas suas múltiplas determinações, na perspectiva da totalidade social e, portanto, da explicitação das contradições sociais geradas pelo modo de produção capitalista; e, por outro lado, da interpretação da própria profissão, destacando seu caráter profissional que possui um estatuto de assalariamento e que está inserida nos processos de produção e reprodução social. Nesse sentido, o referencial teórico-metodológico capaz de explicitar essas determinações do real é a teoria social crítica de Marx.

Isso posto, tem sido presente um conjunto de críticas à matriz teórico-metodológica marxiana, anunciando (como já se fez presente em outros momentos de crise capitalista) a sua morte, a morte da modernidade, a morte das classes sociais, a morte da sociedade capitalista, enfim, a morte da possibilidade de construirmos uma nova formação social, econômica e política no horizonte da emancipação humana, ou seja, o comunismo.

Diante dessas considerações, o Serviço Social não está despido dos antagonismos e divergências que se colocam no debate sobre o marxismo nas ciências humanas e sociais e, sendo assim, não está imune ao espraiamento de um pensamento (neo) conservador, que nos últimos anos, vem ocupando lugar na academia, inclusive, com argumentos

"sedutores e progressistas", espraiando-se em diversas áreas do conhecimento. Estamos falando do **pensamento pós-moderno**[1].

Nos últimos anos temos identificado, seja na produção do conhecimento e nos eventos da categoria profissional, determinados pronunciamentos e posicionamentos críticos em relação ao pós-modernismo, pós-modernidade, cultura pós-moderna, pensamento pós-moderno e outras denominações.

A crítica é pautada de forma central nas ameaças que colocam em questão a direção social da profissão que foi construída coletivamente sobretudo na década de 1990, ou , de forma mais genérica, na direção do projeto ético político do Serviço Social. Ainda, que há um forte ataque ao marxismo ou à tradição marxista e que esta crítica tem, por finalidade estratégica, contribuir com a preservação da ordem do capital, mascarando as contradições sociais que são inerentes ao modo de produção capitalista.

Embebida do discurso e da defesa do "pluralismo", de uma perspectiva progressiva em defesa dos direitos, as tendências pós-modernas são apontadas como falseadoras do real, pois anulam a totalidade social na análise da realidade, reduzindo às questões "identitárias" o teor investigativo e das lutas sociais da atualidade. Colocam-se também, possíveis riscos ao projeto de formação profissional em Serviço Social no Brasil, denunciando essas tendências pós-modernas de estarem atreladas ao fortalecimento do neoconservadorismo.

Para tanto, partimos do pressuposto que é preciso ter um conhecimento mais aprofundado e rigoroso sobre o que seria o pensamento pós-moderno, quais seus argumentos e teses centrais, quais os desdobramentos para o debate no campo do Serviço Social brasileiro e, de forma ainda mais ampla, para a construção de uma direção política das lutas sociais da classe trabalhadora.

Um dos pontos centrais da crítica pós-moderna será endereçada aos ditos fracassos, insuficiências e totalitarismo da metanarrativa marxista. Como destaca Ellen Wood (1999), os pós-modernistas (considerando um amplo espectro deste pensamento), interessam-se por linguagem, cultura e discursos; em determinadas manifestações insistem na impossibilidade de qualquer política libertadora baseada em algum tipo de conhecimento ou visão "totalizantes"; a crítica e luta política contra o capitalismo é

[1] Escolhemos o termo pensamento pós-moderno por entender que o mesmo é capaz de fazer referência tanto ao momento histórico de emersão da pós-modernidade (crítica e renúncia à modernidade), quanto ao movimento cultural que foi oriundo do pós-modernismo nas artes, arquitetura, pintura, música, literatura e outras áreas como respostas ao modernismo.

substituída pela luta política fragmentada de “políticas de identidade “ou mesmo “pessoal como político”. Wood (1990) expõe que o pós-modernismo nega a história e o universalismo, ligando-se a uma espécie de pessimismo político, pois para alguns pós-modernos “as oportunidades de oposição ao capitalismo são fortemente limitadas” (WOOD, 1999, p. 15).

Para contribuir com a exposição, ainda que breve, reforçamos o que Terry Eagleton (1999) traz no seu texto *“De vem os pós-modernistas*?”. Se para os pós-modernistas “nenhuma forma de ação política realmente ambiciosa parece possível no momento, se a chamada micropolítica parece ser a ordem do dia, é sempre tentador converter essa necessidade em virtude”. Assim, diz o autor, seríamos consolados ao pensar que nossas limitações políticas têm como que “um fundamento objetivo na realidade, no fato de que a “totalidade” social é, de qualquer modo, apenas uma ilusão” (EAGLETON, 1999, p. 25).

Tendo por base essa negação do universalismo e da totalidade social, da presença de um derrotismo político, a morte da teoria marxiana é posta exatamente em um momento histórico, econômico, político e social em que mais ela se justifica e se legitima: momento de transformações em que as contradições sociais se agudizam, em que se dão as crises econômicas, que concentra-se um enorme poderio econômico em tempos de financeirização do capital, do aviltamento da precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, de expressão máxima da barbárie do capitalismo contemporâneo e do esgotamento de qualquer perspectiva progressista ou humanizada do capitalismo e das respostas via Estado.

Diante do exposto a conclusão a que se chega (para os pós-modernistas) é a de que, na impossibilidade de superar as contradições capitalistas, de negação do sujeito revolucionário, de afirmação de novas identidades, de negação da verdade e do universalismo, da proclamação do fim da história, o que está posto é a conformação da lógica do capital, expressando um pensamento conservador.

É fundamental esse conhecimento para poder adensar os elementos críticos em relação aos fundamentos deste pensamento pós-moderno e contrapor-se rigorosamente a estes, reafirmando a matriz teórico-metodológica marxiana para a interpretação da realidade, de suas contradições sociais, da explicitação das categorias econômicas que sustentam o modo de produção capitalista, visando a suplantação da ordem do capital. Sim, a teoria social marxiana é revolucionária. Desta forma, alertamos que para a crítica do pensamento pós-moderno no campo do Serviço Social é preciso levar em consideração

as mediações necessárias, pois não se pode confundir e querer "enquadrar" uma vertente teórica em uma profissão (estatuto de assalariamento), expressando uma orientação idealista e politicista, o que já seria, de antemão, uma postura antimarxista.

É neste caminho de ampliar o conhecimento sobre o pensamento pós-moderno que desenvolvemos a pesquisa que teve por objetivos:

- **Objetivo Geral:**
  - Analisar quais são as críticas presentes na produção do conhecimento da área do Serviço Social brasileiro sobre o pensamento pós-moderno, na reafirmação dos fundamentos do Serviço Social alicerçados na teoria social crítica de Marx.
- **Objetivos específicos:**
  - Explicitar os principais pressupostos defendidos pelo pensamento pós-moderno;
  - Apresentar as tendências presentes na produção do conhecimento da área do Serviço Social sobre o pós-modernismo e sua influência no Serviço Social;
  - Apontar elementos a serem aprofundados e reafirmados na crítica marxiana sobre o pensamento pós-moderno.

Para atingir as finalidades postas, construímos um percurso metodológico que explicitaremos a seguir. Inicialmente indicamos que a pesquisa é de natureza qualitativa e caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica. Na construção de uma pesquisa bibliográfica é preciso considerar alguns elementos fundamentais. Para Lima e Mioto (2007) a pesquisa bibliográfica não se confunde com revisão de literatura ou revisão bibliográfica, uma vez que a revisão de literatura é pré-requisito no desenvolvimento de toda e qualquer pesquisa. Assim, a pesquisa bibliográfica implica um "conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório" (Lima, Mioto, 2007, p. 02).

Nessa direção, ao construir uma pesquisa bibliográfica é preciso definir os critérios que balizarão a delimitação das bibliografias que serão utilizadas, caracterização do material bibliográfico, o que se buscará, que tipo de leitura será realizada. Apontam Lima e Mioto (2007, p. 38) que é possível construir um instrumento que "que permita pinçar das obras escolhidas os temas, os conceitos, as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo".

Diante do exposto, na pesquisa que está sendo desenvolvida, *a natureza das fontes bibliográficas* consideradas são: livros, dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação da Área do Serviço Social e artigos publicados nos periódicos específicos da Área do Serviço Social avaliados como *Qualis* A1 e A2 (quadriênio 2017-2020, considerando a recente alteração *Qualis* Capes).

Para o estudo da *produção do conhecimento da área do Serviço Social sobre o tema em questão* recortamos as publicações de autores/as que são reconhecidos pela abordagem do tema e que possuem uma produção expressiva como José Paulo Netto, Josiane Soares Santos, Ivete Simionatto e José Fernando Siqueira da Silva.

Em relação às dissertações *e teses dos Programas de Pós-Graduação* em Serviço Social, levantamos as produções disponibilizadas e com acesso *no banco de dissertações e teses dos programas*: pesquisa pelos descritores pós-modernidade, pós-modernismo, pensamento pós-moderno, fundamentos do Serviço Social e pós-modernidade, pós-modernidade e conservadorismo. Nessa primeira fase de levantamento identificamos doze **(12)** produções, sendo oito (8) dissertações e quatro (4) teses. Lendo as dissertações e teses, a partir do resumo, sumário e introdução, das doze (12) publicações identificadas pelos descritores, oito (**8)** estavam direcionadas ao tema de forma mais direta, trazendo os pressupostos da pós-modernidade e reflexões para pensar o Serviço Social. Assim, consideramos como material investigativo, cinco **(5)** dissertações e três **(3)** teses.

Os mesmos descritores foram utilizados para identificar *os artigos publicados nos periódicos da área avaliados como Qualis A1 e A2*. A partir do levantamento realizado nos portais dos periódicos (*disponibilizados online*) identificamos treze **(13)** artigos. Considerando o critério de selecionar artigos que abordassem de forma mais enfática o tema da pesquisa, identificamos oito **(8)** artigos. Importante registrar que a Revista Temporalis (jan/jun 2016) teve uma edição especial para tratar da temática da formação profissional. Encontramos quatro (**4)** artigos que abordavam a discussão sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social. Em edições posteriores (2018 e 2022) encontramos mais quatro **(4)** artigos.

Apresentada a proposta da pesquisa partiremos para a exposição das sínteses construídas no percurso investigativo. Para tanto, organizamos o texto em dois momentos. Primeiramente, descrevemos as atividades realizadas durante o pós-doutoramento que foram previstas no Plano de Atividades apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp/Franca-SP. Como segundo momento, apresentaremos os resultados e sínteses elaborados durante o desenvolvimento da pesquisa.

2. Plano de Atividades:

Durante o período de pós-doutoramento (14/08/24 a 14/02/25), enquanto desenvolvíamos a proposta de pesquisa, participamos de atividades que agregaram conhecimento e aprimoraram o debate sobre o tema investigado. Destacamos as seguintes atividades:

a) Participação nas reuniões realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM), coordenado pelo Professor Dr. José Fernando Siqueira da Silva. As reuniões ocorreram quinzenalmente, na quarta-feira, das 19h às 22h. Iniciamos a participação a partir do mês de agosto, contribuindo com as discussões realizadas a partir do estudo de textos e apresentação de pesquisas (mestrado/doutorado);
b) Participação em eventos:
    a. II Encontro Internacional de Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional e II Seminário Nacional de Fundamentos do Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) – 19 e 20 de setembro de 2024, com carga horária de 20 h;
    b. Ouvinte da Mesa – Crise do Capital, lutas sociais e desafios para o Serviço Social, realizada em 24 de setembro de 2024 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, durante o VII Simpósio Internacional – Lutas Sociais, anticapitalismo e Serviço Social- América latina e Europa, com carga horária de 3 horas;
    c. VIII Congresso Paranaense de Assistentes Sociais realizado na Universidade Estadual de Londrina, de 26 a 28/09/2025;
    d. X seminário internacional – Teoria política do socialismo "política, filosofia e revolução 100 anos após a morte de Lenin", realizado de 11 de novembro de 2024 a 14 de novembro de 2024.
    e. 43º Congresso Nacional do Andes-SN, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, de 27/01/2025 a 31/01/2025.
c) Artigos/Trabalhos apresentados:
    a. Trabalho apresentado no VIII Congresso Paranaense de Assistentes Sociais: "O trabalho da(o) assistente social no atendimento regionalizado do Tribunal de Justiça do estado do Paraná: o cenário pandêmico da Covid-

19 e as implicações por parte do Serviço Social". – Autoras: Flávia Laura Soares e Lorena Ferreira Portes;

b. Trabalho apresentado no VIII Congresso Paranaense de Assistentes Sociais: "A crítica sobre o pensamento pós-moderno no debate do serviço social brasileiro". Autora: Lorena Ferreira Portes;
c. Trabalho apresentado no X seminário internacional – teoria política do socialismo "política, filosofia e revolução 100 anos após a morte de Lenin": "As contradições mundiais do "modo de produção capitalista: tecnologia, imperialismo e luta de classes, de autoria de Lorena Ferreira Portes e Guilherme Bernardi.
d. Realização de Palestra intitulada "O debate crítico do Serviço Social brasileiro e o pensamento pós-moderno" para estudantes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Unesp/Franca-SP no dia 12 de março de 2025;
e. Participação externa (Suplência) na banca de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Unesp/Franca-SP do estudante Bruno Lopes da Silva intitulada "Atribuições profissionais e Serviço Social: representações de assistentes sociais sobre as demandas das (os) sujeitas (os) atendidas (os) nos Centros de Assistência Social de Araraquara/SP, realizada no dia 06/03/2025.

3. Situando a crítica do Serviço Social ao pensamento pós-moderno

Apresentaremos nossas sínteses sobre a crítica do Serviço Social brasileiro ao pensamento pós-moderno. Tendo por referência as fontes bibliográficas selecionadas (livros, dissertações, teses e periódicos da área do Serviço Social), foi possível explicitar os/as autores/as que são recorrentemente utilizados para contextualizar e situar os aspectos críticos lançados ao pensamento pós-moderno. Os/as autores/as e textos mais citados e estudados foram: **José Paulo Netto**, sobretudo com o texto clássico publicado na revista Serviço Socia & Social nº 50, no ano de 1996, "Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil" e um texto mais recente publicado na revista Serviço Social & Sociedade em 2012, com o título "Crise do Capital e consequências societárias" ; **Josiane Soares Santos** com a publicação do livro fruto da sua dissertação de mestrado intitulado "Neoconservadorismo pós-

moderno e Serviço Social brasileiro (2007)"; e **Ivete Simionatto**, autora do texto "As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política" publicado pelo CFESS em 2009. Para trazer uma primeira exposição sobre o que essa produção do conhecimento pontuou sobre o tema investigativo da pesquisa, acrescentamos as publicações de **José Fernando Siqueira da Silva** que tem se destacado no debate sobre o que denomina de "tendência teórico-prática" influenciada pela pós-modernidade (2016), "tendência teórica inspirada nas teses pós-modernas" (2018) e "tendência teórica de inspiração pós-moderna" (2022).

Diante desses apontamentos o texto que produzimos está organizado em dois momentos articulados: 1) situar o ponto de partida da crítica de autores/as da área do Serviço Social sobre o pensamento pós-moderno; 2) discorrer sobre a emergência e aparecimento do pensamento pós-moderno, destacando a **crítica pós-moderna ao legado da modernidade.**

José Paulo Netto, em um texto clássico publicado na Revista Serviço Social & Sociedade, n. 50, em 1996, situa que na entrada da década de 1990 estava ocorrendo registro da emergência da crítica formal às correntes marxistas no campo profissional. Em relação à crítica apontava que não se apresentava como antimarxista, mas uma crítica à ortodoxia (entendida pelos críticos como dogmatismo) e uma crítica às lacunas (e não aos equívocos) existentes nos seus trabalhos. A crítica à considerada ortodoxia dirigia-se no sentido de "ampliar", "flexibilizar" e "abrir" a perspectiva teórica, "incorporando autores que sejam do gosto crítico (Habermas par uns, Foucault para a maioria) e as tendências mais prestigiadas e mais *up to date* nos círculos acadêmicos e na indústria cultural (os pós-modernos)" (Netto, 1996, p. 114). Sobre o segundo elemento de crítica, constatando que a elaboração dos anos oitenta do século passado não dispensou debates de um amplo rol de objetos (questão de gênero, de cultura, de minorias etc.), delegou à inépcia imanente das correntes marxistas a falta de enfrentamento de tais objetos, portanto, das lacunas presentes.

Netto (1996) ainda reforçou que em pouco tempo (nos próximos quatro ou cinco anos) o debate mais determinante no campo do Serviço Social seria travado em torno da direção social estratégica que foi afirmada na transição dos anos oitenta aos noventa do século passado. Assim, enfatiza o autor: "o que estará no centro da polêmica será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção social estratégia ou contê-la, modificá-la e revertê-la" (Netto, 1996, p. 117). Nesse sentido, Netto apresenta uma prospecção sobre cinco vertentes teórico-profissionais que estariam presentes no

debate do Serviço Social brasileiro. Dentre elas, destacamos o que o autor chamou de vertente neoconservadora que estaria "inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna, afinada com as tendências da moda das chamadas ciências sociais e tende seu gume crítico apontado para a revisão dos substratos das conquistas anticonservadoras dos anos oitenta" (Netto, 1996, p. 127).

O autor reforça que as profundas raízes antimodernas do conservadorismo no Serviço Social brasileiro tornaram-no habilitado a capitalizar e a integrar, na sua luta contra os avanços profissionais, muito das concepções e proposições pós-modernas. Desse modo, indica que a probabilidade da aliança do Serviço Social com segmentos conservadores é fortíssima. Essa aliança no plano ídeo-político se estende ao plano da cultura profissional e, especialmente, no âmbito teórico-analítico, destaca Netto. Continua argumentando em relação a essa aliança mencionando que "a recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria da totalidade etc., vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o microssocial". Ao estender-se para o plano operativo, essas implicações são evidenciadas "no privilégio da "mudança cultural", a centralização nas singularidades, a ênfase nas especificidades, a valorização do trabalho focalizado etc." (Netto, 1996, p. 118).

Sobre o pensamento pós-moderno no Serviço Social brasileiro, em 2007, Josiane Soares Santos publica um livro - fruto de sua pesquisa de mestrado. Para explicar o que dá fundamento teórico à pós-modernidade, a autora retoma pressupostos que sustentaram a modernidade na defesa do desenvolvimento em direção à emancipação humana e à razão dialética, situando que o projeto da modernidade foi útil à burguesia "enquanto seus interesses ainda eram expressões universais" (Santos, 2007, p. 34) e que, ao se tornar classe dominante, de revolucionária passa a ser conservadora, tentando "apagar as contradições inerentes ao ideário moderno, cujo potencial dialético está prenhe de possibilidades, de movimentos e negatividade" (Santos, 2007, p. 34). Reforça que o não cumprimento das promessas da modernidade pela burguesia não deve ser apreendidas como uma crise do projeto moderno amparado pela Ilustração, mas uma crise da modernidade capitalista.

Santos problematiza a ofensiva neoconservadora representada no que chamou de teoria social da pós-modernidade, apontando os rebatimentos deste neoconservadorismo na profissão de Serviço Social. A autora discorre sobre esses rebatimentos mencionado que, no Serviço Social, "as influências da crítica pós-moderna ao ideário da modernidade tendem a ecoar fertilmente: sua profissionalidade foi saturada de elementos antimodernos

que, do ponto de vista ídeo-teórico, se expressam no conservadorismo". Continua a argumentação afirmando que "esse componente é o fio condutor da aproximação pós-moderna, ordenada pelo sincretismo e sua habitual ausência de reservas críticas" (Santos, 2007, p. 69).

Após duas décadas da publicação do texto de Netto, José Fernando Siqueira apresenta um texto presente no livro que organizou com Teresa Gutiérrez, como expressão de quatro anos de intercâmbio e troca de experiências entre docentes pesquisadores e seus respectivos países, também por meio de bolsas de doutorado e pós-doutorado fornecias pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), envolvendo Brasil e Cuba. No seu texto, intitulado "Sociedade do capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate", o autor retoma as discussões feita por Netto em 1996 e apresenta o que denominou de tendências teórico-práticas em curso, sem a intenção de "enquadrar grupos ou individualidades e estabelecer matrizes teóricas exatas, homogêneas ou `" tipos ideais" inexistentes, como se, entre elas, não houvesse intersecções efetivas" (Silva, 2016, p. 165).

Das cinco vertentes indicadas por Netto, Silva delimita três que seriam atuantes no Serviço Social brasileiro. Recortamos uma das tendências retomadas pelo autor: *o desenvolvimento e o adensamento uma vertente neoconservadora,* reprodutora da epistemologia pós-moderna. Silva afirma que a força da pós-modernidade esteve presente a partir dos anos de 1970, momento de implantação do receituário ultraliberal de Hayek e Friedman. Recupera que a tradição pós-moderna propõe a "superação" das metanarrativas, das teorias macroscópicas e das grandes lutas (do perfil classista); esvazia as oposições e os conflitos nos campos político, filosófico, social e cultural-artístico" (Silva, 2016, p. 168). Afirma que há uma negação da lógica objetiva do próprio real e que, portanto, a verdade estaria nas consciências que produzem o conhecimento sobre o real. Ilustra como intelectuais estra tradição, Jean-François Lyotard e Michel Foucault, além de outros autores.

Em texto mais recente, Silva juntamente com Moljo (2018) ao exporem sobre a cultura profissional recolocam as análises sobre tendências teóricas no tempo atual. Explicam que tendências teóricas expressam posições teóricas que são sustentadas em determinadas matrizes do conhecimento; no entanto, advertem que as tendências com inspiração pós-moderna, utilizando-se do vocabulário de crise de paradigmas, não reivindicam uma determinada matriz, mas a crítica às metanarrativas contidas nas

narrativas da modernidade. Pontuam que uma posição teórica está em articulação com posicionamento político.

Partindo das reflexões críticas de Netto sobre as tendências pós-modernas, Silva e Moljo (2018) afirmam que são expressões do conservadorismo, num campo demasiadamente heterogêneo, apresentando múltiplas inclinações políticas que se distinguem entre uma teorização pós-moderna de capitulação e outra de oposição. Para Netto (2012),

> Do ponto de vista dos seus fundamentos teórico-epistemológicos, porém, o movimento é funcional à lógica cultural do tardo-capitalismo: é o tanto ao caucionar acriticamente as expressões imediatas da ordem burguesa contemporânea quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionalismos (Netto, 2012, p. 420).

Na esteira desta explicitação de Netto sobre a vinculação destas tendências na defesa da ordem burguesa, ou seja, do modo de produção capitalista, Silva e Moljo (2018) enfatizam que o foco predileto da conhecida "metralhadora giratória" dos pós-modernos é Marx e sua tradição.

Simionatto (2009) discorrendo sobre as dimensões teóricas, políticas e culturais do pós-modernismo explicita que a análise da realidade social pela razão dialética é desqualificada em favor das tendências fragmentárias e em detrimento dos sistemas globalizantes de explicação do mundo. Assim, "prioriza-se a esfera da cultura como chave das análises dos fenômenos contemporâneos, deslocada, no entanto, da totalidade social" (Simionatto, 2009, p. 93). Enfatiza a autora que a produção do conhecimento se centra

> nas "práticas discursivas", no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os "novos sujeitos sociais", enfeixados na ideia de um novo paradigma que toma a realidade como um "caleidoscópio de micro-objetos" incapazes de ser captados a partir das perspectivas teóricas totalizantes (Simionatto, 2009, p. 92).

Acusado de calcar-se numa visão dogmática e economicista, o marxismo é posto no debate da pós-modernidade como uma grande narrativa que exclui de suas análises as dimensões subjetivas dos processos sociais. Para elucidar essa crítica ao marxismo, retomamos as discussões de Silva.

Silva (2022), ao sumariar as tendências teóricas no Serviço Social na América Latina, aponta a quarta delas que se adensou no âmbito do Serviço Social em um contexto

de avanço do neoliberalismo – a que deriva e se inspira na diversa orientação pós-moderna. Explica o autor que apesar da heterogeneidade presente nessa tradição pós-moderna é possível destacar um elemento central: a crítica veemente direcionada à teoria social crítica de Marx. Assim, reforça Silva (2022) que

> o neoconservadorismo possui determinações diversas das orientações sumariadas anteriormente nas outras tendências. O que identifica esse heterogêneo grupo como subserviente, mais comportado ou mais rebelde em relação aos genuínos problemas humanos vividos na ordem do capital, é essencialmente a crítica feroz à abordagem classista (como luta coletiva e horizonte socialista) (Silva, 2022, p. 85).

Explica o autor que com forte demarcação antimarxista há um esvaziamento das lutas sociais enraizadas como lutas de classes, privilegiando o cultural e o identitário que relativiza o conhecimento e suas múltiplas "verdades", calcados nos discursos, no "lugar de fala" que é desclassicizado. Sendo assim, não se responde analiticamente e, também, politicamente, às contradições sociais oriundas do modo de produção capitalista, pois escamoteia que essas são produtos das relações de produção e reprodução capitalistas.

Essa rápida exposição reforça a importância teórica e política de se debruçar aos estudos sobre o pensamento pós-moderno e, consequentemente, sobre as implicações de suas teses para o campo do Serviço Social brasileiro.

Desse modo, a partir da leitura dos textos indicados, conseguimos evidenciar pontos em comum dos/as autores/as no que diz respeito às principais premissas que orientam e subsidiam o pensamento pós-moderno e quais referências teóricas e filosóficas – no campo das ciências sociais e humanas - são as mais recorrentes.

Sendo assim, destacamos ***quatro pontos*** centrais que reúnem as abordagens e críticas tecidas pelos textos produzidos por assistentes sociais, docentes e pesquisadores da área.

Um **primeiro ponto** está relacionado ao **momento histórico** que possibilitou a ofensiva pós-moderna e o **objeto da crítica** pós-moderna. Como **segundo ponto**, destacamos a crítica ao universalismo e negação das metanarrativas; o **terceiro ponto** evidenciado da crítica diz respeito à morte da classe social e a defesa das identidades e das diferenças. Como **quarto ponto** encontra-se a denúncia de que o pensamento pós-moderno é neoconservador e as inflexões no debate do Serviço Social brasileiro.

Considerando a natureza e a finalidade do texto que se apresenta, discorreremos somente sobre o ***primeiro ponto*** que se desdobra em dois aspectos: a) o momento histórico de ascensão do pensamento pós-moderno; b) o objeto da crítica pós-moderna.

a) **O momento histórico de ascensão do pensamento pós-moderno**:

Netto (1997) aponta a década de 1970 como demarcação histórica, pois apresentou grandes transformações societárias advindas da crise do capitalismo tardio (Mandel) e o exaurimento do regime de acumulação rígido para uma acumulação flexível (Harvey); pontua a translação da lógica o capital para todos os processos do espaço cultural (Jameson). Afirma que retórica pós-moderna é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua epidérmica imediaticidade (Eagleton). Situa o impacto nas esquerdas da crise do socialismo real e o registro no espaço universitário da maré-montante da pós-modernidade.

No texto de 2012, Netto retoma outros elementos como o contexto de revolução científica e tecnológica/informacional; as transformações no mundo do trabalho que desbordam os circuitos produtivos envolvem a totalidade social, configurando a sociedade tardo-burguesa que emerge da restauração do capital operada desde fins dos anos 1970. Destaca a financeirização do capital e as alterações profundas no plano econômico-objetivo da produção e reprodução das classes e suas relações, e no plano ideosubjetivo do reconhecimento da pertença de classe. Essas transformações foram alicerçadas por um projeto neoliberal que implementou a flexibilização, desregulamentação e privatização.

Santos (2007) traz a pós-modernidade, ou melhor, a hegemonia ideocultural da pós-modernidade (Jameson), no contexto da crise do regime de acumulação capitalista pós-guerra e seu correspondente modo de regulação nos anos de 1970; momento econômico da desregulamentação das economias e dos Estados nacionais (aumento da área de aplicação de capitais especulativos); de reestruturação industrial/flexibilização (Harvey); de novos padrões de regulação (neoliberalismo, acumulação flexível); e, também, de crise do sindicalismo.

Simionatto (2009) vai na mesma direção, afirmando que a emergência da pós-modernidade não é recente, mas pode ser verificada com maior intensidade a partir da metade dos anos de 1970 com a crise capitalista, provocando um novo tipo de hegemonia ideológica no estágio do capital globalizado. Em consonância com Netto, Soares e Simionatto, Silva (2016; 2022) expõe que a pós-modernidade se fez sentir a partir dos anos 1970, no mesmo momento em que o receituário neoliberal se objetivou.

b) O objeto da crítica pós-moderna:

Netto (1996; 2012) coloca que a pós-modernidade tem como ponto crítica a modernidade, alegando o exaurimento do seu programa. Santos (2007), na mesma

direção, aponta que a programática pós-moderna é apresentada como a saída para a falida era da modernidade ou crise do projeto da modernidade (Boa Ventura de Souza Santos). Simionatto (2009) explica que a pós-modernidade produz uma crítica à razão moderna e toma o marxismo como seu grande alvo. Silva (2018) coloca que o foco predileto dos pós-modernos é Marx e a sua tradição, produzindo uma crítica geral à razão, à verdade, à totalidade, à continuidade histórica, ao sujeito como capaz de atuar sobre sua história, ao progresso e a qualquer orientação emancipatória e libertadora.

Uma questão a destacar é que todos os/as autores/as consideram que a pós-modernidade situa-se num campo muito heterogêneo, com diferenciadas ênfases e perspectivas. Ao denominar o que estamos chamando de pensamento pós-moderno, os/as autores/as assim se referenciam. Netto (1996) usa as expressões "ideologia pós-moderna", "vertente teórico-profissional neoconservadora inspirada na epistemologia pós-moderna", "movimento pós-moderno". Santos (2007) escolhe o termo pós-modernidade para apresentar a sua emergência no contexto de grandes transformações econômicas, quanto para caracterizar uma certa "hegemonia ideocultural do capitalismo tardio"; denomina de "epistemologia pós-moderna"; também se utiliza da expressão "neoconservadorismo pós-moderno". Silva e Moljo (2018) referenciam como "tendência pós-moderna", Silva (2022) explica como um "discurso pós-moderno", "tendência teórica de orientação pós-moderna" e "campo de inspiração pós-moderna".

Para dar sustentação teórica ao primeiro ponto evidenciado nos textos, os/as autores/as recorrem com frequência ao mesmo referencial bibliográfico. Salientamos os mais citados: Lyotard, Harvey, Mandel, Jameson, Santos, Rouanet, Eagleton, Habermas, Anderson e Foucault.

A partir do delineamento feito, discorremos sobre o primeiro ponto comum identificado nos textos selecionados: o **momento histórico** que possibilitou a ofensiva pós-moderna e o **objeto da sua crítica**.

3.1. A crítica pós-moderna: renúncia ao legado da Modernidade

> *"O Iluminismo está morto, o Marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto ... e o autor também não se sente muito bem". Neil Smith*

A partir das leituras dos textos selecionados da área do Serviço Social para o estudo sobre o pensamento pós-moderno, não foi possível identificar com mais profundidade um aspecto que consideramos fundamental – **o de caracterizar o que se compreende e se denomina por pós-modernidade e pós-modernismo.** Assim, questionamos: qual a concepção sobre pós-modernidade? No que se assenta o movimento do pós-modernismo?

Nos textos em questão, os/as autores/ ao se referirem ao pensamento pós-moderno, apontando alguns de seus pressupostos basilares que foram objeto de crítica, mas não aprofundam a emergência da pós-modernidade e no que se sustenta o pós-modernismo.

Considerando a necessidade dessa demarcação, realizamos uma incursão em autores de vanguarda sobre o tema que trazem contribuições para que possamos alargar a compreensão sobre a questão.

3.2 De onde vem os termos?

Iniciamos a exposição partindo de uma explicação feita por Eagleton (1996) no prefácio de sua obra "As ilusões do pós-modernismo" em que afirma que a palavra **pós-modernismo** "refere-se em geral, a uma forma de cultura contemporânea, enquanto o termo **pós-modernidade** alude a um período histórico específico" (Eagleton, 1996, p. 03). Embora faça essa distinção, o autor não se dedica a trazer mais elementos e opta por adotar o termo mais trivial "pós-modernismo". Nesse sentido, considerando a imensa heterogeneidade que compõe o pós-modernismo, unifica o período histórico (pós-modernidade) e a consequente cultura dominante (pós-modernismo) no conceito de pós-modernismo. Indica que as análises que apresenta partem de premissas socialistas.

Featherstone (1990) ao discorrer sobre as definições e interpretações sobre moderno e pós-moderno enfatiza que é proveitoso identificar a família de termos derivada de "pós-moderno", podendo ser mais bem compreendida mediante a contraposição com a família de termos derivados de "moderno". Assim, por serem termos genéricos (moderno e pós-moderno) é visível que o prefixo "pós" (*post*) significa algo que vem depois, uma quebra ou ruptura com o moderno, definida em contraposição a ele. Ao considerar o pós-moderno como um termo relativamente indefinido e que não estaria ainda plenamente desenvolvido capaz de ser definido em toda a sua amplitude, o autor

recomenda que é necessário olhar os pares mais profundamente. Nas palavras do autor "esse par sugere o sentido de época dos termos" (Featherston, 1990, p. 20).

É importante mencionar a delimitação feita por Harvey (1992) de que a pós-modernidade deve ser apreendida como condição histórica, situada em um momento de crise da superacumulação capitalista iniciada no final dos anos de 1960 e que alcançou seu auge em 1973. Sobre essa delimitação abordaremos mais tarde.

Ao nos referirmos à pós-modernidade/pós-modernismo precisamos considerar algo umas questões centrais. Nos valeremos de autores/as que situam o que seriam esses termos e como melhor compreendê-los.

Featherstone (1990, p. 17) alerta para o fato de que "qualquer referência ao termo "pós-modernismo" imediatamente nos expõe ao risco de sermos acusados de perpetuar uma moda intelectual passageira, fútil e sem importância". Continua o alerta dizendo que um "dos problemas é que o termo está em moda e, ao mesmo tempo, é irritantemente difícil de definir". Defende o autor que precisamos ter em mente uma noção mais clara do leque dos fenômenos geralmente incluídos sob o "guarda-chuva conceitual do pós-modernismo", considerando o amplo leque de campos artísticos, intelectuais e acadêmicos nos quais o termo foi aplicado: música; artes plásticas, literatura, cinema, fotografia, arquitetura, teoria e crítica literárias, filosofia, antropologia e geografia.

Embora alerte para os riscos de uma definição dos termos, Featherstone (1990) traz indicativos importantes. Para o autor, falar em pós-modernidade é sugerir a mudança de uma época para outra ou a interrupção da modernidade, implicando na emergência de uma nova totalidade social, com seus princípios organizadores e distintos. O uso do termo pós-modernidade designa uma nova ordem social e uma mudança de época. Menciona o autor que assim como no par modernidade – pós-modernidade, o par modernismo – pós-modernismo estamos diante de um leque de significados distintos.

No sentido restrito, "modernismo" indica para Featherstone (1990, p. 24) "indica os estilos que associamos aos movimentos artísticos originados na virada do século (XIX para XX) e que até recentemente predominaram nas várias artes". O pós-modernismo nas artes, contrapondo-se ao modernismo, tem como características centrais "a abolição da fronteira entre arte e vida cotidiana; a derrocada da distinção hierárquica entre alta-cultura e cultura de massa/popular; paródia, pastiche, ironia, diversão e a celebração da "ausência de profundidade" da cultura; o declínio da originalidade/genialidade do produtor artístico e a suposição de que a arte pode ser somente repetição" (1990, p. 25).

Há ainda uma utilização mais ampla dos termos "modernismo" e "pós-modernismo" que "designa complexos culturais mais abrangentes: isto é, o modernismo como a cultura da modernidade, e pós-modernismo como a cultura emergente da pós-modernidade" (1990, p. 25).

Ao retomar as origens da pós-modernidade Perry Anderson (1999) produz uma obra considerável apresentando os primórdios do pós-modernismo como termo e ideia. Explica que nasceu numa periferia distante e não no centro do sistema cultural da época. Portanto, os termos pós-modernismo e modernismo não vêm da Europa ou dos Estados Unidos, mas da América hispânica. Explica que a criação do termo "modernismo" designou um movimento estético a um poeta nicaraguense que escrevia num periódico guatemalteco sobre um embate literário no Peru. Iniciado por Rubén Darío, em 1890, a corrente que levou o nome de *modernismo* inspirou-se em escolas francesas para fazer uma declaração da independência cultural face à Espanha, desencadeando um movimento de emancipação das próprias letras espanholas em relação ao passado. No inglês o a noção de "modernismo" só passou a ser usada de forma mais geral meio século depois. Situa historicamente a criação da ideia de um "pós-modernismo" no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes do seu aparecimento na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Quem imprimiu o termo *postmodernismo* foi Federico de Onís para indicar uma reação de menor importância ao modernismo.

O termo ficou mais conhecido e popular na década de 1960, em Nova York, quando foi usado por jovens artistas, escritores e críticos para designar um movimento para além do alto-modernismo considerado esgotado e que era rejeitado por sua institucionalização no museu e na academia. O termo também foi utilizado amplamente na arquitetura dos anos de 1970 e 1980 e se espraiou no debate do pós-modernismo das artes. Anderson destaca que após a segunda guerra mundial, numa época de luta contra o comunismo, Charles Olson trouxe contribuições para fortalecer as críticas ao moderno, à modernidade, definindo o presente como pós-moderno ou pós-Ocidente, pós-humanista, pós-histórico. Esses termos vinham de um típico projeto poético. Anderson explica que no último dia de janeiro de 1949, após um cerco pacífico, tropas comunistas entraram em Pequim, completando a libertação do nordeste da China. Quase que imediatamente, Olson começou a compor um poema concebido como resposta à obra-prima modernista de Eliot. No ano seguinte Olson produziu o manifesto estético (*Projective Verse*) que teve repercussão. Como crítico feroz do humanismo racionalista, Anderson afirma que Olson podia parecer próximo de uma concepção heideggeriana do Ser como integridade

primordial. Segundo Anderson, o poeta via o futuro como um projeto coletivo da autodeterminação humana – o homem como "perspectiva". Com Olson, "uma teoria estética ligou-se a uma história profética, com uma agenda que aliava a inovação poética à revolução política na tradição clássica das vanguardas europeias do período anterior à guerra" (Anderson, 1999, p. 18). No começo dos anos de 1950, a poesia de Olson tornou-se esporádica e sintética e a referência ao pós-moderno sumiu.

Anderson menciona que em 1959, C. Wright Mill e Irving Howe (pertencentes à esquerda nova-iorquina) retomaram o termo pós-moderno como indicação negativa do que era *menos*, não mais, moderno. O sociólogo Mill usou o termo para indicar uma época na qual os ideais modernos do liberalismo e do socialismo tinham falido, quando a razão e a liberdade se separaram numa sociedade pós-moderna de impulso cego e conformidade vazia. O crítico, de modo mais brando, usou-o para descrever uma ficção contemporânea incapaz de sustentar a tensão modernista com uma sociedade circundante cujas divisões de classe tornavam-se cada vez mais amorfas com a prosperidade do pós-guerra. O emprego do termo por Howe e Mills foi invertido por Fiedler e Etzioni. A versão de Fiedler para o pós-moderno centrava-se no apelo à emancipação do vulgar e à liberação dos instintos, como um eco despolitizado da insurreição estudantil da época. Etzioni, ficou famoso por sua pregação da comunidade moral, dedicando seu livro aos seus alunos em Colúmbia e Berkeley no ano da rebelião universitária. Falava num período pós-moderno a partir do fim da guerra em que se declinava o poder das grandes empresas e das elites estabelecidas e em que a sociedade estaria vendo pela primeira vez democrática, "senhora de si mesma".

Alerta Anderson que o uso do termo pós-moderno nesse período ainda carecia de uma definição mais bem construída, pois ainda se constituía uma improvisação terminológica ou posição causal". Continua explicando que "uma vez que o moderno – estético ou histórico – é sempre em princípio o que se deve chamar um presente absoluto,e ele acaba criando uma dificuldade peculiar para a definição de qualquer período posterior, que o converteria numa passado relativo" (Anderson, 1999, p. 20). A necessidade ocasional de um marcador de diferença social se expressa no recurso a um prefixo (pós) denotando o que vem depois e, sendo assim, já conduz a um conceito. O autor enfatiza que "o uso nesse sentido do termo "pós-moderno" sempre foi de importância circunstancial" (Anderson, 1999, p. 20). Agora, o desenvolvimento teórico, diz Anderson,

é outra coisa, pois a noção de pós-moderno só ganhou difusão mais ampla a partir dos anos de 1970.[2]

O legado de Olson ressurge em 1972, com o lançamento de uma publicação que trazia o subtítulo *Revista de Literatura e Cultura Pós-modernas* – o periódico *boundary 2*. O ensaio chave na primeira edição, de autoria de David Antin, intitulava-se "Modernismo e pós-modernismo: abordando o presente na poesia americana". Um ano depois, *boundary 2* dedicou uma publicação dupla a "Charles Olson: reminiscências, ensaios, crítica" que foi a primeira avaliação integral desde sua morte. De acordo com Anderson (1999, p. 23), "foi essa acolhida que pela primeira vez estabeleceu a ideia de pós-moderno como referência coletiva", que sofrerá alterações no processo. Esse retorno e apelo de Olson "por uma literatura prospectiva para além do humanismo foi lembrado e reverenciado" (Anderson, 1999, p. 24).

No entanto, depois de mais de vinte anos de guerra fria, a revista *boundary 2* ficou restrita na análise retrospectiva do próprio editor, caracterizando-se por uma revista literária, marcada por um existencialismo originalmente sartreano e depois cada vez mais atraído por Heidegger. Um dos primeiros colaboradores da revista foi Ihab Hassan, crítico que publicou seu primeiro ensaio sobre pós-modernismo pouco antes do lançamento de *boundary 2*. Hassan, quando lançou a noção de pós-modernismo em 1971, incorporou no que chamava de "literatura do silêncio", um espectro mais amplo de tendências que ou radicalizavam ou rejeitavam as principais características do modernismo, estendendo às artes visuais, à música, à tecnologia e a sensibilidade em geral. Usando a noção de Foucault de corte epistemológico, Hassan indica mudanças semelhantes na ciência e na filosofia, na esteira de Heisenberg ou Nietzche. Anderson explica que a concepção de Hassan para o pós-moderno tinha um limite embutido, uma vez que barrava a passagem ao social. Interessante mencionar que em meados da década de 1980, Hassan, ao visitar uma exposição de *design* no Grand Palis intitulada *Estilos 85*, que exibia uma vasta coleção de objetos pós-modernos, "de clipes de papel a iates", teve certa repulsa. Ao escrever a introdução da sua coletânea de textos sobre o assunto – A guinada pós-moderna em 1987- , deixou claro que o título era também uma espécie de despedida, anunciando

[2] Para buscar mais informações sobre o pós-modernismo cultural/artístico ver Perry Anderson (1999) que no seu livro "As origens da pós-modernidade" apresenta elementos fundamentais para compreender os primórdios, a cristalização, a compreensão, os efeitos posteriores e o alcance da cultura pós-moderna. David Harvey (1992), no seu livro "A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural" também apresenta uma rica análise sobre a passagem da modernidade à pós-modernidade na cultura contemporânea".

que o próprio pós-moderno mudou e deu uma guinada errada; para ele o pós-modernismo foi encurralado entre a truculência ideológica e a ineficácia desmistificadora, ficando preso no seu próprio *Kitsch*, tornando-se uma espécie de "pilhéria eclética, refinada lascívia de nossos prazeres roubados e descrenças fúteis" (Hassan, 1987, citado por Anderson, 1999, p. 28).

O motivo da desilusão de Hassan com o pós-moderno serviu de inspiração da mais destacada teorização do pós-modernismo que veio depois da sua. Conta Anderson (1999 p. 28) que "ironicamente, foi a arte à qual deu menos atenção que afinal projetou o termo para o domínio público em geral". Robert Venturi e seus colegas Denise Scott Brown e Steven Izenour publicaram, em 1972, o manifesto arquitetônico da década, *Learning from Las Veg*as. Foi um ataque ao modernismo e indicou uma renovação da histórica ligação entre arquitetura e pintura, artes gráficas e escultura, ou seja, um primado exuberante do símbolo sobre o espaço. Harvey (1992) aponta que o centro dessa obra, como diz seu título, era "insistir que os arquitetos tinham mais a aprender com o estudo de paisagens populares e comerciais do que com a busca de ideais abstratos, teóricos e doutrinários". Assim, era hora "diziam os autores, de construir para as pessoas, e não para o Homem" (Harvey, 1992, p. 45)

O lançamento em 1977 de "*Language of Post-modern Architecture"* de Charles Jenks, foi demarcador. Ele datou o final simbólico do modernismo e a passagem para o pós-modernismo em 15 de julho de 1972 às 15h32 , quando o projeto de desenvolvimento da habitação Pruitt-Igoe, de St Louis foi dinamitado como um ambiente inabitável para as pessoas de baixa renda que abrigava. As ideias do "alto modernismo" cederam cada vez mais espaço à irrupção de diversas possibilidades. Como pontua Harvey (1992, p. 45), "as torres de vidro, os blocos de concreto e as lajes de aço pareciam destinadas a dominar todas as paisagens urbanas de Paria a Tóquio e do Rio a Montreal, denunciando todo ornamento como crime, todo individualismo como sentimentalismo e todo romantismo como *kitsch* foram progressivamente sendo substituídos por blocos-torre ornamentados, praças medievais e vilas de pesca de imitação, habitações projetadas para as necessidades dos habitantes, fábricas e armazéns renovados e paisagens de toda espécie reabilitadas, tudo em nome da defesa de um ambiente urbano mais satisfatório".

Buscamos trazer, mesmo que superficialmente, as origens do termos pós-moderno e pós-modernismo no campo estético para situar o movimento de crítica à modernidade e ao modernismo que se espraiará em outras áreas. Sem a pretensão de se debruçar sobre as análises críticas do movimento estético do pós-modernismo, a intenção foi meramente

contextualizar o seu ponto de partida em que se desenvolverão múltiplas tendências. Nesse sentido, continuaremos a dissertar sobre o tema envolvendo outras áreas de sua manifestação.

3.3 A crítica da pós-modernidade à modernidade

Na direção de aprofundar o conhecimento sobre os termos é legítimo reconhecer a afirmação elementar entre os estudiosos e teóricos que se debruçaram a pesquisar e produzir conhecimento sobre a questão da pós-modernidade, qual seja: **a pós-modernidade consiste em escancarar uma crítica à modernidade.**

As críticas são construídas por diferentes ênfases, sendo reproduzida como apresenta Rouanet (1993) com as afirmações de que "a modernidade está em crise", que está chegando a um encerramento, que há "um descrédito da modernidade" que resulta em um fracasso político (Eagleton, 1998), de que a "pós-modernidade apresenta-se deliberadamente sob os traços de uma anti-modernidade (crítico da *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, citado por Habermas, 1980, p. 05), que o termo pós-moderno "situa o movimento em uma posição histórica e filosófica contrária ao modernismo" (Hicks, 2011) ou partilhando de outros enfoques como coloca Guiddens (1991) de que estaria ocorrendo "descontinuidades da modernidade", ou ainda na exposição de Santos (1999) de que nos encontramos numa fase de "transição paradigmática da modernidade "expressando-se duplamente; por um lado denunciando que as promessas da modernidade "não foram nem poder sem cumpridas" e, de outro, "depois de dois séculos de promiscuidade entre modernidade e capitalismo, muitas promessas emancipatórias não podem ser cumpridas em termos modernos nem segundo os mecanismos desenhados pela modernidade (Santos, 1999, p. 35). Destacamos ainda o posicionamento de Habermas (1980) de que a modernidade é um projeto inacabado.

Com esses rápidos apontamentos organizaremos a exposição sobre a proposta investigativa buscando cumprir duas tarefas. A primeira consiste em trazer as principais características da Modernidade para, em seguida, abordar as da Pós-Modernidade.

Pois bem, **no que consiste a Modernidade**?

Em termos gerais, enquanto momento datado historicamente, a modernidade surgiu com o Renascimento e foi definida em relação à Antiguidade, como no debate entre os Antigos e os Modernos. Do ponto de vista da teoria sociológica alemã do final do século XIX e do começo do século XX, a modernidade contrapõe-se à ordem tradicional,

implicando a progressiva racionalização e diferenciação econômica e administrativa do mundo social. Tem-se o nascimento do Estado Moderno, capitalista-industrial (Featherstone, 1990).

Compreender a Modernidade é reconhecer que esse período histórico tem como demarcador geográfico o Ocidente e é fruto da Ilustração europeia "a partir de motivos da cultura judeo-clássica-cristã e aprofundando nos dois séculos subsequentes por movimentos como o liberal-capitalismo e o socialismo" (Rouanet, 1993, p. 09).

Importante reforçar, a partir das elucidações feitas por Roaunet (1993), que a Ilustração não se confunde com o Iluminismo, pois a primeira diz respeito a um determinado momento na história cultural do Ocidente e, o segundo tem uma existência conceitual pois é a destilação teórica da corrente de ideias que floresceu no século XVIII em torno de filósofos enciclopedistas como Voltaire e Diderot, e de herdeiros dessa corrente, como o liberalismo e o socialismo. Ao selecionar a Ilustração, o liberalismo e o socialismo como as constelações históricas que decantam a ideia iluminista, não significam que essas três correntes esgotem o conteúdo do Iluminismo. A Antiguidade clássica, o cristianismo, a Renascença e a Reforma foram forças poderosíssimas, mas de certo modo todas confluíram para a Ilustração e já estão contidas nela.

A modernidade constitui-se de uma parteira extraordinária: neste período histórico deu-se o desenvolvimento e amadurecimento de um sistema filosófico (até o século XVIII apenas a filosofia fornecia explicações sobre o mundo) que caminhou pelos debates e construções de diferentes tendências filosóficas desde os racionalistas e empiristas (Descartes, Locke, Bacon), pelo criticismo kantiano, pelas oposição entre idealistas e materialistas, com destaque à filosofia especulativa de Hegel e pelas críticas ao modo de produção capitalista tecidas por Marx e Engels; pela filosofia positiva de Comte, pelas correntes do século XIX que tiveram nas figuras de Schopehauer, Nietzsche e Kierkegaard seus expoentes.

No século XX, como expôs Lara (1986) a filosofia vai ressentir-se dos traumas gerados pelas feridas e as limitações da ordem burguês-liberal que proporcionaram descrédito aos valores apregoados pela Revolução de 1789 e, sobretudo, desacreditou o ideal humanista. O humanismo, com seu ideal de racionalidade e liberdade, entrou em crise, pois as propagandas em defesa de uma visão prometeica do homem, da crença no progresso infinito, da exaltação do homem e a promessa de reconciliação universal dos homens para além das divisões irracionais, esvaem-se. Anuncia-se a morte do humanismo. Algumas correntes, como o neopositivismo e o estruturalismo, cujas raízes

estão no século XIX e mesmo antes, vão decretar a morte do homem. Outras como a fenomenologia, o existencialismo e o marxismo farão um esforço hercúleo para pensar o ideal humanista, colocando-o em novas bases. Ainda nesse cenário, importante reforçar que se a modernidade inaugurou a ciência moderna em que será notória a imanência da razão, também se assistirá um momento a-razão/antirazão/irracionalismo.

A razão iluminista foi o guia da modernidade que teve como um de seus pontos sustentadores a ideia do progresso humano. O projeto da modernidade que entrou em foco durante o século XVIII, equivaleu a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas no desenvolvimento da ciência em favor do progresso humano. Pontua Harvey (1992) que o "desenvolvimento de formar racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana" (Harvey, 1992, p. 23). Movido pela ideia do progresso, o projeto da modernidade foi "um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões" (Harvey, 1992, p. 23). Sendo assim, a modernidade "é o produto dos processos globais de racionalização, que se deram na esfera econômica, política e cultural" (Rouanet, 1993, p. 120).

Em relação **à modernidade econômica**, o autor destaca que a Ilustração ajudou a criar uma mentalidade favorável ao comércio, ao ganho e ao trabalho, reforçando a ética econômica gerada pela Reforma protestante. A Ilustração concorreu de modo decisivo para lançar as bases da nova fase do capitalismo – o capitalismo industrial. O papel da Ilustração é reforçado por Rouanet (1993) ao mencionar que ela minou as relações de produção do *Ancien Régime,* contribuindo para a criação de uma força de trabalho livre, ajudando a eliminar os últimos vestígios da servidão que ainda existiam na Europa, principalmente os *servi glebae* vinculados a mosteiros e ordens religiosas, facilitando a formação de mão-de-obra para a produção fabril.

Sobre os aspectos econômicos Santos (1999) expõe que o projeto sócio-cultural da modernidade constituiu-se entre o século XVI e finais do século XVIII e que só a partir daí se inicia verdadeiramente o teste do seu cumprimento histórico e esse momento coincide com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante nos países da Europa que integraram a primeira grande onda de industrialização. Assim, "o trajecto histórico da modernidade está intrinsicamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais" (Santos, 1999, p. 79).

É inconteste reconhecer os avanços científicos e tecnológicos que a modernidade- **no plano econômico, com o desenvolvimento capitalista** -, trouxe para a sociedade a partir do século XVIII, mas estendendo-se dos dois séculos posteriores. Marx e Engels reconheciam esses avanços, não numa perspectiva de um elogio de redenção, de recepção acrítica dos desdobramentos nefastos que acabaram sendo proporcionados, mas enfatizando o papel revolucionário que a burguesia desempenhou na história. No Manifesto do Partido Comunista, elaborado pouco antes da eclosão das revoluções de 1848, um conjunto de passagens ilustram esse papel revolucionário da burguesia. "A burguesia, onde conquistou o poder, destruiu as relações feudais, patriarcais, idílicas"; "afogou a sagrada reverência da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia sentimental do burguês filisteu nas águas geladas do cálculo egoísta"; "foi ela quem primeiro provou o que a atividade dos homens pode realizar: criou maravilhas maiores que as pirâmides egípcias, os aquedutos romanos e as catedrais góticas"; "a burguesia, pela exploração do mercado mundial, conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países".

Marx, filho da Modernidade e do Iluminismo, foi um grande crítico do momento histórico-social em que viveu e elaborou sua teoria social. Ao passo que reconhece os avanços da burguesia no enfrentamento do poderio feudal e religioso, nas mudanças no campo da produção social que alavancou o desenvolvimento das forças produtivas, dedicou-se, inexoravelmente, a compreender a lei que rege o modo de produção capitalista, ou seja, a lei econômica da sociedade burguesa, seus alicerces estruturadores, como o mais-valor, o trabalho assalariado e a acumulação contínua e ampliada do capital. Partindo da premissa de que as lutas de classes movem a história e explicitam as contradições sociais inerentes a essa determinada formação econômica e social, Marx e Engels, ainda no Manifesto, alertam que "as armas que a burguesia empregou para abater o feudalismo volta-se hoje contra a própria burguesia (1998, p. 12). O caráter revolucionário e, portanto, o sujeito revolucionário (proletariado) está elucidado, a ideia do comunismo como suplantação do capitalismo e, portanto, como condição histórica e econômica (condição como possibilidade concreta e não como realização etapista e historicista) está posta. Ao escancarar, num processo científico longo e obstinado agregado à sua inserção política nas lutas sociais dos proletários e demais trabalhadores, Marx não só explica as leis tendenciais que regem o modo de produção capitalista, mas nos oferece as possiblidades de sua destruição e superação tendo por horizonte emancipatório a construção do comunismo. Sobre as contribuições da teoria social crítica

de Marx e sua reafirmação em contraposição ao pensamento pós-moderno, nos deteremos no decorrer do texto que se apresenta.

Quanto à **modernização política**, tomando por referência Max Weber, Rouanet (1993) explica que os filósofos foram ativos em cada uma das dimensões da racionalização que exprimiu uma das marcas da modernidade: a racionalização do Estado para eliminação da anarquia feudal; racionalização da justiça; a racionalização das leis; racionalização do sistema fiscal; racionalização administrativa. Como pontua Rouanet, baseando-se em Weber, o programa da modernização política da Ilustração tem uma fórmula simples: dominação legal. Ocorre um distanciamento da dominação tradicional do Estado absolutista, legitimando a crença em regras normativas e o direito dos governantes de exercerem sua autoridade em função dessas regras.

A **modernização cultural** impulsionada pela Ilustração foi marcada por sua contribuição ao processo de desencantamento (*Entzauberung*) como discorreu Max Weber retomado por Rouanet (1993). O elemento central da modernização cultural foi a crítica da religião. Era preciso "limpar o terreno até então ocupado pelo fanatismo e pela superstição" na criação de um mundo humano, regido pela razão. A batalha da Ilustração era "derrubar os altares e instalar no mundo o reino da razão. Era um mundo sem mitos, sem bruxas e sem fantasmas: um mundo desencantado, no sentido weberiano" (Rouanet, 1993, p. 132). A campanha antirreligiosa tem um correlato positivo, importante para o progresso e institucionalização da ciência quanto o processo de dessacralização: a campanha da ciência.

No seu texto "O discurso filosófico da modernidade" (2000), resgatando a concepção de modernidade para Hegel, Habermas expõe que a modernidade - retomando os acontecimentos-chave históricos da Reforma, Iluminismo e Revolução Francesa -, estabeleceu o princípio da subjetividade. Com Lutero, a fé religiosa tornou-se reflexiva; contra a fé na autoridade na predicação e da tradição, o protestantismo afirma a soberania do sujeito que faz valer seu discernimento. Depois a Declaração dos Direitos do Homem e o Código Napoleônico realçaram o princípio da liberdade da vontade como o fundamento substancial do Estado, em detrimento do direito histórico. Além disso, continua Habermas, o princípio da subjetividade determina as manifestações da cultura moderna. Portanto, na modernidade, "a vida religiosa, o estado e a sociedade, assim como a ciência, a moral e a arte transformam-se igualmente em personificações do princípio da subjetividade" (Habermas, 2000, p. 28).

Primeiramente, isso vale para a ciência objetivante que, ao mesmo tempo, desencanta a natureza e liberta o sujeito cognoscente; os conceitos morais dos tempos modernos são talhados para reconhecer a liberdade subjetiva dos indivíduos. Fundam-se, por um lado, no direito do indivíduo de discernir como válido o que ele deve fazer; por outro, fundam-se na exigência de que cada um persiga os fins do bem-estar particular em consonância com o bem-estar de todos os outros. A arte moderna revela a sua essência ao romantismo; a forma e o conteúdo da arte romântica são determinados pela absoluta interioridade (Habermas, 2000).

Rapidamente abordadas algumas características da Modernidade passaremos a compreender as críticas que são elaboradas e constituem o heterogêneo pensamento pós-moderno.

3.4 No que se sustentam as críticas à modernidade? O que argumenta o pensamento pós-moderno?

Santos (1999) define a Modernidade, ou melhor, o paradigma cultural da Modernidade, como constituído antes de o modo de produção capitalista se ter tornado dominante e extinguir-se-á antes deste último deixar de ser dominante. Será superado uma vez que "a modernidade cumpriu algumas das suas promessas e, de resto, cumpriu-as em excesso". Sendo assim, "é obsolescência na medida em que a modernidade está irremediavelmente incapacitada de cumprir outras de suas promessas". O que Santos procura justificar é que o projeto sociocultural da modernidade é muito rico, capaz de infinitas possibilidades e, sendo assim, muito complexo. É um projeto ambicioso e revolucionário, pois apresenta possibilidades infinitas que contemplam tanto o excesso das promessas como o défice do seu cumprimento. O excesso estaria na aspiração em buscar conciliar valores tendencialmente contraditórios, como da justiça e da autonomia, da solidariedade e da identidade, da igualdade, da subjetividade e da liberdade (o pilar da emancipação) com a lógica da maximização do Estado, do mercado ou da comunidade (o pilar da regulação).

Santos (1999) argumenta que o pilar da emancipação, trazendo aspectos no domínio moral-prático, não foi efetivado uma vez que o chamado socialismo científico foi marginalizado; embora reconheça as potencialidades da Revolução Russa e dos movimentos vanguardistas no campo estético-expressivo (futurismo, surrealismo, dadaísmo, construtivismo russo), afirma que estes movimentos ou foram liquidados pelo fascismo e pelo estalinismo ou foram absorvidos no cânone modernista. O autor reforça

seus argumentos mencionado que o princípio do mercado adquiriu pujança sem precedentes, extravasando o econômico e procurando colonizar tanto o princípio do Estado, como princípio da comunidade (um processo levado ao extremo pelo credo neoliberal). Ilustra a pujança com a propulsão das empresas multinacionais que neutralizaram a capacidade de regulação nacional da economia; os mecanismos de regulação dos conflitos entre capital e trabalho, a relação salarial torna-se mais precária; a flexibilização e automatização dos processos produtivos permitem a industrialização dependente do terceiro mundo; um certo abandono da produção em massa com o objetivo de promover a particularização dos gostos e o aumento das escolhas; a mercadorização e a digitalização da informação abrem perspectivas quase infinitas à reprodução alargada do capital.

Na direção de apontar os pontos críticos sobre a modernidade e suas promessas não cumpridas, destacamos as contribuições de David Harvey. Na sua obra "Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural" de 1992, o autor explora, em um primeiro momento, os elementos primordiais para compreender modernidade e modernismo e a passagem da modernidade à pós-modernidade. Ao contextualizar o século XX, apresenta, por um lado, o entusiasmo e otimismo do projeto modernizador que gerou expectativa em relação à ciência, ao progresso, à justiça e até a felicidade dos seres humanos. No entanto, esse otimismo viu-se abalado no século XX com "seus campos de concentração esquadrões da morte, seu militarismo e duas grandes guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki" proporcionado a suspeita de que "o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana" (Harvey, 1992, p. 23). Sendo assim, situa as críticas feitas por Horkheimer e Adorno em *The dialectic of Enlightenment* (1972) sob as sombras da Alemanha de Hitler e da Rússia de Stalin, que alegavam que a lógica oculta por trás da racionalidade iluminista, estaria uma lógica de dominação e de opressão.

Como resposta a essa situação, diz Harvey que existem aqueles que, como Habermas, continuem a apoiar o projeto iluminista com forte dose de ceticismo quanto às suas metas e com certo pessimismo no tocante à possibilidade de realizar tal projeto nas condições econômicas e políticas contemporâneas e há os que – no cerne do pensamento filosófico pós-modernistas -, que insistem que devemos, em nome da emancipação humana, abandonar por inteiro o projeto do Iluminismo.

Buscando explicar a crise da civilização moderna, contrapondo-se ao argumento de que a modernidade estaria em crise, mas o que existe é uma crise de civilização, Rouanet (1993) discorre sobre os ingredientes principais do projeto civilizatório da modernidade: os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia. Explica que neste projeto civilizatório

> A **universalidade** significa que ele visa todos os seres humanos, independentemente das barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A **individualidade** significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade que atribui valor ético positivo à crescente individualização. **A autonomia** significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem o espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material (Rouanet, 1993, p. 09).

Mas o que aconteceu com o projeto civilizatório da modernidade? Por que os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia estão naufragando?

Para o autor, o universalismo está sendo sabotado por uma proliferação de particularismos- nacionais, culturais, raciais, religiosos. O racismo e a xenofobia saem do esgoto e ganham eleições. A individualidade submerge cada vez mais no anominato do conformismo e da sociedade do consumo. A autonomia intelectual está sendo explodida pelo reencantamento do mundo e a razão secular da Ilustração é outro valor em baixa; a autonomia política é negada por ditaduras ou transformada numa coreografia eleitoral encenada de quatro em quatro anos; a autonomia econômica é uma mentira sádica para os três terços do gênero humano que vivem em condições de pobreza absoluta.

Na seara dos ceticismos, das mortes anunciadas (Ilustração, razão, homem, modernidade), da negação e repúdio da totalidade social e das metanarrativas, de um novo mundo, de uma nova sociedade (pós-industrial), figura-se a pós-modernidade/pós-modernismo.

Para Harvey (1992), "o "pós-modernismo" tornou-se um conceito com o qual lidar, e um tal campo de opiniões e forças políticas conflitantes que já não pode ser ignorado". Referencia-se em Huyssens (1984) que declarou que "o que aparece num nível como o último modismo, promoção publicitária e espetáculo vazio é parte de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, uma mudança da sensibilidade para a qual o termo "pós-moderno" é na verdade, ao menos por agora, totalmente adequado" (Huyssens, 1984, citado por Harvey, 1992, p. 45).

O fato é que o pensamento pós-moderno, nas mais diversificadas manifestações, não se configura como um mero modismo que está prestes a desaparecer a qualquer

momento. Ao contrário, vem ganhando espaço e seduzindo diferentes ramos da ciência, das áreas do conhecimento, espraiando-se na academia, imprimindo-se nos movimentos sociais e afetando, significativamente, os rumos da luta política e da construção de um projeto de sociedade de cariz emancipador.

Ignorar ou desprezar as críticas construídas pelo pensamento pós-moderno é uma atitude anticientífica e atrofiante, no sentido de não enfrentar os nós-críticos que se colocam na atualidade em que a acumulação do capital segue sua rota expansionista, o construto ideológico e político para a sua sustentação vai de "vento em poupa", negando qualquer possibilidade de superação do modo de produção capitalista e, desta forma, colocando a impossibilidade de reivindicar e lutar por uma nova ordem societária- o comunismo -, por meio de uma revolução social protagonizada pela classe que é explorada de forma aviltante.

A própria esquerda vem sendo arrebatada por esse discurso atrofiante e derrotista. Eagleton (1998) chama atenção para essa situação, pois "nos vemos confrontados com a situação de certa forma absurda de uma esquerda cultural que mantém um silêncio indiferente ou embaraçado diante daquele poder que é a cor invisível da vida cotidiana em sim, que terminada a nossa existência – às vezes literalmente – em quase todos os cantos da terra, que decide em grande parte o destino das nações e os conflitos cruentos entre elas" (Eagleton, 1998, p. 21). Reforça Eagleton ao criticar a esquerda cultural que "é como se pudéssemos questionar quase todas as outras formas de sistema opressor – estado, mídia, patriarcado, racismo, neocolonialismo -, menos a que com tanta frequência define a agenda a longo prazo para todas a essas questões ou, no mínimo, está envolvida com elas até a alma" (Eagleton, 1998, p. 22). Qual seria essa forma? O poder do capital. Assim, "o poder do capital mostra-se agora de uma familiaridade tão desencorajante, de uma onipotência e onipresença tão elevadas, que mesmo grandes setores da esquerda lograram naturalizá-lo, aceitando-o como uma estrutura de tal modo inexorável, que é como eles mal tivessem peito para tocar no assunto" (Eagleton, 1998, p. 22)

Se não é possível suplantar o poder do capital, o caminho a ser percorrido é o de buscar amenizar seus efeitos negativos e humanizá-lo, de construir respostas localistas, fragmentadas e potencializadoras de mudanças possíveis lideradas pelas coletividades, de disputar o Estado neoliberal e penal, mas subsumindo sua natureza classista. Que absurdo equívoco.

Esse equívoco precisa ser situado no conjunto das transformações na economia política do capitalismo no final do século XX. A década de 60 do século passado exprimiu

o exaurimento do surto de grande prosperidade econômica, gerando uma imensa estagnação econômica. A idade áurea do capitalismo, seus "anos dourados", mostra sinais de falência, sobretudo com a crise do capitalismo no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970. Autores marxistas como David Harvey e Fredric Jameson situam a pós-modernidade como uma situação histórica, caracterizando uma fase do capitalismo tardio (Mandel), uma fase social e cultural.

Harvey (1992) pontua que todos os grandes eventos ocorridos desde a primeira recessão econômica do pós-guerra, em 1973, devem sem entendidos de maneira que não perca de vista o fato de as regras básicas do modo de produção capitalista de produção continuarem a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico. A transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e político (ao longo do período de expansão de pós-guerra que se estendeu de 1945 a 1973) teve como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, configurando o sistema fordista-keynesiano.

O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou "um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza". Do fordismo passa-se para o regime da acumulação flexível. Destaca Harvey (1992) que o período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. No entanto, o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos papéis keynesianos e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustas as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempeno nos mercados de trabalho e nos processos de produção. Também situa a derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram nos período pós-guerra imediato como condição para o preparo do terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo. O Estado teve que se esforçar para controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período do pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. O fordismo do pós-guerra também teve muito de questão internacional,

dependendo de uma grande ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional. A expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjunta particular de regulamentação política-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder.

Harvey (1992) pontua que o sistema fordista também provocou desigualdades que se expressarão em sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos "excluídos" que denunciam a maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. A insatisfação (o autor se refere à insatisfação dos países chamados então de Terceiro Mundo) se revelava na crítica do processo de modernização que prometia "desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo", mas que na prática, "promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos, a não ser para uma elite nacional muito afluente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional" (Harvey, 1992, p. 133). Sendo assim, a hegemonia geopolítica dos Estados Unidos estava ameaçada. Entretanto, apesar dos descontentamentos e das tensões manifestas, os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia, destaca o autor. Será somente quando a aguda recessão de 1973 explodiu é que esse quadro "estável" se abala, gerando um processo de transição do fordismo para o regime de acumulação flexível.

Com a expansão de pós-guerra e a política monetária adotada, o mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação. A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, retirou o mundo capitalista da estagflação (estagnação da produção de bens e a alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Como consequência, as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação economia e de reajustamento social e político. Explica Harvey que a acumulação flexível é marcada por um confronto direto coma rigidez do fordismo, pois se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A acumulação flexível, explica Harvey, envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando um

vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjunto industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Nesse sentido, ocorre que a flexibilidade e mobilidade gerados permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho que vivencia a deflação, o desemprego estrutural, a rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical que foi uma das colunas políticas do regime fordista.

A acumulação flexível permitiu uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala. O tempo de giro foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas e de novas formas organizacionais que reduziram o tempo de giro no consumo[3].

Não é nosso objetivo ampliar a discussão sobre a acumulação flexível e suas principais características, mas frisar que será neste processo de transformações econômicas que se alavancará os ideias pós-modernos e seu conjunto múltiplo de premissas. Não é à toa que será nos anos de 1960/1970 que uma vasta produção teórica/acadêmica será lançada e desenvolvida por diferentes autores/as e áreas do conhecimento científico. Produções que irão propagar o nascimento de uma nova era, de uma nova sociedade – a sociedade pós-industrial. As obras "A sociedade pós-industrial" de Alain Touraine publicada em 1969 e "A condição pós-moderna" de Jean-François Lyotard de 1979[4] destacam-se nessa direção.

Ao publicar "A sociedade pós-industrial", Touraine sustentou que o contexto dos anos 1960-1970 foi marcado por uma verdadeira mutação societal, ou seja, uma sociedade pós-industrial. Se no século XIX a contradição industrial entre capital e trabalho era presente, fundando os conflitos de classes como mecanismos de mudanças sociais e desenvolvimentos históricos, na segunda metade do século XX essa centralidade do fator econômico-produtivo já não existiria, tornando-se ausente o conflito de classes e sua capacidade de direcionar o dever histórico. Desta forma, conhecimento e informação, e

[3] Explica Harvey que enquanto no fordismo a meia vida de um produto era de cinco a sete anos, com a acumulação flexível diminui u em mais da metade em certos setores, como têxtil e o vestuário. No setor das chamadas indústrias de "*thoughtware*" (por exemplo, videogames e programas de computador), a meia vida caiu para menos de dezoito anos.

[4] Fazendo menção diretamente às palavras do autor, a obra constituiu-se em "um texto de circunstância. É uma exposição sobre o saber nas sociedades mais desenvolvidas, proposto ao Conselho das Universidades junto ao governo de Quebec, a pedido de seu presidente".

não mais produção e distribuição da riqueza, seriam os elementos centrais. Não ocorreu o desaparecimento da indústria e nem dos conflitos de classes, apenas perdem a centralidade. Deslocam-se os conflitos entre as classes e planteia-se os conflitos culturais.

Para Touraine, a sociedade industrial que havia gestado o movimento operário encontrava-se em declínio, emergindo uma outra sociedade denominada de programada ou pós-industrial. Enquanto a sociedade industrial havia atribuído um lugar central ao maquinismo e ao trabalho, a sociedade pós- -industrial era dominada pelos grandes aparelhos de produção do conhecimento e pela indústria cultural. Retira-se do centro do conflito a esfera produtiva, das contradições entre capital e trabalho, e a substitui para as dimensões culturais e simbólicas das relações sociais.

Lyotard (1979) advogando em prol de tempos pós-modernos defendeu a tese de que, a partir de 1950, nascera a "sociedade pós-industrial", trazendo modificações abruptas nos estatutos da ciência e da universidade. Antes de discorrer sobre essas modificações, insistimos na expressão sociedade pós-industrial. Argumentando que os tempos pós-modernos são marcados por avanços científicos e tecnológicos, viveríamos no sentido de informatizar a sociedade. Diz Lyotard (2009, p. 69) que "na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, a questão da legitimação do saber coloca-se e outros termos". O declínio dos relatos especulativos e da emancipação foram efeitos do "desenvolvimento das técnicas e das tecnologias a partir da Segunda Guerra Mundial, que deslocou a ênfase sobre os meios da ação de preferência à ênfase sobre seus fins". O redesdobramento do capitalismo liberal avançado após seu recuo, sob a proteção do keynesianismo durante os anos 1930-1960, acabou por eliminar a alternativa comunista e valorizou a fruição individual dos bens e dos serviços. É sob esses pilares distorcidos e distantes da realidade concreta que os pós-modernistas construirão suas "narrativas" e sustentarão suas teses argumentativas.

Já sabemos onde essa história irá desembocar: vivendo a era dos serviços, a industrialização perde destaque e, desse modo, o operariado perde centralidade e não é mais expressivo. Dizendo "adeus ao trabalho" a análise sobre as classes sociais perde sentido e assim nega-se a luta de classe. Esse discurso desloca os serviços da produção material de forma a concebê-los de forma autônoma apartados da divisão social e técnica do trabalho. Aqui o trabalho assalariado inexiste e o mais-valor perde a validade.

As contribuições de Jameson[5] reforçam o rechaço a essas falácias produzidas pelo pensamento pós-moderno. No seu texto "A lógica cultural do capitalismo tardio" (1991), traz considerações pertinentes sobre o que ele denomina de "teorias pós-modernas". Sob o manto de descaracterizar a sociedade capitalista anunciam a chegada e inauguração de um tipo de sociedade totalmente novo, cujo nome mais famoso é "sociedade pós-industrial" que teve como expoentes Daniel Bell (1974), Alain Torraine (1969) e Lyotard (1979), com ênfases particulares. Essa "nova sociedade" é conhecida também como sociedade do consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade eletrônica ou *high-tech* e similares. Enfatiza Jameson que as "teorias pós-modernas" têm "a óbvia missão ideológica de demonstrar, para seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não mais obedece às leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e onipresença da luta de classes" (Jameson, 1991, p. 29).

Argumentando contrariamente a essa premissa, o autor parte da concepção do economista Ernest Mandel de que as transformações atuais do capitalismo configuram um terceiro estágio ou momento na evolução do capital – o capitalismo tardio. A tese central de Mandel percorre a defesa e que houve três momentos fundamentais no capitalismo, quais sejam: o capitalismo de mercado, o estágio do monopólio ou do imperialismo e o que poderia ser designado como o do capital multinacional e não pós-industrial como alegam os pós-modernistas. O capitalismo tardio ou multinacional constitui a mais pura forma de capital que jamais existiu, ou seja, uma prodigiosa expansão do capital que atinge áreas até então fora do mercado.

Partindo dessa compreensão, Jameson faz algumas inferências situando o cultural no capitalismo tardio, afirmando a articulação do "desenvolvimento histórico do capitalismo e a formação de uma cultura especificamente burguesa" (Jameson, 1991, p. 73). Entender o pós-modernismo na cultura "é ao mesmo tempo, necessariamente, uma posição política, implícita ou explícita, com respeito à natureza do capitalismo multinacional em nossos dias" (Jameson, 1991, p. 23). O pós-modernismo não é um estilo, mas uma dominante cultural ou a lógica cultural do capitalismo tardio.

[5] Para Anderson (1999) Jameson identificou o campo de força da pós-modernidade nas mudanças estruturais do capitalismo avançado e um difuso escalonamento de identidade sob elas. A inovação de Jameson foi tópica. Até então, destaca Anderson, que toda sondagem do pós-moderno fora setorial. Destaque para Levin e Fiedler na literatura; Hassan na pintura e na música; Jencks na arquitetura; Lyotard na ciência e Habermas na filosofia. Para o autor, a obra de Jameson teve outro escopo pois gerou uma expansão do pós-moderno por praticamente todo o espectro das artes e grande parte do discurso sobre elas.

Diante dos equívocos analíticos produzidos pelo pensamento pós-moderno que tem, em última instância, a finalidade de escamotear as contradições sociais produzidas pelo modo de produção capitalista, servindo aos interesses do grande capital e inibindo a construção de possibilidades revolucionárias para a construção de uma nova ordem social (comunismo), é que reforçamos a importância e urgência de nos debruçarmos a conhecer, analisar e refutar as premissas pós-modernas no terreno da teoria socia crítica de Marx. A crítica deve converter-se na reafirmação dos fundamentos marxianos e, necessariamente, na elucidação das tarefas e caminhos a serem percorridos para transformar e suplantar a sociedade classista, desigual, exploradora e opressora por uma sociedade verdadeira livre, justa e igualitária – ou seja, comunista.

4. O pensamento pós-moderno e seu anti-universalismo: a morte das metanarrativas

Retomando os objetivos da pesquisa, continuaremos a discorrer sobre premissas centrais que dão sustentação ao pensamento pós-moderno. Partiremos para a exposição do **segundo ponto**, destacando a crítica ao universalismo e a negação das metanarrativas.

O livro de 1993 de Rouanet, no seu segundo texto (ensaio) denominado "A coruja e o sambódromo" é exemplar para que possamos compreender os argumentos pós-modernos de crítica e repulsa à modernidade, mas também, para alimentarmos nossa crítica à crítica. A heroína do ensaio é uma coruja que já foi uma ave arrogante, pois representava a razão universal, tanto a razão teórica, capaz de compreender o mundo, como a razão prática, tiritando de frio e com medo da própria sombra.

A coruja resolve investigar o presente, decidindo viajar, sem pedir conselho e opinião de ninguém e levanta voo. Está interessada em visitar algumas regiões conflagradas do planeta. Recortemos uma parte se sua viagem, quando a coruja atravessa o Atlântico e pousa numa universidade americana que está realizando uma assembleia universitária. A discussão versa sobre a questão dos direitos humanos no campus. Não resistido, a coruja, que é um animal político por excelência, toma a palavra dizendo que assistiu à adoção da Declaração dos Direitos do Homem em 1789, mencionado que a doutrina dos direitos humanos tinha inaugurado uma nova era da liberdade na história do gênero humano e diz estar feliz por estar no país que antes mesmo dos franceses havia consagrado esses direitos em sua Declaração de Independência. Aí começam os ataques, relata Rouanet. Uma estudante acusa a ideologia dos direitos humanos de ser falocrática,

por ter usado “homem” como termo genérico, em vez de ter se referido, de forma específica, aos direitos da mulher. Um militante gay diz que as liberdades de 1789 se dirigiam apenas aos heterossexuais, enquanto um ativista negro afirma que a Declaração só pensara na emancipação dos europeus.

Quais os pontos críticos lançados à modernidade? Rouanet explicita que há a denúncia ao individualismo da Ilustração que acabou por apagar todas as diferenças, esquecendo de situar o homem como parte de uma comunidade, de um grupo étnico, de uma cultura. Ou seja, visou o homem em geral, um indivíduo abstrato em vez de visar particularidades concretas, como os negros, as mulheres, os indígenas. Em defesa das particularidades concretas anuncia que libertar o negro, o judeu, o cigano, significa reforçar sua identidade como integrante da etnia negra, como aderente da fé judaica, como membro da comunidade linguística hispano-americana, contribuindo para que se sintam orgulhosos de pertencer a essas coletividades.

Nesse trecho destacado é notória a **refutação do universalismo** herdado da Ilustração. O anti-universalismo contemporâneo “é aquela teórica ou política que nega a unidade do homem, contesta a validade universal do saber e questiona a existência de normas e princípios éticos universais” (Rouanet, 1993, p. 52)

Como já expusemos anteriormente, a pós-modernidade concentrou-se em disparar ataques ao projeto da modernidade, denunciando sua morte devido suas falsas promessas, como a libertação e a autonomia do homem. Rejeitando o universalismo iluminista em nome de um pluralismo libertador, ou seja, da defesa da diferença e da diversidade, descarta os valores iluministas e abandona a possibilidade de construção de um projeto de sociedade que tenha como horizonte a emancipação humana universal. Aqui, transfere-se os efeitos deletérios do capitalismo para os princípios e valores defendidos pelo Iluminismo.

Harvey (1992), ao apresentar as críticas pós-modernas no campo da arquitetura ao modernismo universal, situa que o pós-modernismo se constitui como legítima reação à “monotonia” da visão de mundo do modernismo universal, percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais e com a padronização do conhecimento e da produção. De forma contrastante, o pós-moderno privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. Assim, tem-se uma desconfiança nos discursos universais ou “totalizantes” e, por sua vez, os pós-modernos rejeitam as “metanarrativas” (interpretações teóricas de larga escala pretensamente de

aplicação universal), acusadas de gerarem uma ilusão de que haveria uma história humana universal.

A obra de Lyotard (1979) teve destaque nessa equivocada compreensão, alegando que a sociedade "pós-moderna" estabelece a incredulidade em relação aos metarrelatos. Afirma que na sociedade pós-industrial a questão da legitimidade do saber coloca-se em outros termos; assim, o grande relato perde sua credibilidade, independente do modo de unificação que lhe é conferido (relato especulativo, relato da emancipação). Aqui, por meio de uma crítica à ciência conservadora, o saber é considerado um importante força de produção em uma sociedade informatizada. Diz Lyotard (2009) que "o saber científico é uma espécie de discurso" e, portanto, "não é todo o saber", pois sempre esteve ligado a seu conceito, em competição com uma outra espécie de saber. Existem muitos "jogos de linguagem" diferentes. A ciência seria apenas uma narrativa, um jogo de linguagem, um discurso.

Eagleton (1987), citado por Harvey (1992, p. 19), ao assinalar a morte das metarrativas pelo pós-modernismo, coloca que ao proclamar despertar do pesadelo da modernidade, com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, o pós-modernismo anuncia uma gama heterogênea de estilos de vida e jogos de linguagem, em defesa do pluralismo, renunciando ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo. Sendo assim, para os pós-modernos, "a ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações e ver a si mesmas, mais modestamente, como apenas outro conjunto de narrativas" (Eagleton, 1987, citado por Harvey, 1992, p. 19)

Touraine (1994), faz menção às considerações de Gianni Vattimo, que aponta duas transformações como fundamentais para definir a pós-modernidade: o fim da dominação europeia sobre o conjunto do mundo e o desenvolvimento dos meios de comunicação que deram a palavra às culturas "locais" ou minoritárias. Explica Touraine que "desapareceu assim o universalismo que concedia uma importância central aos movimentos sociais que a Europa dos séculos XIII e XIX supunha que lutavam a favor ou contra a razão e o progresso". Desse modo, "a sociedade não possui mais unidade e, portanto, nenhum personagem, nenhuma categoria social, nenhum discurso têm mais o monopólio do sentido". Continua discorrendo que "com a dissociação dos comportamentos de produção, de consumo e da vida política, portanto diante do desaparecimento da sociedade tal como a concebia o pensamento ocidental, reencontra esta consciência do desaparecimento dos sujeitos históricos" (Touraine, 1994, p. 196).

O anti-universalismo pós-moderno calca-se na apreensão de que a sociedade é fragmentada e instável e que não há mais a ideia de sujeito. Rejeita-se a pretensão à unidade e à universalidade e, por isso, não é possível nenhuma representação unificada do mundo. Não há mais sujeito universal, mas grupos particulares. O sujeito está descentrado. Jameson (1985), ao explicar esse descentramento do sujeito, coloca que a pós-modernidade, ocupando o lugar da modernidade clássica, traz um componente novo que se costuma chamar da "morte do sujeito" ou o "fim do individualismo como tal". Se a estética da modernidade estava vinculada "à concepção de um eu singular e de uma identidade privada, uma personalidade e uma individualidade únicas, das quais se podia esperar o engendramento de sua visão singular do mundo, forjada em seu próprio estilo, singular e inconfundível" , os teóricos sociais da pós-modernidade advogam que "esse tipo de individualismo e de identidade pessoal é coisa do passado; de que o antigo indivíduo ou o sujeito individualista está "morto"; de que podemos considerar o conceito de indivíduo singular e a própria base teórica do individualismo como ideológica" (Jameson, 1985, p. 19).

Na rejeição do sujeito e do universalismo, não há lugar para a totalidade. O interesse volta-se à micropolítica e ao localismo. Não interessa o apelo a alguma teoria geral abrangente (metanarrativa) e à presunção universalizante, pois seria ilusão fincar-se em sistemas fixos de representação.

Se as totalidades precisam existir para alguém e não havendo pessoa alguma para quem a totalidade represente totalidade, não há mais sua serventia, explicita Eagleton (1999). Para o autor, "o descrédito teórico da ideia de totalidade não surpreende numa época de derrota política para a esquerda" (Eagleton, 1999, p. 12). Se nossas ações políticas não conseguem combater um sistema total, "o melhor conselho seria então que dançássemos conforme a música e partíssemos para projetos mais modestos, porém mais viáveis". Nessa perspectiva, "não buscar a totalidade representa apenas um código para não se considerar o capitalismo". Continua Eagleton expondo que "não importa se não há um agente político à mão para transformar o todo, porque na verdade não há um todo a ser transformado. É como se, tendo perdido a faca, declarássemos que o pão já foi cortado" (Eagleton, 1999, p. 25).

Podemos reforçar, diante das exposições, que o universalismo é considerado para os pós-modernos como opressor, pois anularia as subjetividades e as diferenças, e como

essencialista e homogeneizador, uma vez que desconsidera o pluralismo[6]. Não é possível definir o humano. por uma via universalista, por isso da hostilidade ao humanismo. Não é possível falar em uma "natureza humana", pois o humano é vazio de sentido. O pluralismo pós-moderno concentra-se na "ideia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima" (Harvey, 1992, p. 52).

Sem entrar na polêmica se consideramos Foucault um pós-moderno, o fato é que suas influências são notórias nos anos 60 do século XX e nas duas décadas subsequentes em relação a dar força a algumas premissas do pensamento pós-moderno. Foucault considera o saber como forma de poder e o poder como uma verdade estabelecido em discursos. Assim, a verdade não existe sem ou fora do poder, mas é produzida pelo poder. O poder não estaria concentrado na esfera política Estatal, mas está em todas as relações, em seus mais diversos discursos. O poder não se expressa pelo domínio que os capitalistas produzem sobre os que vendem a sua força de trabalho, mas ele é multidirecional, manifestando-se em diferentes áreas da vida social, como a família, a escola, os hospitais, as prisões, por exemplo. Assim, não existe o poder, mas relações de poder.

Explica Harvey (1992) que as ideias de Foucault – principalmente nas suas primeiras obras – merecem atenção por terem sido uma fonte fecunda de argumentação pós-moderna. A centralidade das obras iniciais está em explicitar a relação entre o poder e o conhecimento. Rompendo com a noção de que o poder está situado em última análise no âmbito do Estado, chama a atenção para que se conduza uma "análise ascendente do poder, começando pelos seus mecanismos infinitesimais, cada qual com a sua própria história, sua própria trajetória, técnicas e táticas, e ver como esses mecanismos de poder foram e continuam sendo investidos, colonizados, utilizados, involuídos, transformados, deslocados, estendidos etc, por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de domínio global" (Harvey, 1992, p. 50). Nesse sentido, Foucault, no cuidadoso escrutínio da micropolítica das relações de poder em localidades, contextos e situações sociais distintas, conclui que há uma íntima relação entre os sistemas de conhecimento/discursos que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e do domínio sociais em

[6] Heller e Fehér, no livro "A condição política pós-moderna" (1998, p. 16) , descrevem assim o pluralismo: A condição política pós-moderna se baseia na aceitação da pluralidade de culturas e discursos. O pluralismo (de vários tipos) está implícito na pós-modernidade como projeto. O colapso da grande narrativa é um convite direto à coabitação entre várias pequenas narrativas (locais, culturais, étnicas, religiosas, "ideológicas").

contextos localizados particulares. As ideias de Foucault agradaram os vários movimentos sociais que surgiram nos anos de 1960, como grupos feministas, gays, étnicos e religiosos, autonomistas regionais etc., que estavam desiludidos com as práticas do comunismo e com as políticas dos partidos comunistas. Questiona Harvey que ao rejeitarem qualquer teoria holística do capitalismo, deixam aberta a questão do caminho pelo qual essas lutas localizadas poderiam compor um ataque progressivo, e não regressivo, às formas centrais de exploração e repressão capitalista. Para Huyssens, citado por Harvey, o pós-modernismo dá abertura a compreensão da diferença e da alteridade, como como o potencial liberatório que ele oferece a todo um conjunto de novos movimentos sociais. McHale, diz Harvey, ao acentuar o pluralismo de mundos que coexistem na ficção pós-moderna, considera o conceito foucaultiano de heterotopia uma imagem perfeitamente apropriada para capturar o que a ficção se esforça por descrever. Para Foucault, heterotopia designa a coexistência, num "espaço impossível", de muitos mundos possíveis fragmentários.

Wood (1999, p. 18), refutando a rejeição dos pós-modernistas pelo universalismo iluminista, a considera contraditória e auto-anuladora. A rejeição do universalismo em nome de um pluralismo libertador é contraditória, pois "um respeito sadio pela diferença e a diversidade, e pela pluralidade das lutas contra os vários tipos de opressão, não nos obriga a descartar todos os valores universalistas aos quais o marxismo, em sua melhor expressão, sempre esteve ligado, ou a abandonar a ideia de uma emancipação humana universal" (Wood, 1999, p. 18). Ao contrário, expõe Wood, "até mesmo as formas mais moderadas de "pluralismo" têm se mostrado insustentáveis sem o apelo a certos valores universalistas, tal como o princípio liberal da "tolerância". O pluralismo radical adotado pelos pós-modernistas solapou fatalmente suas próprias fundações" (Wood, 1999, p. 18).

Nessa perspectiva, "é difícil imaginar como qualquer uma das várias lutas que supostamente constituem a agenda pós-modernista da esquerda podem ser sustentadas sem apelar para os temidos valores "modernistas" e iluministas, como democracia, igualdade, justiça social etc. (Wood, 1999, p. 18). Acrescenta a autora que uma das ironias do pós-modernismo é que, "enquanto aceita o capitalismo – ou pelo menos a ele se rende -, rejeita o "projeto iluminista", responsabilizando-o por crimes que seriam mais justamente creditados ao capitalismo". Com uma crítica ferrenha ao anti-universalismo pós-moderno, Wood reforça que, de qualquer modo, "vivemos hoje um momento histórico que, mais que qualquer outro, requer um projeto universalista" (Wood, 1999, p. 18).

Que momento histórico seria esse? Trata-se "de um momento histórico dominado pelo capitalismo, o sistema mais universal que o mundo já conheceu – tanto por ser global quanto por penetrar em todos os aspectos da vida social e do ambiente social". Negar um projeto universalista é negar a própria realidade concreta, caracterizando-a como fragmentária e, portanto, acessível apenas a "conhecimentos" fragmentários. Essa forma de interpretar a realidade é "desarrazoada e incapacitante" diz Wood (1999, p. 19). A realidade social do capitalismo não tem nada de fragmentária, pois é "totalizante" em formas e graus sem precedentes. Destaca a autora que "sua lógica de transformação de tudo em mercadoria, de acumulação, maximização do lucro e competição satura toda a ordem social". Por isso, "entender esse sistema "totalizante" requer exatamente o tipo de "conhecimento totalizante" que o marxismo oferece e os pós-modernistas rejeitam" (Wood, 1999, p. 19). Transpondo para o campo político, a oposição ao sistema capitalista exige unificar interesses e recursos, ao invés de fragmentar a luta anticapitalista. Diz Wood (1999, p. 19) que, em primeira instância, "são os interesses e recursos da *classe*, a mais universal força isolada capaz de unificar lutas libertadoras diferentes".

Os pós-modernistas, rechaçando a *classe* como categoria universal e, de forma equivocada, caracterizando-a como pautada numa apreensão "totalitária", colocam na ordem do dia uma "desconstrução" a ser feita em nome do pluralismo e das considerações de múltiplos discursos, narrativas, diferenças e indeterminações. Não é possível "fechar o sujeito a uma determinação", o sujeito unificado é colocado à prova, pois estaria ocorrendo uma "crise de identidade do sujeito moderno", um "deslocamento ou uma descentração dos indivíduos" (Hall, 2006). Hall pontua que o sujeito pós-moderno não é considerado como tendo uma identidade unificada e estável, pois está se tornando fragmentado, composto por várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. O sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente.

Nesse sentido, para os pós-modernistas, "a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente" (Hall, 2006, p. 13). Fazendo menção ao conceito de deslocamento, Hall coloca que, de acordo com Ernest Laclau (1990), "as sociedades modernas não têm nenhum centro, nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única "causa" ou 'lei'" (Hall, 2006, p. 16). Nessa direção, "há um deslocamento

de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença" (Hall, 2006, p. 21).

Uma questão a ser respondida: por que rechaçar o rechaço pós-moderno ao universalismo, à metanarrativa (sobretudo marxiana) e a antitotalidade?

A teoria social crítica de Marx, tendo "O Capital" como sua obra síntese e madura, é construída a partir de uma intepretação da realidade pelo prisma da totalidade social. O que isso quer dizer? Ao ter por objeto de investigação o modo de produção capitalista, Marx elucidou os fundamentos que sustentam essa relação social histórica, contraditória e passível de transformações. Desvendou a lei econômica da sociedade burguesa, ou seja, "as leis do nascimento, desenvolvimento e morte do modo de produção capitalista" (Gorender, 2013, p. 36). Compreender como a sociedade está estruturada, como, a partir da produção social, se ergue um aparato político, ideológico e jurídico, requer uma análise das múltiplas determinações que incidem sobre o real. Dessa maneira, para que possamos entender de forma aprofundada e mais próxima do real as transformações sociais, econômicas e políticas que demarcam os tempos atuais, é preciso partir de uma análise que privilegie o conjunto de determinações que estão embutidas na realidade concreta, condenando explicações deterministas e economicistas, mas, também, explicações idealistas, especulativas, reducionistas e fragmentadas.

Valemo-nos das ponderações feitas por Netto (2011), ao enfatizar que para Marx a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um todo constituído por partes que são integradas funcionalmente. É uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade; há totalidades mais determinantes que outras, por isso, cabe analisar cada um dos complexos constitutivos das totalidades, esclarecendo as tendências operantes de cada uma das totalidades que são articuladas. Portanto, abarcar uma análise pela totalidade social implica em considerar as contradições presentes nesse conjunto de complexos de totalidades.

O real é constituído por uma totalidade prenhe de determinações que não se dão a conhecer de modo imediato. Essa totalidade é conectada por totalidades menos complexas, ou como explicou Lukács, a totalidade social é um complexo que implica em um conjunto articulado de complexos, quer dizer, um complexo de complexos. Nas palavras do autor, "todo "elemento", toda parte, é também aqui um todo; o "elemento" é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto". No entanto, pontua

Lukács, “essa complexidade não elimina o caráter de “elemento”: as autênticas categorias econômicas são – precisamente em sua complexidade e processualidade, cada uma a seu modo e cada uma em seu posto – algo efetivamente “último”, algo que ainda pode ser analisado, mas não ulteriormente decomposto na realidade” (Lukács, 2012, p. 307).

Diante desses apontamentos, reforçamos que a sociedade burguesa – como um totalidade concreta - nos impõe um caminho investigativo que deve considerar a totalidade não como uma soma de partes isoladas e fragmentadas, mas como um todo orgânico e articulado, reconhecendo que as totalidades menos complexas não devem ser consideradas simples, mas o que deve ser reconhecido é a distinção em relação ao grau de complexidade e como se evidenciam as articulações e mediações com o “momento predominante” que podem resultar, como em relações subordinantes e/ou subordinadas. Aqui é preciso enfatizar que esse “momento predominante”, permeado por contradições e mediações, não exclui ou desconsidera os elementos menos complexos, pois estes compõem a realidade concreta. É somente o conhecimento dessas conexões que permitirá uma apreensão concreta da realidade concreta. Chasin, citado por Tonet (2016, p. 143) é contundente ao afirmar que “o conceito de totalidade é absolutamente decisivo”, pois, “em última análise o método dialético é a pretensão de reproduzir na cabeça a totalidade do objeto inquirido. E do ponto de vista da dialética só a totalidade contém e revela a verdade. Fora da totalidade não há verdade” (Chasin, citado por Tonet, 2016, p. 143).

No processo de conhecimento do real, do objeto a ser investigado, é preciso atentar para distinguir o que é da ordem do pensamento e o que é da ordem do real. A realidade é rica, pois é constituída por múltiplas determinações, por uma riqueza categorial que lhe é inerente. Assim, para construir o caminho de apropriação dessas múltiplas determinações é preciso um movimento de abstração dessa realidade. O exercício intelectivo é fundamental para que possamos captar a lógica do real, sua totalidade concreta, saltando da imediaticidade, da aparência fenomênica para alcançar a verdade, a essência, a totalidade. Para isso é preciso desvendar o processo histórico e social que deu origem aos fatos que compõem a realidade e explicitar as relações entre os processos ocorrentes em cada totalidade constitutiva da sociedade na sua pluralidade e diversidade, partindo da totalidade macroscópica que é a sociedade burguesa.

Como explicou Marx, no texto Introdução de 1857, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da

representação" (Marx, 2011, p. 54). Contina reforçando que, "na primeira via, a representação pela foi volatizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento" (Marx, 2011, p. 54). Sendo assim, o real não é resultado do pensamento, do movimento da abstração em si, pois o "método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto". Nessa direção, afirma Marx, que "o todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça (...). Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação" (Marx, 2011, p. 55).

Toda essa exposição para defender o que Marx explicou sobre a totalidade concreta – a moderna sociedade burguesa. Diz Marx que, "como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal" (Marx, 2011, p. 59). Portanto, para não falsear a realidade é preciso considerar que "em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta" (Marx, 2011, p. 59).

Essas considerações nos importam, considerando os objetivos da pesquisa que desenvolvemos, para criticar o falseamento da realidade promovido pelo pensamento pós-moderno na sua refutação da totalidade social e da universalidade. Abandonando a categoria teórica da totalidade, o pensamento pós-moderno toma por centralidade no processo do conhecimento do real, o imediato, o efêmero, o fragmento, as representações. Nesse sentido, dissolve-se a ideia de verdade pelo pensamento pós-moderno e essa dissolução "nada mais é que o resultado da "constatação" de que a "realidade", que para

os modernos ainda poderia adquirir uma certa unidade, já é, atualmente, uma infinidade de fragmentos aleatórios, que jamais poderão ser unificados" (Tonet, 2025, p. 09).

Se não é possível o conhecimento pela via do universal, então há o deslocamento para a via do singular e da subjetividade. Se não é possível a verdade (universal), a apropriação da realidade encerra-se nas representações ideais que o sujeito faz sobre o real, portanto, um processo permeado pela subjetividade, pelos valores, pelos interesses e pelas perspectivas do indivíduo que se põe a conhecer. No abandono da totalidade, as análises são construídas por "partes isoladas", consideradas autônomas em relação aos elementos macroestruturais, independentes das determinações, sobretudo, econômicas, que incidem na realidade. Se, negando a verdade, considera-se que é desnecessário e impossível um conhecimento engajado na reprodução o mais fielmente possível da realidade, o foco está em enaltecer os discursos e as narrativas a respeito da realidade, nas representações que são tecidas sobre o real e não, efetivamente, na captação da verdade (por sucessivas aproximações) que está na própria realidade.

Montãno destaca que no pensamento pós-moderno, "a análise da realidade se esgota na representação, na dimensão fenomênica do real, no nível aparente, individual, singular. Por conta disso, sua proposta de enfrentamento e luta social também se esgota no plano fenomênico, na esfera da representação, do aparente e do individual/pessoal, centrando assim suas lutas no combate à linguagem, ao comportamento individual, e na mudança de consciência. Combatem-se as consequências e não as causas, as manifestações e não o fundamento, a aparência e não a essência, no plano individual e não estrutural, na mera dimensão cultural e comportamental" (Montãno, 2021, p. 74). O teor anti-totalidade e anti-essencialista aparece nas teses pós-modernas como louvação às incertezas, numa postura subjetivista, "isolando o sujeito e colocando-o no papel de um "leitor" cuidadoso do mundo, criando seu próprio "jogo linguístico", sem o recurso às categorias e à busca de correspondência entre esse jogo e a realidade" (Freitas, 2005, p. 62). Continua o autor afirmando que para "o pós-moderno os conceitos não condensam uma suposta certeza ou verdade. Eles apenas são um enunciado que nos põe a pensar. São uma forma de falar sobre um acontecimento e não a representação da essência dos acontecimentos. Há apenas multiplicidades de leituras do mundo" (Freitas, 2005, p. 62).

O relativismo é gritante, pois a verdade é considerada como aquilo que se ajusta a um dado sistema de crença em vez daquilo que descreve objetivamente um mundo existente independente do sujeito ou da representação por ele construída. Em oposição à negação de que não existe a verdade, Nanda (1999) lança um olhar crítico aos

pressupostos antirrealistas e relativistas das teorias céticas da construção social da ciência que ganhará grande circulação na academia pós-moderna.

> Contrariamente a ideia marxista da mediação social do conhecimento, com o qual são frequentemente confundidas, corroeram a distinção entre as crenças cientificamente justificadas e crenças e/ou ideologia populares. Argumentando em prol da tese que declara que todas as crenças são igualmente justificadas pelo consenso da comunidade, baseando-se no poder social, na retórica e no costume, não haveria verdade objetiva sobre o mundo real e, para tanto, o conhecimento científico não poderia aspirar alcançar a verdade objetiva. Desse modo, "toda "verdade" sobre a "realidade" seria literalmente construída com opções entre interpretações, igualmente justificáveis, feitas por um 'coletivo mental' (Nanda, 1999, p. 85).

A obra de Lyotard (1979) foi referência em negar o estabelecimento da verdade e em direcionar críticas à ciência moderna, preconizando que o saber científico não é todo o saber, mas apenas uma narrativa, diante de outras. Diz Lyotard que o saber não é ciência ou que o saber em geral não se reduz à ciência. Assim, há uma pluralidade de jogos de linguagens. Marx sustentava que o conhecimento é socialmente mediado e que a ciência constitui uma atividade social; o conhecimento científico implica a objetividade do mundo material, na realidade, independente das formas sociais e do trabalho cognitivo do sujeito.

As críticas pós-modernas endereçadas à ciência sustentam-se no repúdio a reivindicação do conhecimento científico buscar a objetividade do mundo real pois estaria contaminado pelas ideologias e relações de poder dominantes da cultura que o produz. Assim, colocando-se em favor da solidariedade anti-imperialista "aos amordaçados e explorados "outros", intelectuais e ativistas construtivistas sociais, pós-modernos e autoproclamados "pós-coloniais" no Ocidente e no Terceiro Mundo uniram-se na ideia de que a ciência moderna não constitui uma verdade (Nanda, 1999, p. 92). Denuncia a ciência moderna "como "etnociência "do Ocidente, formada pelos valores contextuais ocidentais e, portanto, sem qualquer reivindicação justificável à verdade, além das supostas fronteiras de seu local de nascimento, 'o Ocidente'" (Nanda, 1999, p. 92).

O relativismo epistemológico presente nos críticos pós-modernistas da ciência ancora-se na premissa de que "uma teoria correspondente de verdade, que inevitavelmente faz afirmações universalistas, é violenta e responsável pela intolerância, o colonialismo e mesmo pelo totalitarismo" explica Nanda (1999, p. 100). Assim, a solução estaria em substituir a ciência "ocidental" por suas próprias ciências, uma vez que não há uma explicação certa ou errada do mundo e que os povos não-ocidentais estão tão bem quanto qualquer outro povo. Nanda refuta veemente esse discurso pois, para ela,

não ocorre o fortalecimento dos povos não-ocidentais, não sendo libertadora. Mencionado Norma Geras, a autora coloca que "se a verdade for inteiramente internalizada em discursos ou práticas sociais particulares, não poderemos reconhecer a injustiça na descrição do sofrimento pelas vítimas, que se tornará apenas uma de muitas *histórias* sobre injustiça" (Nanda, 1999, p. 101).

Sustentando um teor anti-universalista e de anti-totalidade, o pensamento pós-moderno desemboca numa análise fragmentada e superficial do real, pois não conecta os elementos particulares ao todo orgânico e articulado, não se propondo a tornar conhecido o objeto em sua integralidade. Uma parte isolada e deslocada da universalidade é tomada como sendo o próprio real, como que se não estivesse imbricada em uma complexidade *mor*, determinante em última instância. Estamos nos referindo a sobredeterminação econômica, que não é o único fator explicativo do real que descarta as totalidades menos complexas, mas que é partir dela que as demais relações sociais são erguidas e estruturadas, não numa direção de anulamento de suas interferências, pois ao mesmo tempo que são determinadas estruturalmente, também podem incidir na base material e econômica. Longe de estabelecer uma postura economicista, buscamos Althusser na sua abordagem sobre a contradição sobredeterminada e as relações das instâncias determinantes no complexo estrutura-superestrutura que constitui a essência de toda formação social, a menção ao preconizado por Marx, uma vez que para Althusser, Marx "nos diz que é entre elas que é preciso procurar: por um lado, a determinação em última instancia pelo modo de produção (econômico); por outro, a autonomia relativa das superestruturas e sua eficácia específica" (Althusser, 2015, p. 87). Althusser lembra Engels que, em 1890, recoloca as coisas no lugar contra os jovens "economistas" que não compreenderam que se tratava efetivamente de uma nova relação. Assim, "a produção é o fator determinante, mas apenas "em última instância". Nas palavras de Engels: "Nem Marx nem eu afirmamos mais. Aquele que "torturar essa frase" para fazê-la dizer que o fator econômico é o único determinante "a transformará em fase vazia, abstrata, absurda" (Engels citado por Althusser, 2015, p. 88).

Tendo esse pressuposto como referência, Palmer (1999) enfatiza que "a crítica marxista e histórico-materialista da teoria contemporânea e sua insistência na política e nas atividades historicamente de classe não repousam em uma série de negações". Para Palmer (1999), a crítica marxista não desconsidera a importância da conjunção conhecimento/poder, por exemplo, associada a Foucault. O marxismo sempre esteve atento para a relação entre ideias, dominação e transformação social e não subestima a

representação, a imagística, os discursos e textos. No entanto, é preciso desmontar a falsa afirmação de que o marxismo é uma metanarrativa de importância explanatória, que repousa inequivocamente na causalidade das forças produtivas e nas fronteiras determinantes traçadas por relações fundamentalmente econômicas, como classe, negando a importância de outros pontos de identificação do homem, tais como raça e sexo. Isso é uma falácia.

Na esteira desses apontamentos, nos colocamos criticamente ao pensamento pós-moderno que rejeita o caráter estrutural das múltiplas opressões oriundas das contradições do modo de produção capitalista, postulando a incredulidade no tocante a todas as grandes categorias, suprimindo a metanarrativa e escondendo o cerne que explica o conjunto das contradições sociais, da exploração e das opressões inerentes à sociabilidade burguesa. A ênfase na "efemeridade, mascaramento e na simulação, com explica Harvey (1992), no "simulacro e falta de profundidade" como caracteriza Jameson (1991), leva a uma perigosa retórica, "já que evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global" (Harvey, 1992, p. 112). Para Harvey (1992) ao rejeitar a metanarrativa (marxista) capaz de apreender os processos político-econômicos que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana e obcecados pela desconstrução e deslegitimação de toda espécie de argumento que encontra, os pós-modernistas acabam por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional.

Nessa direção, não é possível (porque irreal) descartar a metanarrativa, as explicações universalizantes, bem como uma luta econômica e política desvencilhada da perspectiva de totalidade e de universalidade. Não considerar não é idêntico a não existir. As determinações universais, reconhecidas ou não, estão na realidade e lhe são constitutivas. A negação ou a não apreensão do conjunto das múltiplas determinações que impregnam e compõe a sociedade capitalista não as eliminam do concreto real, pois elas pulsam, gritam e se manifestam ontologicamente.

Aceitamos a compreensão de Palmer (1999) ao mencionar que a "metanarrativa marxista é rejeitada, ironicamente, no exato momento histórico em eu se torna absolutamente necessária", uma vez que no contexto da vida contemporânea, "a humanidade está cada vez mais conectada nas dimensões globais da exploração e da opressão" (Palmer, 1999, p. 76). O antagonismo pós-modernista à metanarrativa,

particularmente, ao marxismo, gera uma de suas marcas registradas: a negação e o anúncio da morte da classe e das lutas de classes.

Porém, tem outro aspecto que é mister salientar. Toda essa elaboração pós-moderna na refutação do universalismo, das metanarrativas e da verdade, desemboca em outro ponto: o irracionalismo. Buscando liquidar a tradição humanista-racionalista, com forte inspiração nietzcheana, o irracionalismo, condenando a razão - considerada como abstrata e como um ato limitado de pensar – provoca uma equiparação entre entendimento e conhecimento. Negando a razão, o irracionalismo atribui a ela a mesma condição de um conhecimento comum, como mais uma das formas de entender a realidade. Em defesa da subjetividade plena que descarta uma análise de totalidade social, desconsiderando as determinações materiais, o irracionalismo prende-se uma análise idealista e reducionista do real, negando a sua objetividade.

Coutinho, na sua obra clássica "O estruturalismo e a miséria da razão", publicada originalmente em 1972 e com a segunda edição quase quarenta anos depois, em 2010, explica o irracionalismo como uma corrente que se debruça sobre os problemas da razão. Uma das características dessa corrente é negar que a totalidade do real possa ser objeto de uma análise racional. Por isso, é uma encarnação de um pensamento imediatista incapaz de atingir a essência do objeto. Assim, diz Coutinho (2010, p. 44), "irracionalismo e "miséria da razão" se completam". Ou autor faz uma digressão recuperando as origens do irracionalismo e suas expressões tanto pela ótica do conservadorismo romântico que negando a modernidade, coloca-se no prisma antimoderno, quanto suas expressões no pensamento positivista e neopositivista. Mas não nos debruçaremos nessa abordagem, mas no destaque que é possível fazer sobre a vinculação entre o irracionalismo e os interesses da burguesia.

Belli contribui para compreender a perspectiva irracionalista presente no pensamento pós-moderno. Segundo o autor

> Aqueles que se animam por uma perspectiva irracionalista almejam a elaboração de uma alternativa do tipo de terceira via no campo político, capaz de superar aquilo que eles acreditam ser a falência do pensamento liberal e os descaminhos da esquerda revolucionária. No entanto, a falta de rigor na compreensão da realidade, ocasionada pelo caráter idealista de suas formulações, que aprofunda cada vez mais a recusa da prática autocrítica, encaminham essas alternativas para a manutenção da condição atual e, pior, rebaixando gradativamente a experiência humana que poderia servir de base para uma intervenção radical na realidade. O pensamento irracionalista nega essa noção de razão, confundindo-a com a noção de razão pragmática. Por não concordar

> com as novas bases instauradas, e ainda discordando das antigas, é proposta uma nova modalidade de entendimento do mundo baseada na irrazão; uma forma de conhecimento negadora da crítica científica e assentada de maneira bastante curiosa numa forma de saber imediatista, próxima a do senso-comum. O irracionalismo pós-modernista poderia ser caracterizado pela perda de referência do real como parâmetro teórico-prático, cedendo espaço para a representação unilateralmente simbólica. Dessa forma, não haveria a percepção de uma determinação ontológica sobre a atividade humana, retirando a ideia de intervenção orientada e cedendo espaço, cada vez mais, a representação estanque e imaginária da realidade (BELLI, 2017, p. 49).

Isto posto, o irracionalismo coloca-se como um apoiador e defensor dos interesses da burguesia, constituindo-se em um campo reacionário que rejeita e combate a objetividade do real e suas contradições e, desta forma, nega a luta de classes e a possibilidade revolucionária de suplantação do capitalismo. É, como designa Angélica Lovatto (2021) , uma das contrarrevoluções ideológicas da burguesia[7].

5. Os pós-modernistas e a morte da classe social: a defesa das identidades e da diferença

Partimos da afirmação de que não foi Marx quem inventou as classes sociais e as lutas de classes. Em diferentes formações sociais e políticas, portanto determinadas historicamente, a sociedade esteve ancorada em classes sociais. Essas categorias econômicas não são obras ideológicas, fruto de uma abstração do plano do pensamento desvinculada da realidade. Marx, em carta ao amigo e colaborador Joseph Wydemeyer, datada de 5 de março de 1852, assim se manifestou:

> No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a sua luta entre si. Muito antes de mim, historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta das classes, e economistas burgueses a anatomia económica das mesmas. O que de novo eu fiz, foi: 1. demonstrar que a *existência das classes* está apenas ligada a *determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção;*2. que a luta das classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado; 3.* que esta mesma ditadura só constitui a transição para a *superação de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes.* [...] (Marx, 1852)

[7] Angélica Lovatto no Prefácio da obra "Identidade e Classes Sociais" de Carlos Montano (2021), apresenta o irracionalismo que ficou conhecido como existencialismo, como a terceira contrarrevolução burguesa. Destaca como a primeira o positivismo, como segunda o relativismo e a pós-modernidade como a quarta contrarrevolução da burguesia.

Tendo por centralidade a classe e, portanto, as lutas de classes na formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como na sua superação, Marx e Engels, no Manifesto Comunista produzido em 1848, apresentavam a força motriz da história das sociedades: as lutas de classes. As classes sociais sempre estiveram em constante antagonismo entre si, pois aspiravam e aspiram interesses divergentes. Engels, em nota à edição inglesa de 1888, lançou uma definição sobre as classes no capitalismo. Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender a sua força de trabalho para existir (Engels, 1888)

Nessa mesma nota, Engels retoma a proposição que constitui o núcleo do Manifesto:

> Em qualquer época histórica, o modo predominante da produção econômica e da troca e a organização social que dele necessariamente decorre formam a base sobre a qual se constrói, e só a partir da qual pode ser explicada, a história intelectual e política dessa época; consequentemente, toda a história da humanidade (desde a dissolução da sociedade tribal primitiva que possuía comunitariamente a terra) tem sido a história das lutas de classes, de utas entre classes exploradoras e classes exploradas, entre classes opressoras e classes oprimidas; a história destas lutas de classes constitui uma série de desenvolvimentos na qual se chegou hoje a uma fase em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode alcançar a sua emancipação do jugo da classe dominante e exploradora (a burguesia) sem emancipar, ao mesmo tempo e de uma vez para sempre, toda a sociedade de qualquer exploração e opressão, de quaisquer distinções de classes e de todas as lutas de classes (Engels, 1888).

Diante do exposto é preciso reforçar que não se deve ter uma compreensão limitada de classe, vista somente pelo aspecto estruturador, ou seja, o lugar ocupado na produção social, mas, como alerta Wood (2003), a partir de uma concepção sócio-histórica de classe, ou seja, como relação social. Essa concepção ancora-se na "dinâmica da relação entre apropriadores e produtores, nas contradições e nos conflitos que explicam os processos históricos e sociais" (Wood, 2003, p. 74). Outro ponto a enfatizar é de que a existência da classe não pressupõe, mecanicamente, consciência de classe. Assim, a classe vai se constituindo nas relações de produção e nas lutas de classes. Como explica Wood (2003, p. 76), "as formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem a partir do processo de luta, à medida que as pessoas "vivem" e "trabalham" suas situações de classe". Sem recusar as determinações objetivas e estruturais de classe é necessário avançar na compreensão de como essa classe vai se constituindo e se

formando. Só a localização da classe na estrutura do modo de produção capitalista não é suficiente para evidenciar a sua formação. Tomando por referência a concepção de classe em Thompson, a autora enfatiza que "classe é um fenômeno visível apenas no processo" (Wood, 2003, p. 77). Sendo assim, classe não é um construto teórico imposto sobre a evidência.

Não entrando no debate sobre concepções de classe no amplo leque de autores marxistas, situando suas diferenças e similitudes, o que nos importa é a tese central que move a matriz teórico-metodológica marxiana: o modo de produção capitalista (determinado historicamente) pressupõe uma forma específica de produção material, que tem, no trabalho assalariado, portanto, na estruturação de classes sociais, seu alicerce. Essa produção social constitui-se numa relação social baseada na exploração e opressão entre as classes.

Sem visar homogeneizar a "classe", enfatizando somente o lugar que ocupa na estrutura da produção material, desconsiderando o conjunto de particularidades que estão presentes na classe social que vende sua força de trabalho e na classe que detém os meios de produção, reforçamos que a classe trabalhadora possui gênero, raça e sexualidade. Essas particularidades expressam totalidades menos complexas, mas que estão imbricadas na totalidade social, orgânica e articulada da sociedade capitalista. Sendo assim, a classe possui um caráter universal, sem desconsiderar as particularidades que se revelam nas diferentes opressões e desigualdades.

No entanto, em tempos de enaltecimento do pensamento pós-moderno e do novo pluralismo, a classe é satanizada e considerada um conceito essencialista e reducionista, não sendo capaz de dar conta da ampla gama de diversidades e identidades presentes na cena contemporânea. Coloca-se a "incapacidade de enfrentar (em geral, de negar explicitamente) a totalidade abrangente do capitalismo como sistema social constituído pela exploração de classe, mas formador de *toda*s as "identidades" e relações sociais" (Wood, 2003, p. 222). Nessa direção, aponta Wood, que o "sistema capitalista, sua unidade totalizadora, foi conceitualmente suprimido pelas concepções difusas de sociedade civil e pela submersão de classe em categorias abrangentes como "identidade" que desagregam o mundo social em realidades particulares e separadas" (Wood, 2003, p 222). Dessa forma, as relações sociais capitalistas se dissolveram numa pluralidade fragmentada e desestruturada de identidades e diferenças, deixando de existir o próprio conceito de estrutura social. Essa apreensão acaba por ocultar as relações de poder que constituem o capitalismo, "a estrutura dominante de coerção que interfere em todos os

cantos de nossa vida pública e privada", sendo incapaz de reconhecer que as várias identidades ou grupos de interesse se situam em posições diferentes em relação à estrutura dominante". Sob as lentes deformadas da pós-modernidade, anula-se o capitalismo como um sistema e forma social específico, sendo "enterrado sob um monte de fragmentos e "diferenças"", destacada Wood (2003, p. 223).

Insistimos na evidência do real, que tanto o nascimento, o desenvolvimento e o fim das classes sociais no movimento contraditório de luta de classes, estão diretamente vinculados ao desenvolvimento de modos históricos de produção material. Não é uma questão de representação, de ideologia, de narrativas e discursos produzidos. Em contraposição a essa determinação de existência, o pensamento pós-moderno objeta a classe social, considerando que "o "classismo" parece representar o pecado de estereotipar as pessoas com base em sua classe social, que, levado ao pé da letra, significaria que era politicamente incorrer definir Donald Trump como sendo um capitalista" (Eagleton, 1998, p. 46). Os marxistas consideram a classe como uma categoria totalmente social; pertencer a uma classe social significa ser oprimido ou opressor, mas que pelas contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista, a classe possui um caráter revolucionário. É na luta de classes que se coloca a possibilidade de superar uma sociedade classista e construir uma sociedade comunista, verdadeiramente livre, sem exploração e opressões, portanto, sem classes sociais.

Na negação da classe, o pensamento pós-moderno é avesso a uma apreensão pela totalidade e universalidade. Assim, defende um sujeito pós-moderno descentrado, múltiplo, diverso e com muitas identidades. Entra em cena a "política de identidade" (Eagleton, 1998; Wood, 2003). Recusando quaisquer explicações causais, ou, pelo menos, contra qualquer explicação que conceda prioridade a certas causas em detrimentos a outras, os anti-essencialismos pós-modernos "sustentam que teorias não têm que apelar para determinantes que não fenômenos empiricamente dados", considerando que "leis sociais são ficções convenientes para fornecer uma ordem a fenômenos empíricos" (Malik, 1999, p. 126). Dessa forma, Malik recupera Robin Cohen que disserta que "o estudo moderno da identidade (...) liquidou com os "velhos essencialismo" – como, por exemplo, a ideia marxista de que toda identidade social poderia ser reduzida basicamente à identidade de classe". Em oposição, sustenta que "há reivindicações concorrentes para afiliação que não podem ser reduzidas a epifenômenos" e que "sexo, idade, deficiência física, raça, religião, etnia, nacionalidade, status civil e mesmo musicais e códigos de

“vestuário” são, todos, “eixos de organização e identificação extraordinariamente potentes”” (Malik, 1999, p. 127).

Valendo-nos novamente das análises de Malik, concordamos com o autor quando põe que “não há soluções outras separadas das da luta de classe, por mais que essa metanarrativa de resistência materialmente estruturada se cruze com tipos especiais de opressão. A classe não caiu tanto quanto retornou” (Malik, 1999, p. 81). Argumenta o autor que a “classe tem a capacidade singular de assimilar outras categorias do ser e congelar variedades de poder, governa e é governada, uma metanarrativa de exploração dentro da qual todas as identidades, em última análise, encontrarão seu nível de subordinação/dominação” (Malik, 1999, p. 82). Para o autor esta é, na verdade, uma velha maneira de olhar o mundo, mas como o pós-modernismo/pós-estruturalismo consideram que tudo que é velho é destituído de valor, confirma-se o que Trostky proclamou: “aqueles que não conseguem defender velhas posições jamais conquistarão novas” (Malik, 1999, p. 82).

A questão que se coloca é que reconhecer que há um conjunto de elementos identitários que são inerentes ao sujeito e que podem suscitar discriminações, opressões e desigualdade não implica em conceber cada identidade à parte de relações sociais mais amplas, constitutivas de determinações macroestruturais. Não há uma escolha, ou isso ou aquilo, ou a classe ou as identidades.

Para guiar nossa explanação sobre a questão de classes sociais e identidades, partiremos de dois aspectos que julgamos necessários: a) diferenciar **universalismo e culto às diferenças; b) diferenciar igualitarismo de identitarismo**.

Pierucci em seu livro “Ciladas da diferença” (1999) expõe uma tese argumentativa de que a defesa das diferenças foi apregoada pela direita, ou melhor, pela ultradireita do final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, em reação à Revolução Francesa, contestando o ideal republicano de igualdade e fraternidade e a tudo quanto de universalismo e igualitarismo havia no movimento das ideias filosóficas do século XVIII. Sendo assim,

> o pavilhão da defesa das diferenças, hoje empunhado à esquerda com ares de recém-chegada pelos “novos” movimentos sociais (o das mulheres, o dos negros, o dos índios, o dos homossexuais, os das minorias étnicas ou linguísticas ou regionais etc.) foi na origem – e permanece fundamentalmente – o grande signo/desígnio das direitas, velhas ou novas, extremas ou moderadas. Pois, funcionando no registro da evidência, as diferenças explicam as desigualdades de fato e reclamam a desigualdade (legítima) de direito (Pierucci, 1999, p. 19).

A direita, celebrando as diferenças, acaba por repulsar os diferentes. O discurso que afirma as diferenças é o "discurso inaugural, a enunciação fundante, a evidência primeira, a verdade imediata e inconteste" (Pierucci, 1999, p. 27). Na recusa dos direitos humanos e negação da igualdade, a direita escolheu sempre a diferença, apresentando a igualdade e a diferença como uma disjuntiva, pois a noção de igualdade seria incompatível com sua concepção de vida em sociedade, na defesa da tradição e do preconceito e da propriedade privada. O traço fundante da defesa das diferenças é o anti-universalismo com o anti-igualitarismo, pontua Pierucci.

Os argumentos em defesa do direito às diferenças, no campo da direita, reforçam a estratégia direitista de reapropriação de um de seus temas mais tradicionais e sedutores, onde "tudo se joga em torno da noção da diferença" como dizia Jacques Attali, em 1979, um dos cérebros mais perspicazes do Partido Socialista francês. Disse ele numa entrevista, atento ao charme do argumento diferencialista: "Do ponto de vista estritamente formal, a direita encontrou uma nova vitalidade, traduzindo em seu campo ideias que cintilam e que são belas, como a ideia da diferença" (Attali, 1979, citado por Pierucci, 1999, p. 53). O autor coloca que os conservadores, celebrando as diferenças, negam o universalismo, acusando a modernidade, a razão, a vida intelectual, a igualdade de desenraizamento. Menciona – a partir dos argumentos da direita - que as forças da modernidade, "ao dar razão às metanarrativas da teoria sociológica, forjaram identidades mais racionais, mais genéricas ou mais essenciais, prospectivamente universais, as quais romperiam as amarras tradicionais, dissolveria, os vínculos irracionais ao local e ao particular, às raízes, ao passado, ao culturalmente circunscrito e geograficamente demarcado, para libertar em cada pessoa o Homem, o indivíduo, sua Humanidade" (Pierucci, 1999, p. 163). E é contra esse universalismo que a direita e os conservadores enaltecem o direito à diferença, baseando-se o pressuposto de que a humanidade não é uma, são muitas, diferentes entre si e, porque diferentes, seriam desiguais. A afirmação da diferença pressupõe uma diferença de valor, portanto, de hierarquia.

Mas como a defesa à diferença é colocada no campo da esquerda? Pierucci (1999) contextualiza que recentemente, a "nova esquerda" dos novos movimentos sociais das minorias, passou a investir no léxico da diferença e a tematizar o "direito à diferença". Nesse sentido, além do diferencialismo de direita existe hoje um diferencialismo de esquerda ou uma esquerda diferencialista. A posição do indivíduo de esquerda que adere ao charme da diferença não é nada simples, posto que "para a esquerda não pode haver escolha entre a igualdade e a diferença" como sempre houve na direita. A bandeira

lardeada pela esquerda é de que “diferente, mas iguais”, “a verdade igualdade repousa nas diferenças”, “a diferença não tem nada a ver com a desigualdade”, “é uma questão de pluralismo cultural”, “a igualdade na diferença”. Mas qual seria o mal-entendido dessas afirmações? Pierucci alerta para a ingenuidade contida na bandeira levantada pela esquerda, pois “querer defender as diferenças sobre uma base igualitária acaba sendo tarefa dificílima em termos práticos, ainda que aparentemente menos difícil em termos teóricos” (1999, p. 33).

Não basta exprimir uma opinião, é preciso que a isto se siga uma prática. Também alerta para o efeito reverso que a defesa à diferença pode causar. Pontua que “o efeito perverso por excelência do enfoque na diferença (de gênero, de cultura, de raízes, de modos de vida etc.) como bandeira de luta dos movimentos de esquerda é, na minha opinião, o embaçamento do foco ou o obscurecimento ainda maior das diferenças definidoras dos campos adversários na guerra ideológica” (Pierucci, 1990, p. 28). Utilizando o famoso Caso Sears, o autor expõe que o problema está quando o debate político entre igualdade e diferença extrapola o espaço da academia. Na prática política cotidiana ou em outros contextos que não as academias e as publicações especializadas, as sutilizas desconstrutivistas não têm muitas chances de emplacar, assim como não tem melhor caminho a oferecer a inocência de superfície dos que se contentam em dizer: “diferentes, mais iguais”.

> O revés sofrido pela testemunha de acusação contra a Sears ilustra bem os efeitos perversos, não apenas da disjuntiva igualdade ou diferença, (...) mas também da ambiguidade própria de quem, num determinado contexto, apurando o foco e exercitando o rigor intelectual, pode insistir na diferença sem maiores riscos práticos, mas que numa outra situação menos elitizada não pode senão balbuciar suas convicções, quando não tiver que sobre elas silenciar por completo, para não oferecer a própria arma ao assaltante (Pierucci, 1990, p. 49)

Tomando por referência Stolcke (1993), Pierucci aponta que essa atmosfera pós-moderna que muitos respiram nos ambientes de esquerda, essa onda de celebração das diferenças, de apego às singularidades culturais, de apologia da irredutibilidade das particularidades e especificidades culturais, sociais e contextuais, tudo isso assusta muito pouco as cabeças de direita, pois também são perpassadas por fundamentalismo cultural. Trata-se de um discurso palatável e familiar para a direita popular. Para o autor, a focalização da diferença acaba roubando perigosamente a cena da igualdade.

Diante dos apontamentos trazidos é fundamental que saibamos diferenciar **universalismo e culto às diferenças** e **igualitarismo de identitarismo**.

O princípio universalista e a igualdade entre os homens foram bandeiras do Iluminismo e o marxismo voltou-se à luta econômica entre as classes sociais. Celso Frederico (2020) aponta que do lado do universalismo encontram-se os defensores do secularismo, do racionalismo, dos direitos universais do homem e de seu corolário político (a democracia) e filosófico (o pensamento totalizador); do outro lado, encontram-se os críticos modernos do universalismo que apelarão para a particularidade, a diversidade, o direito à diferença, o pluralismo, a tolerância e seu corolário político (o liberalismo) e filosófico (o nominalismo).

Renunciando à história, o anti-universalismo leva à negação da verdade e o que passa a contar não foi o que aconteceu no decurso histórico, mas como apareceu e aconteceu para um grupo em particular. A explicação não está subsidiada pela análise racional, mas a partir das representações e do significado dado pelos sujeitos de uma dada coletividade. Como já expusemos no tópico anterior, o relativismo brilha na ótica identitarista.

Antonio Risério (2019) identifica duas características centrais do que chama de devaneios ideológicos do identitarismo: o congelamento da história e a abolição das classes sociais. Em relação à primeira característica, Risério mostra que se o identitarismo reclama a partir de um solo histórico, no momento em que este solo começa a se mover, a solução encontrada é fechar os olhos, fazer de conta que nada está acontecendo e que esquece que a história existe. Usando exemplos do movimento feminista e do movimento negro, Risério sintetiza que, aposentando a luta de classes do velho materialismo histórico, colocam-se supostos antagonismos étnicos e sexuais, mas sempre em modo maniqueísta, identificando o opressor ao mal e o oprimido ao bem. Ocorre uma abolição da história à medida que não se realiza uma análise comparativa, por exemplo, entre as liberdades das mulheres no ocidente moderno com outras sociedades. Nessa direção, ao abolir a história, os identitários negam a existência de classes sociais. Diz Risério (2019, p. 76) que a esquerda pós-moderna retirou de cena o velho proletariado (...) colocando em seu lugar a mulher, o negro, o índio, o gay.

Pierucci (1990) expõe que na cultura da diferença o sujeito coletivo é reverenciado, atribuindo a esta ou àquela diferença corporalmente partilhada a missão de funcionar como princípio de autofundação e auto-identificação de um sujeito coletivo encarregado de instaurar uma nova sociabilidade geral.

> Enquanto o velho Sujeito da transformação social – a classe operária – se constituía ao se reconhecerem e se unirem “os operários do mundo

> todo" a partir de uma mesma posição nas relações sociais de dominação e exploração, e sendo a luta entre as classes pensada como um conflito histórico, hoje, ao contrário, apensar de toda uma retórica anti-essencialista pós-modernista, tudo parece menos histórico e menos contingente com este Sujeito, que entretanto invoca para si, como sua, a diferença. Desse modo tudo parece mais seguro. Pois o Sujeito da mudança agora "nasce" (Pierucci, 1999, p. 116).

Em nome de uma pluralidade de sujeitos, evoca-se os particularismos, os fragmentos, as vozes silenciadas, os corpos oprimidos e as subjetividades esmagadas. Sem qualquer referência a uma regra geral e a uma definição universal - considerada abstrata e expressão de totalitarismo - a ênfase está nos sujeitos, no plural, como novos protagonistas das mudanças e das transgressões. Aqui, não há menção a uma perspectiva revolucionária, de transformação do modo de produção, mas de ações que figurem lutas no âmbito de micropoderes onde atuam sujeitos difusos. Com forte influência foucaultiana, a transgressão social é o horizonte do campo pós-moderno e não a superação do capitalismo pela via revolucionária. Transgredir tornou-se a máxima dos movimentos pós-modernos e a defesa da identidade – como corolário da diferença - sua bandeira de luta.

O declínio do universalismo e esmaecimento do sujeito revolucionário tem influência direta do movimento herdado da década de 1960. As décadas da contracultura – os anos de 1960 e 1970 - transformaram-se nos pós-modernos anos 80 e 90, destaca Eagleton (2016), levando ao discurso de total irrelevância do marxismo. Discurso irônico, pois "as mudanças que pareciam destiná-lo ao esquecimento eram as mesas que ele estava tratando de explicar. O marxismo não era supérfluo porque o sistema havia alterado suas posições; havia perdido prestígio porque o sistema era, mais intensamente ainda, o que havia sido antes. Havia mergulhado numa crise; e, acima de todos os outros, havia sido o marxismo que dera uma explicação de como essas crises vinham e iam" (Eagleton, 2016, p.58). É desse momento que nascem os estudos culturais à medida que se desfaziam as esperanças políticas. A micropolítica eclodiu numa escala mundial e de um extremo a outro do planeta doente, havia chamados para abandonar o pensamento planetário. "Qualquer coisa que nos unisse – o que quer que fosse o mesmo – seria danosa. Diferença era a nova palavra de ordem, num mundo crescentemente submetido às mesmas indignidades de morte por fome e doença, cidades clonadas, armas mortais e a rede de televisão CNN" (Eagleton, 2016, p. 63). Criou-se, pelos pós-modernos, o fetiche da diferença e o mundo cultural havia nascido.

O fetiche da diferença leva a equívocos teórico-práticos. Isso é fato. As identidades como raça, gênero, etnicidade, sexualidade etc., ocupam o lugar que antes tinham as lutas de classe. Aliás, classe é compreendida, para os pós-modernos, como mais uma das identidades. Na verdade, essa equivocada compreensão é conveniente ao capitalismo. Destaca Duayer (2015, p. 11) que "o capital pode tolerar todos os particularismos, todas as diferenças, mas promove objetivamente sua dissolução; só não admite a abolição da diferença que infla e exacerba as identidades e particularidades: a diferença de classe, determinação social, universal da sociedade do capital".

É curioso como a rejeição do universal, das determinações sociais, econômicas e políticas se põe diante de um sistema (capitalismo) que é universal, que se espraia e se desenvolve em escala mundial. O direito à diferença, deslocado de uma análise de totalidade social, que compreende o micro, o fragmento, os particularismos como autônomos e independentes das relações sociais capitalistas, como que fossem alheios a um conjunto de complexos de totalidade, leva a certas armadilhas.

No seu livro "Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje", Asad Haider (2019) pontua que a armadilha não está em se levar em conta a identidade na análise da sociedade, mas em fazer uma análise que não considere as determinações materiais da vida social. No prefácio do livro, Silvio Almeida traz importantes considerações. Uma delas reforça a influência do identitarismo nas análises parciais e reducionistas do debate sobre identidade. Para Almeida, "à sombra do identitarismo, o mundo é uma fantasmagoria em que ser negro, mulher, LGBT, trabalhador e todo sofrimento real projeta-se em narrativas fragmentadas, relatos de experiências pessoais e outros subjetivismos travestidos de método" (Almeida, 2015, p. 10). Silvio Almeida destaca que é contra o próprio processo político e econômico de constituição de subjetividades que se deve lutar, pois tomar a identidade como o centro da política é o mesmo que tentar acabar com o capitalismo comprando todas as mercadorias existentes até que não sobre mais nenhuma. E é assim que a eficiência da armadilha identitária serve tanto à direita quanto à esquerda antirrevolucionária. Para a direita fortalece suas premissas mais tradicionais e conservadoras, dando espaço para o fascismo ao reivindicar uma "identidade branca", uma "identidade nacional" que condene os não brancos e imigrantes. Lembramos que as eleições de novembro de 2024 para a presidência dos Estados Unidos da América revelam como esse discurso da aclamação da diferença para os ultraconservadores reforça o preconceito, a discriminação e condenação das liberdades democráticas. E para a esquerda? Leva a uma paralisia por dois motivos: 1) quando a

esquerda só fala de identidade; 2) quando a esquerda se recusa a falar da identidade. A política identitária limita as organizações de esquerda a reivindicarem mais direitos que acaba por não se constituir em um problema sério para o capitalismo. Alerta Almeida que quando o único objetivo da esquerda é o reforço da subjetividade jurídica, as formas sociais do capitalismo (mercadoria, dinheiro, Estado) que estão conectadas com a forma jurídica serão preservadas. Por outro lado, quando a esquerda nega debater e pautar a questão da identidade, tendo uma postura "anti-identitária" em nome de um marxismo puro, ortodoxo e classista, acaba por caindo em uma armadilha que é desconsiderar como o capitalismo, baseado na exploração de uma classe em relação a outra, desencadeia um processo multifacetado de opressões sociais que se revelam em questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Sobre essa questão, retomaremos o debate posteriormente.

Ainda procurando expor as diferenças entre igualitarismo e identitarismo, recuperemos os apontamentos de Montaño (2021). O autor reforça que enquanto o projeto social "igualitarista" exige igualdade tanto econômica quanto política, sem exploração, sem opressão e sem desigualdade, em uma sociedade, porém, culturalmente diversa, o modelo "identitarista" centra-se na diversidade cultural, no multiculturalismo, sem se focar na questão da igualdade econômica. Continua a exposição afirmando que o igualitarismo visa enfrentar e superar a desigualdade econômica, política e social, pressupondo a diferença, ou seja, reconhecendo que os sujeitos individualmente são diferentes. Já o identitarismo funda-se na defesa do direito à diferença contrapondo-se ao projeto igualitarista.

Safatle (2012) argumenta em defesa radical do igualitarismo, que pode ser entendido por duas coisas: que a luta contra a desigualdade econômica e social é a principal luta política e que ela submete todas as demais. Assim, coloca que esquerda deve ser "indiferente às diferenças". A necessidade de uma política indiferente às diferenças sustenta-se no esgotamento da diferença como valor maior para a ação política. Principalmente no contexto de maio de 1968 a esquerda viu na diferença o valor supremo de toda a crítica social e ação política. Nas décadas subsequentes haverá pressão para o reconhecimento das diferenças (o que foi importante) e na intervenção do Estado por meio de políticas sociais que respondessem às exigências do direito à diferença. Enfatizamos, no entanto, como a história nos mostra, pela própria limitação do Estado e da natureza das políticas sociais, que as demandas foram – a depender das pressões sociais- atendidas sempre parcialmente, sem atacar o cerne das desigualdades sociais nas suas múltiplas expressões.

Daí decorre a urgência da esquerda retomar suas lutas sob a bandeira da igualdade radical e da universalidade, abandonando qualquer tipo de veleidade comunitarista ou de entificação da diferença, destaca Safatle. Comenta que a grande invenção da esquerda foi o universalismo e o internacionalismo. Portanto é preciso deslocar do eixo do político a afirmação das diferenças e das minorias, recuperando uma universalidade verdadeiramente existente na vida social, pois o que nos faz sujeitos políticos está para além das nossas diferenças.

O que podemos apreender diante das análises apresentadas pelos autores?

Um ***primeiro elemento*** é compreender que as diferenças individuais são inerentes às pessoas; diferenças físicas, de personalidade, de habilidades, de atitudes, de gostos e preferências, de orientação sexual, de opiniões, de credo, de costumes e de cultura. Apesar de diferentes há um denominador comum: enquanto "gênero humano" encontra-se - se dadas as mesmas condições e oportunidades – no mesmo patamar de igualdade, na direção do desenvolvimento de suas qualidades humanas. Aqui contesta-se qualquer defesa que há uma diferenciação entre os indivíduos no sentido de terem os mais aptos e superiores, inteligentes e capazes e os menos aptos, inferiores e incapazes. Porém, na sociabilidade burguesa marcada por antagonismos de classe e por uma desigualdade social sem proporções, homens e mulheres – sobretudo da classe trabalhadora - não têm as mesmas oportunidades e circunstâncias para desenvolverem-se em plenitude, explorando ao máximo suas potencialidades. O capitalismo extrai a realização humana de forma universal, aumentando a desigualdade social e, desta forma, extirpando as condições para que ocorra – de forma igualitária – o desenvolvimento pleno das personalidades e das qualidades humanas. O caráter de classe é determinante (em última instância) para demarcar e ampliar as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais. A luta orientada pela matriz teórico-metodológica marxiana deve fincar-se na luta contra todas as formas de desigualdade que são promovidas pelo modo de produção capitalista em direção à construção de uma sociedade verdadeira livre, emancipada e igualitária, ou seja, uma sociedade comunista, para que todos tenhamos acesso e oportunidades reais iguais de desenvolvimento, sem apagar as nossas diferenças, pois não somos idênticos.

Esse pressuposto nos leva a um **segundo elemento**. Se ser diferente não deveria ser o ponto central dos debates e encaminhamentos das lutas sociais de forma mais abrangente, para qual direção devemos nos orientar? É aqui que colocamos que se a igualdade econômica e social (não no sentido liberal e jurídico) deve ser nosso horizonte,

o ponto elementar a ser considerado é a defesa das lutas numa perspectiva classista e não identitária. E o que isso pressupõe? O atravessamento da lógica identitarista aborda a questão da identidade/diferença de forma fragmentada e deslocada da totalidade social e, portanto, de uma luta universal. Essa limitação se expressa tanto na forma de interpretar a realidade como nas formas de ação política. A política identitária move suas pautas na defesa de direitos de alguns grupos específicos, trazendo demandas reais e importantes que não podem ser ignoradas. O problema está na forma como movem o debate: sem analisar que as desigualdades de gênero, étnico-raciais, de sexualidade, de territórios, por exemplo, são desdobramentos das contradições sociais inerentes ao capitalismo e, portanto, só enfrentados efetivamente numa direção anticapitalista e revolucionária, acaba focalizando as lutas, até criando diferenças entre as diferenças.

Concordamos com Haider (2019, p. 131) ao colocar que "o pós-modernismo termina efetivamente por negar por completo relações históricas determinadas – e, dessa maneira, abandona de todo seu princípio original de que a identidade e o sujeito humano são socialmente construídos". Nessa direção, explica Haider que "a "identidade" é uma verdadeira abstração, que não nos diz nada sobre as relações sociais específicas que a determinaram" (Haider, 2019, p. 35). Reforçamos o argumento de que é a classe social - como contradição e luta - que desencadeia o processo de exploração no capitalismo. É a partir da classe – determinada na esfera produtiva - que podemos compreender as demais expressões de desigualdade social e opressões que são geradas pelo modo de produção capitalista. Explicar e interpretar a realidade a partir dos fundamentos estruturais da sociedade capitalista é imprescindível para não cair no "canto das sereias" de acreditar que a classe social morreu, que não tem mais importância em uma sociedade pós-moderna e pós-industrial, que classe é somente mais uma das identidades do sujeito.

Montaño no seu livro recente "Identidade e Classe Social" (2021) traz ponderações importantes que alavancam o debate. De acordo com o autor:

> (...) ao absolutizar a "identidade" (de raça, de gênero, de orientação sexual, de religião etc.), deixando de se impor com a contradição de classe no seu interior, a análise pós-moderna não consegue diferenciar as mulheres trabalhadoras das mulheres burguesas, os negros trabalhadores dos negros burgueses, os muçulmanos trabalhadores dos muçulmanos da elite política e econômica, os LGTBs trabalhadores dos LGBTs burgueses. E ainda, como as chamadas pautas identitárias pós-modernas centram-se nos direitos individuais ou grupais (não em universais) e na dimensão cultural (não estrutural), então acaba-se festejando, como conquistas dessas pautas identitaristas, o sucesso de indivíduos que representam essa "identidade", mesmo que eles pertença à classe burguesa ou à elite e tenham acesso ao poder político e ao

> *establischment*: um Barack Obana, uma Condoleezza Rice, uma Margaret Thatcher, um Clodovil Hernandes, uma Damares Alves etc., mesmo que essa "conquista individual" em nada tenha alterado a relação de opressão (Montaño, 2021, p. 91).

É por isso que insistimos na argumentação de que não é a identidade ou a diferença o pilar estruturador para compreender as contradições e desigualdades sociais presentes na sociedade atual regida por um sistema universal – o capitalismo. Tão pouco não deve ser o pilar estruturador das lutas sociais para enfrentar o capitalismo. Uma observação se faz importante: as lutas antiopressivas (identitárias) como sinaliza Montaño (2021) são legítimas e expõe as fraturas e desigualdades das relações sociais capitalistas. Elas devem ser pautadas e devem ser defendidas pela esquerda.

Todavia, pontuamos que as opressões sociais, raciais, religiosas, de gênero e sexualidade, não devem ser consideradas apartadas das lutas de classe que não só denunciam, mas enfrentam a exploração capitalista. Não são lutas incompatíveis ou excludentes, realça Montaño. Ao contrário, "é preciso *retotalizar* as questões, as causas e as lutas identitárias, antiopressivas e particulares no interior da totalidade social" uma vez que "as lutas identitárias (ou antiopressivas particulares) não podem ser desarticuladas ou dissociadas da questão de classe, sob risco de ser tornarem "pautas" isoladas da totalidade". Nesse sentido, "as lutas de classes devem incorporar todas as bandeiras, causas e "pautas" identitárias como lutas particulares de um embate universal". Portanto, "a luta de classes deve ser uma luta pela igualdade social, pela emancipação e deve impactar em todas as esferas da realidade social onde houver opressão e desigualdade". Enfatiza o autor que nesse cenário, "só a articulação de todas essas causas e de todas essas lutas, atravessadas pela questão de classe, permite um horizonte anticapitalista e uma perspectiva de transformação social que exija a superação da ordem burguesa" (Montaño, 2021, p. 388-389).

Diante do exposto é preciso "chacoalhar" a própria esquerda para que não se encante pelas políticas identitárias e renuncie a construção de um projeto de sociedade humanamente emancipatório e revolucionariamente possível. Nessa tarefa, Ellen Wood nos presenteia com uma riquíssima análise. No seu livro "Democracia contra capitalismo", ao iniciar o último tópico "Capitalismo, emancipação humana: raça, gênero e democracia" retoma a mensagem de Isaac Deutscher aos estudantes americanos em pleno ativismo estudantil dos anos 1960: "Vocês estão em atividade efervescente às margens da vida social, e os trabalhadores estão passivos no centro dela. É esta a tragédia

de nossa sociedade. Se não enfrentarem esse contraste, vocês serão derrotados". Wood chama atenção para o aviso dado na década de 1960, mas que se torna fundamental nos anos atuais. Destaca a autora que "já não se admite sem discussão na esquerda que a batalha decisiva pela emancipação humana vai ocorrer no campo "econômico", o terreno da luta de classes". Contina a autora afirmando que "para muitas pessoas, a ênfase se transferiu para o que denomino de *bens extra-econômicos* – emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica, cidadania democrática" (Wood, 2003, p. 227). Quais os equívocos e implicações desta apreensão? Ao nosso ver, cria a ilusão de que as lutas por segmentos, desarticuladas da luta de classes, será vitoriosa no atendimento às pautas postas pela esquerda identitária ou pós-moderna, que não está mais colocando a centralidade na classe e na superação do capitalismo, mas na "humanização" dos efeitos perversos do capitalismo.

Novamente recuperamos o que vimos desenvolvendo. Importante frisar que não se desconsidera a importância das lutas sociais pautadas no antirracismo, feminismo, LGBTQI+ e contra toda forma de opressão, discriminação e violência. No entanto, despidas do caráter classista, essas lutas não terão como horizonte a suplantação da ordem capitalista, mas ficarão restritas à luta por direitos e, de certa forma, ao melhoramento e humanização do capitalismo. Sob forte traço politicista e culturalista, a crítica não é feita no âmbito da economia política, pois privilegia-se o político em detrimento às determinações econômicas.

Como bem destacaram Carcanholo e Baruco (2009, p. 81), "as diversas lutas, em diferentes arenas (opressão de gênero, raça, movimentos ecológicos, étnicos etc.) são formas reais de confronto ao capital, enquanto, e desde que, partes de uma totalidade de oposição à sua lógica". Os autores retomam o que Wood (2003) reforça sobre as lutas no terreno extraeconômico explicando que enquanto ficarem exclusivamente nesse terreno, não representam um perigo fatal para o capitalismo, podendo até serem vitoriosas sem desmontar o sistema capitalista. Porém, terão pouca probabilidade de sair vitoriosas caso se mantenham isoladas da luta anticapitalista. Wood sintetiza essa observação da seguinte maneira:

> (...) a indiferença estrutural do capitalismo pelas identidades sociais das pessoas que explora torna-o capaz de prescindir das desigualdades e opressões extraeconômicas. Isso quer dizer que, embora o capitalismo não seja capaz de garantir a emancipação da opressão de gênero ou raça, a conquista dessa emancipação também não garante a erradicação do capitalismo. Ao mesmo tempo, essa mesma indiferença pelas identidades extraeconômicas torna particularmente eficaz e flexível o seu uso como coberta ideológica pelo capitalismo (WOOD, 2003, p. 229).

Nessa direção, a tendência pós-moderna proclama o fim das transformações universais de caráter classista, enfatizando as lutas por segmentos, do reforço às identidades, da valorização de diferentes narrativas que tem, nos discursos das linguagens e dos símbolos e na supremacia da subjetividade e do sujeito individual, seu coroamento.

Na negação de sujeito revolucionário da teoria social crítica de Marx, os pós-modernistas abrem a porta para a afirmação de "sujeitos" que, diante da fragmentação da sociedade considerada pós-industrial e informacional, representariam múltiplas e distintas identidades, possibilitando alternativas que não caberiam na definição de classe e, portanto, não estariam presas a uma alternativa totalizante. Ao negar um projeto emancipatório – o socialismo -, assenta-se numa postura conservadora. Carcanholo e Baruco (2009) explicitam que, ao negar qualquer forma de alternativa totalizante e, desta forma, negar o sujeito revolucionário, a realidade pós-moderna produz uma consequência: uma postura conservadora. Essa postura parte da premissa de que se não há sujeito enquanto classe, não pode existir consciência de classe, pois esta última não faria mais sentido. Nesse caminho, "a luta de classes perde todo o sentido, pois é impossível uma luta entre algo que não existe mais, ou melhor, que perdeu qualquer unidade, esvaecida no processo de fragmentação e construção de microidentidades relacionadas a qualquer referente entendido como comum pelos sujeitos eu delas fazem parte" (Carcanholo; Baruco, 2009, p.88).

Diante do exposto a conclusão a que se chega é a de que, na impossibilidade de superar as contradições capitalistas, de negação do sujeito revolucionário, de afirmação de novas identidades, de negação da verdade e do universalismo, da proclamação do fim da história, o que está posto é a conformação da lógica do capital, expressando um pensamento conservador.

Não! Não nos conformaremos. Por mais que reconheçamos que estamos em um momento muito desfavorável para encampar as lutas de classe, seja pelos desmontes gerados pela expansão do capital e sua desmedida ofensiva, seja pela atrofia e derrotismo político que acenam para os movimentos anticapitalistas, a ausência de um conjuntura fértil e propícia para o enfrentamento não desqualifica e não faz desaparecer a possibilidade de um movimento contra hegemônico que tem no sujeito revolucionário (proletariado com o apoio da classe trabalhadora) o seu núcleo fundamental.

6. Pensamento pós-moderno e neoconservadorismo: as inflexões para o debate do Serviço Social brasileiro.

Atendendo ao caminho metodológico estabelecido na pesquisa, percorremos as fontes bibliográficas delimitadas para identificar e compreender como o debate feito pela área do Serviço Social brasileiro vem analisando as influências do pensamento pós-moderno no campo profissional, seja na produção do conhecimento, na interpretação da realidade social, na formação profissional e no trabalho profissional.

Por meio de uma leitura cuidadosa e rigorosa dos textos selecionados pudemos identificar elementos unificadores das críticas elaboradas pelos/as autores/as que se debruçaram a problematizar premissas pós-modernas e suas repercussões no debate profissional. Assim, a partir da análise dos textos de José Paulo Netto, Josiane Soares Santos, Ivete Simionatto, José Fernando Siqueira da Silva, de cinco dissertações, três teses e oito artigos publicados em periódicos da área classificados com *Qualis* A1 e A2, sintetizamos alguns elementos agregadores que apresentaremos a seguir.

Uma questão pertinente a explicar é que na produção teórica estudada há uma afirmação categórica: **a pós-modernidade tem vinculação orgânica com o conservadorismo, configurando-se num conservadorismo de tipo pós-moderno ou neoconservadorismo.** Sobre essa afirmação os/as autores/as abordam aspectos específicos que buscam elucidar as expressões do conservadorismo nas premissas sustentadas pelo pensamento pós-moderno e, posteriormente, as inflexões dessa relação para o Serviço Social.

O texto inaugural sobre esse debate é de autoria de José Paulo Netto (1996) já apresentado no decorrer da pesquisa. O autor enfatiza que há uma relação entre conservadorismo e pós-modernidade, que se "dão as mãos" combatendo e criticando o ideal de sociabilidade posto pelo programa da modernidade e jogando claramente no sentido de desqualificar a direção social que se construiu contra o conservadorismo. Assim, afirma Netto (1996, p. 118) que "investir na pós-modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo". Destaca o autor que, considerando as raízes antimodernas do conservadorismo do Serviço Social brasileiro - gênese e desenvolvimento de origem católica – a profissão nasceu e se desenvolveu como parte do programa da antimodernidade, "reagindo à secularização, à laicização, à liberdade do pensamento, à autonomia individual etc.", vinculando-se a um "projeto social e político que recusava o liberalismo e o socialismo (...); a um conservadorismo que, na perspectiva

do anticapitalismo romântico, jamais colidiu com engenharias sociais "orgânicas", de caráter corporativo". Continua argumento que "essas profundas raízes antimodernas do conservadorismo no Serviço Social tornam-no habilitado a capitalizar e a integrar, na sua luta contra os avanços profissionais, muito das concepções e proposições pós-modernas" (Netto, 1996, p. 118). Nesse sentido, para o autor, a probabilidade da aliança entre os defensores da pós-modernidade no Serviço Social com os segmentos conservadores é fortíssima.

Nessa mesma linha de argumentação, Santos (2007) reforça o que Netto (1996) apontou, trazendo mais nuances a respeito. Para a autora, o Serviço Social tem "um pé" no conservadorismo antimoderno, "daí por que no Serviço Social as influências da crítica pós-moderna ao ideário da modernidade tendem a ecoar fertilmente: sua profissionalidade foi saturada de elementos antimodernos que, do ponto de vista ídeo-teórico, se expressam no conservadorismo" (Santos, 2007, p. 69). Nessa direção, a autora reforça que o neoconservadorismo pós-moderno está alicerçado na sustentação da socialidade capitalista, "pois termina por afirmar a sua positividade", característica que pretende afirmar o capitalismo como insuperável, eterno e isento de negatividade que perpassa o real (Santos, 2007, p. 45). Realimentando a análise da herança conservadora no Serviço Social brasileiro, a autora afirma que "enquanto a demanda que o sustenta existir, o conservadorismo estará presente no Serviço Social – ora mais fortalecido, ora menos, porém sempre atualizando-se para responder adequadamente às requisições que lhe são formuladas" (Santos, 2007, p. 58).

Em concordância com a herança antimoderna do Serviço Social brasileiro e a possibilidade do "encontro" com as premissas pós-modernas, outros/as autores/as também caminham nessa direção, resgatando a origem da profissão que teve como "suportes teóricos os pressupostos conservadores da Doutrina Social da Igreja" que marcam o conservadorismo católico que se fundou como proposta antimoderna "refratária aos valores e avanços alcançados com o advento da modernidade" (Simionatto, 2009, p. 98).

A herança tradicional e conservadora na gênese e desenvolvimento profissional do Serviço Social, fora tão bem contextualizada e analisada por Carvalho e Iamamoto no livro referencial de 1982, "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil" e na obra de Iamamoto de 1992, "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil". Nestas produções foi possível compreender a referência às genéticas vinculações entre o Serviço Social com o pensamento conservador. Essas vinculações se expressaram, em um primeiro momento,

na seara de um projeto restaurador – sendo antiburguês, portanto, repudiando a revolução burguesa que teve como um dos marcos históricos a revolução francesa - que defendia o Antigo Regime e seus valores do tradicionalismo, da autoridade e das instituições tradicionais como a igreja e a família; e, posteriormente, em um projeto reformista- de cariz burguês, portanto, contrarrevolucionário. Sendo assim, oportuno enfatizar que o surgimento do pensamento conservador e dá em um período histórico de configuração da sociedade burguesa. Como explica Escorsim Netto (2011, p.51), a partir do quadro sociocultural pós-1948 ocorrerá " mudança da função social do pensamento conservador que perde em escala substantiva seus traços antiburgueses" e afeta "a estrutura do pensamento conservador: alinhando-se agora na defesa da ordem burguesa contra a ameaça revolucionário-socialista, ele tende tanto a estruturar-se como filosofia social quanto como conhecimento científico-social, seja sob a forma de ciência social, seja sob a forma de teoria política". Essas reconfigurações do pensamento conservador serão marcadas quando dá as mãos ao positivismo e, no pós-1948, se expressarão pela fundação das modernas ciências sociais que servirão de componentes de legitimação da ordem burguesa. A autora, tendo por referência as discussões de Lukács, demarca que no campo da filosofia social, o anticapitalismo moderno original do pensamento conservador se mesclará ao irracionalismo moderno, dando origem ao reacionarismo que sustentará a apologia indireta da ordem burguesa.

No Serviço Social do Brasil, considerando os insumos teórico-metodológicos das ciências sociais – sobretudo da sociologia, essas alterações serão visíveis. No percurso sócio-histórico da profissão, se as raízes profissionais estão fincadas no conservadorismo antimoderno, a partir da aproximação com os fundamentos positivistas - com a interlocução com o serviço social norte-americano a partir dos anos de 1940 - transmutar-se-á de um conservadorismo romântico a um conservadorismo moderno. Sobre esse aspecto encontra-se uma rica produção na área do Serviço Social, com destaque para as produções de Leila Escorsim Netto e Jamerson Murillo Anunciação Souza.

Aqui, podemos apreender *um dos traços unificadores entre o pensamento pós-moderno e o pensamento conservador*: **a crítica à razão moderna**. Essa crítica se expressa, pelo menos, em três vias: uma derivada do conservadorismo inaugural (antimoderno e romântico) que desembocará no antirracionalismo ou irracionalismo; a segunda, tendo como elemento central o teor instrumental da razão, configurando um racionalismo formal-abstrato que pressupõe que a dimensão emancipadora da razão era uma ilusão (pós-modernos de "celebração") e, por último, uma crítica articulada a um

conservadorismo reatualizado pelo pensamento pós-moderno, por vezes travestido de progressista (os pós-modernos de "oposição"), denunciando uma racionalidade instrumental-positivista ou cognitivo-instrumental da ciência.

Ao refutar a Modernidade, ou melhor, as ideias iluministas que provocaram mudanças significativas em relação à compreensão da realidade, questionando o domínio da igreja e destacando a importância de um sujeito livre e com autonomia, o pensamento conservador e, mais recentemente, o pensamento pós-moderno (com representantes notórios como Lyotard e Boaventura de Souza Santos, resguardadas suas particularidades e diferenças), critica a razão moderna. Este ponto já foi apresentado no processo investigativo e exposto no texto que ora se apresenta, mas retomamos aqui brevemente. Culpabilizando a razão como responsável pelas promessas não cumpridas pela Modernidade como os desastres socioambientais, as guerras, o aumento da desigualdade social e das injustiças, a "mercadorização" da ciência e da cultura, o esmagamento do homem/sujeito cada vez mais oprimido, os pós-modernos acabam por demonizar a razão, e não a raiz propulsora desse conjunto de ataques e violações, que é o modo de produção capitalista. Sendo assim, como lembra Netto (2004, p. 158), "nas construções pós-modernas, a realidade da ordem burguesa contemporânea deriva do dinamismo interno da razão incondicionada, que tudo pode" e "ao creditar à razão a realidade histórico-social contemporânea, o que fica na sombra é a *ordem do capital, com a dominação de classe da burguesia*" (Netto, 2004, p. 158).

O irracionalismo na sua versão pós-moderna, que tomou corpo sobretudo com os acontecimentos de maio de 1968, tem como premissa a "desreferencialização do real", a "dessubstancialização do sujeito" e o "descentramento da política" como indica Evangelista (1992). Nos deteremos na primeira premissa. Se a realidade deixou de ser a referência para a produção do conhecimento, a "representação simbólica" do real ocupa o lugar da "realidade objetiva". Há uma negação da determinação ontológica sobre o conhecimento, negando o próprio real e a possibilidade de compreender seu verdadeiro sentido; assim, as representações, os significados, os símbolos e imagens são tomados como realidade. Nesta direção, se é impossível descobrir o sentido no processo histórico-social racionalmente, "instaura-se o império da incognoscibilidade com a relativização de todo conhecimento, que impede qualquer possibilidade de síntese ou totalização, que aprenda o real (Evangelista, 1992, p. 31). A rejeição da análise da realidade pela totalidade social é descartada pelo pensamento pós-moderno, desfazendo os seus nexos e produzindo a aparência de uma realidade sem sentido histórico social.

É nesse ponto que destacamos a tendência conservadora do pensamento pós-moderno, pois ao fim e ao cabo, a perspectiva idealista é balizadora da interpretação e explicação da realidade. Distante e contrapondo-se a uma análise pela totalidade social que evidencia as contradições do real e contribui para compreensão dos efeitos deletérios do capitalismo no conjunto das relações sociais, está posto o caráter antirrevolucionário/contrarrevolucionário presente tanto no pensamento conservador quanto no pensamento pós-moderno, pois o que está em jogo é a manutenção e reforço da ordem social capitalista.

A **perspectiva idealista-** que mascara as determinações econômicas, sociais e políticas da realidade e as contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista - e foca-se na subjetividade do sujeito e nas suas representações como as legítimas possibilidades de apreender a realidade e atuar nela -, não deve ser visto de forma ingênua. Alerta Netto (2010) que

> Não pode surpreender, pois, que o discurso pós-moderno, tão virulento contra a ciência moderna, ocidental, capitalista e sexista – em cuja base está a razão moderna -, se revele inofensivo em face do capitalismo contemporâneo, fomentando práticas políticas minimalistas ainda que midiaticamente mobilizadoras (e tanto mais inócuas em face do domínio do capital quanto mais radicalmente se apoiem nas defesas extremas do "multiculturalismo" e do "direito à diferença"), práticas em geral envolvem os "novos movimentos sociais" e apelam à "sociedade civil" ou derivando para o limbo das utopias (Netto, 2010, p. 263).

Ao despir-se de uma análise crítica da econômica política e prender-se o a análises culturalistas, identitárias, fragmentas, microssituadas e reféns da subjetividade que desconsidera a objetividade do real, o pensamento pós-moderno com forte influência conservadora, nega a história. Aqui encontra-se outro **traço unificador entre conservadorismo e pós-modernidade: a negação da história.** Ao negar a história e prender-se a um presentismo ou presentificação (Zanolla, 2003), nega o complexo de forças históricas que determinam o desenvolvimento social, omitindo o processo de lutas sociais, melhor dizendo, das lutas de classes que moveram e condicionaram a história. A postura anti-histórica pós-moderna está alinhada e submetida a uma direção contrarrevolucionária, pois não haveria mais lugar para as metanarrativas, para as transformações societárias e, dessa forma, para qualquer projeto verdadeiramente emancipador. Como lembra Wood (1999, p. 14-15), ao negar a existência de estruturas e conexões estruturais, bem como a própria possibilidade de "análise causal" e, defendendo a substituição de estruturas e causas por fragmentos e contingências, para os pós-

modernos, não há um sistema social, com unidade sistêmica e "leis dinâmicas" próprias; há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e "discurso". Nessa seara de compreensão, ao mesmo tempo que temos que rejeitar as antigas "histórias grandiosas", como os conceitos de progresso do Iluminismo e a noção de processo histórico e causalidade inteligíveis, não seria possível a ideia de "escrever a história". Pontua a autora que agregada à negação da história situa-se uma espécie de pessimismo político.

Para alimentar a explicação sobre o traço anti-histórico e conservador do pensamento pós-moderno, destacamos as contribuições de Foster (1999, p. 195) que expõe a reificação do presente como elemento defendido pelos pós-modernistas que advogam pelo fim da história, fim da luta de classes e o fim da ideologia. Esses "fins" partem da ideia de que "vivemos em um mundo que é, em certo sentido, pós-histórico, um eterno depois". Assim, devemos nos livrar de todas as grandes narrativas, incluindo as de progresso e emancipação. Este livrar-se faz parte de um "ceticismo epistemológico" (Foster, 1999) mais profundo, que satura essa forma de pensamento. Segundo o autor "o pós-modernismo oferece apenas ceticismo quanto à possibilidade de um destino coletivo para humanidade" em que "descrições de qualquer futuro além do presente eterno são consideradas ilusórias e até mesmo perigosas" (Foster, 1999, p. 198). O desprezo pela dimensão ontológica do real faz com que o pensamento pós-moderno (não exclusivamente) não consiga ultrapassar a superfície aparente dos fenômenos societários, esvaindo-se qualquer possibilidade contrarrevolucionária da ordem do capital. É gritante a funcionalidade ideológica do pensamento pós-moderno, pois incide no comportamento e na vida práticos daqueles que o internalizam. Netto (2010) é decisivo na sua exposição: "a ideologia pós-moderna, configurando o *espírito do tempo* do tardo-capitalismo, está longe de ser um resultado direto e imediato da sociabilidade tardo-burguesa", mas foi na "sequência de 1968 que se criaram as condições teóricas e ídeo-políticas para o *giro à direita* ocorrente em meados dos anos 1970" (Netto, 2010, p. 267).

O teor anti-totalidade e anti-história, portanto, anti-ontologia do pensamento pós-moderno, reforça sua conexão implícita com o conservadorismo no sentido que é absorvido pela economia e ideologia capitalistas.

Feita essa rápida exposição sobre a afirmação de que o pensamento pós-moderno recupera ou está imbuído de um caráter conservador, é preciso perguntar: **como a produção do conhecimento delimitada para a pesquisa elucida essa articulação e como rebate no campo do Serviço Social?**

Longe de pretender esgotar as apreensões sobre a interlocução entre pensamento pós-moderno, conservadorismo e Serviço Social, apresentamos sínteses que são provisórias e, esperamos, motivem outros profissionais e pesquisadores a enveredarem esforços para ampliar a proposta investigativa. A partir da leitura analítica dos materiais bibliográficos, organizamos os indicativos levantados pelos/as autores/as em três planos de rebatimentos: **plano ídeo-político; plano teórico-analítico e plano interventivo-operativo.**

Iniciando as discussões no ***plano ídeo-político*** um dos aspectos evidenciados nos textos selecionados é que as proposições pós-modernas atuam para desqualificar a direção social que se construiu contra o conservadorismo presente na gênese e desenvolvimento da profissão no Brasil. Netto (1996) coloca a tarefa de contrapor-se ao conservadorismo e à maré montante pós-moderna, defendendo a direção social estratégica que foi construída pela categoria profissional como produto do processo de renovação profissional. Ao invés de recuo, diz Netto, é fundamental que os segmentos que respaldam a direção social estratégica formulada podem bater-se com o conservadorismo e a ideologia pós-moderna no terreno próprio da construção de um projeto compatível com aquela direção. No texto de 1996 o autor apontava que esses segmentos comprometidos teriam acumulado forças que lhes permitiriam apresentar-se bem qualificados para a luta de ideias iminentes ou em curso.

Santos (2007) na mesma linha de Netto que proclamou que a curto prazo (era 1996) o principal embate no terreno do Serviço Social teria um conteúdo nitidamente ídeo-político, mas embutido na polêmica teórico-epistemológica e operativa, aborda - a partir da pesquisa que realizou -, que as críticas não se colocam na desqualificação do projeto ético-político, ou nas palavras de Netto, da direção social estratégica, e sim num campo de disputa por sua hegemonia.

Cantalice (2013) na sua tese, repõe que o Serviço Social, ao incorporar as influências pós-modernas na sua produção intelectual, conscientemente ou não, tensiona a direção teórico-política crítica assumida no âmbito do seu projeto ético-político profissional. Haveria, assim, a confirmação da hipótese inicial desenvolvida na pesquisa da autora de que "no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social é possível verificarmos a incidência de inflexões da ideologia pós-moderna e, em virtude do viés teórico-político contido nesta, o estabelecimento de uma tensão entre a direção social estratégia assumida no cerne do projeto profissional hegemônico da categoria e as

apropriações neoconservadoras presentes no conjunto desses trabalhos que analisamos" (Cantalice, 2013, p. 229).

Alerta que a literatura do Serviço Social vista como núcleo de resistência crítica, vem sofrendo investidas neoconservadoras que reanimam as tendências conservadoras historicamente presentes na profissão e, diante disso, não se saberia os limites da tensão gerada nesse conflito. Entretanto o que teria que ficar nítido "é a necessidade ampla de organicamente resistirmos à (re)emersão de quaisquer traços de conservadorismo ou neoconservadorismo, e, dessa forma, reafirmarmos a postura teórico-política crítica da nossa profissão" (Cantalice, 20123, p. 209).

Em artigo publicado na Revista Temporalis (2016), Silveira Júnior apresenta a preocupação com a infiltração do pensamento pós-moderno nas instâncias interventivas, políticas e científicas do Serviço Social, uma vez que essa infiltração "tende a estorvar o movimento imbuído no rompimento com as orientações nucleares da teoria e ação conservadoras, para o qual segmentos importantes da categoria têm dedicado sua luta corporativa e sociopolítica. Essa aproximação implicaria em um empobrecimento ético-político da prática profissional vinculada ao projeto profissional e, por outro lado, afetaria o aprofundamento da legitimidade da profissão junto às lutas das classes subalterna que acaba por ficar comprometida se permanece aprisionada á premissas teórico-conceituais pós-modernas. Pontua Silveira Júnior (2016, p. 181) que "os postulados pós-modernos têm, primordialmente, fornecido o combustível, não para subsidiar – como requisita o projeto ético-político – o protagonismo e a auto-organização dos subalternos, mas para corroborar as estratégias de hegemonia restauradora em face da crise, endossas pela superestrutura da reação burguesa que parametram as políticas sociais". Diante do exposto, o autor é categórico ao argumentar que "permanece como tarefa histórica candente e atual" a crítica ao pensamento pós-moderno, ainda mais urgente num cenário de aprofundamento da crise capitalista e avanço da agenda restauradora.

Silva e Oliveira, na edição da publicação da Revista Temporalis de 2018, apresentam um artigo sobre o pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao projeto ético-político do Serviço Social. Colocam questões importantes que se dedicam a responder. Nos detemos a primeira questão: qual o impacto, hoje, do pós-modernismo no movimento ideológico, político e teórico no âmbito do projeto profissional do Serviço Social?

Um aspecto que evidenciamos no texto é a correlação feita pelos autores sobre o neoconservadorismo e pensamento pós-moderno no que diz respeito ao descrédito da

articulação e organização de movimento tradicionais relacionados à classe e que tem no trabalho o seu sustento. Os novos movimentos sociais, aderindo às perspectivas pós-modernas. que corroboram para legitimar e ao mesmo tempo manter o sistema político-econômico vigente, deslizam à política de conciliação de classes. Alertam os autores que é preciso entender melhor o que de fato ver a ser o movimento das teorias pós-modernas, pois possuem como traço marcante e estruturador a necessidade de fragmentação, seja pelas classes sociais, movimentos sociais ou por qualquer organização da sociedade em prol de legitimação ética, moral ou identitária, o que deixa explícito que este se faz na máxima de que a verdade é que não existe verdade absoluta. Sendo assim, a hipótese central é o não reconhecimento sócio-histórico das lutas coletivas travadas no campo dos projetos societários. Ao contrário, prima pela "fragmentação da luta coletiva da classe trabalhadora, seja no passado, seja no presente e/ou das que possam vir a se constituir no futuro em seu sentido valorativo" (Silva e Oliveira, 2018, p. 74). E o que essa fragmentação promove? Um processo de "individualização das lutas, desarticulação das categorias sociais coletivas, fragmentando o processo organizativo de classes sociais na luta pela efetivação dos direitos sociais, de ampliação do acesso a bens e serviços e do exercício da cidadania" (p. 75). Concordamos com os autores, mas acrescentamos que as lutas classistas, abandonadas pelos pós-modernos, não têm como horizonte a emancipação política, reduzida no campo do estado, dos direitos e das políticas sociais, mas tem um horizonte revolucionário e transformador da práxis humano-social.

Ainda tocando nesse ponto, trazemos as discussões de Scaparo (2022) que elabora uma dissertação que pretende analisar as tendências pós-modernas no projeto ético-político do Serviço Social. Embora não concordemos com a autora que o projeto ético-político (tendo como referência os princípios dispostos no código de ética) tenha uma orientação pós-moderna, acreditamos que é preciso uma análise rigorosa sobre os princípios expostos que se colocam numa direção crítica, anticapitalista e marxista, mas que, na defesa da democracia como socialização da riqueza produzida, desemboca nu perspectiva reformista. Sobre esse aspecto desenvolvemos uma análise da tese de doutorado em 2016.

Recortamos o que a autora pontua sobre o identitarismo que tem sido presente na produção do conhecimento da categoria profissional e tem balizado muitos debates realizados na área, dando um novo tom da direção política. Scaparo (2002) enfatiza que que a "pós-modernidade se utiliza das identidades como lutas específicas para afastar os sujeitos de qualquer perspectiva de classe que pode articular de fato a luta contra o

capital". Nos artigos analisados pela pesquisadora (publicações no ENPESS e CBAS que versavam sobre etnia, gênero e sexualidade), há elementos que evidenciam a aproximação da área com o identitarismo pós-moderno, seja pela renúncia ao universalismo e à totalidade, seja pelo reforço à luta por segmentos que acaba por escamotear a raiz das contradições e opressões geradas pelo capitalismo. Os apontamos trazidos pela autora são oportunos, no sentido de tomarmos nota dos elementos que precisam ser apreendidos pela área do Serviço Social no que concerne ao posicionamento político que a categoria vem construindo na sua trajetória sócio-histórica.

Silva (2022), ao chamar a atenção para a importância das pautas antirracistas, feministas, contra qualquer tipo de discriminação, contra destruição ambiental, e defesa dos povos originários, da cultura e da produção teórico-prática latino-americanas alerta para a possibilidade de sua capitulação pela tradição pós-moderna. Assim caracteriza o autor sobre o traço pós-moderno:

> O esvaziamento da luta de classes por meio de um nítido privilégio do cultural-identitário que relativiza o conhecimento e suas "verdades" na esteira dos discursos produzidos, como um "lugar de fala" em si, desclassicizado, circunscrito – no seu limite mais progressista – a uma crítica ao neoliberalismo e não ao capitalismo e ao capital" (Silva, 2022, p. 87)

Diante destes apontamos, é mister colocar sob reflexão o que estamos situando e compreendendo por uma direção social crítica. Se se pretende colocar na crítica da sociedade de classes – direção anticapitalista e revolucionária-, é preciso retomar os fundamentos que lhe servem de insumo para análise da realidade e da própria profissão. O risco de deslizar para o ecletismo é imenso, pois em nome de uma direção social crítica cometem-se "crimes teóricos e políticos". É preciso um acerto de contas sobre qual a direção social e política que servirá como âncora para o debate da profissão? Quais os seus fundamentos teórico-metodológicos? Qual será seu horizonte de lutas? O que está sendo compreendido por direção crítica? Se a crítica se coloca como crítica radical, ou seja, como a explicitação da raiz das contradições sociais oriundas do capitalismo visando sua superação no caminho da emancipação humana, não é qualquer crítica travestida de transgressão que responderá a um posicionamento radicalmente crítico. Para enfrentarmos "os pós-modernos cantos das sereias" é preciso muito mais que resignação e denúncia. É preciso retomar e reforçar o debate sobre os fundamentos implacáveis da teoria social crítica de Marx para não só interpretar o tempo presente, mas lançar as possibilidades e estratégias para o enfrentamento de suas barbáries e opressões.

Dando continuidade, seguiremos com a apresentação sobre as implicações do pensamento pós-moderno no Serviço Social brasileiro no ***plano teórico-analítico***. O que os/autores têm a nos dizer?

Nos textos que analisamos há manifestações na defesa do marxismo como vertente teórico-metodológica que contribui para elucidar os tempos atuais alicerçados pelo modo de produção capitalista e fincar uma direção social que sirva de baliza para orientar a formação e o trabalho profissional. Grosso modo, os textos são enfáticos ao declararem a postura antimarxista que marca o pensamento pós-moderno. Como exprimem essa postura e quais as preocupações e críticas lançadas pelos/as autores/as?

Nesse momento destacaremos as produções de Netto, Santos, Silva e Cantalice por serem as referências utilizadas pelos demais autores/as e por apresentarem as sínteses mais consistentes sobre a questão.

Netto (1996) inicia essa discussão na área trazendo o alvo da crítica dos pós-modernos: o marxismo. Para o autor, a década de oitenta do século passado assinalou a maioridade do Serviço Social brasileiro no domínio da elaboração teórica. A produção teórica influenciada pela tradição marxista foi intensa, caracterizando "a dominância das correntes profissionais inspiradas na tradição marxista" que "ganhou credibilidade tão forte que seus oponentes foram compelidos a uma extrema cautela defensiva" (Netto, 1996, p. 113). Nessa perspectiva, "a resistência à tradição marxista não encontrava condições para manifestar-se franca e abertamente" e para isso "colaboravam, e com vigor, os vetores ídeo-políticos que, na categoria, jogavam contra o conservadorismo, construindo uma cultura profissional politizada à esquerda", pontua Netto. No entanto, na virada da década, "as bases dessa dominância teórico-cultural começam a ser deslocadas". Apontando um conjunto de fatores que incidiram sobre esse deslocamento, Netto evidencia a maré-montante da pós-modernidade no espaço universitário. No campo do Serviço Social, o autor explica que a crítica formal às correntes marxistas não se apresenta como antimarxista, mas sob duas formas principais que já expomos durante esse texto, mas que citamos novamente: *uma crítica à ortodoxia e uma crítica às lacunas*.

Santos (2007) ao identificar, na produção do conhecimento, as críticas pós-modernas ao marxismo por pesquisadores/autores da área do Serviço Social, as reuniu em dois grupos. No primeiro grupo encontram-se as críticas de origem conservadora que rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas. No segundo, existem aquelas críticas que, ainda reivindicando o marxismo em alguns de seus aspectos, recomendam a superação das "lacunas" e o aumento de sua

potencialidade explicativa com os "paradigmas pós-modernos". A autora enfatiza o epistemologismo presente na crítica ao marxismo. Santos argumenta que as teorias pós-modernas são ecléticas.

Cantalice (2013), ao analisar as inflexões pós-modernas na produção do conhecimento da área, identifica que apesar de alguns trabalhos buscarem se pautar no materialismo histórico-dialético enquanto seu método de orientação e análise, o que observou foi a incorporação de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, tendo em vista que indistintamente dialogam com referenciais e elaborações diversas em tono das temáticas, sem se preocupar com as diferenciações entre elas. Incorreram ao que chamou de "entronização do ecletismo".

Silva (2022) também chama a atenção para o ecletismo teórico como um dos traços dos discursos pós-modernos. Para o autor, a "opção teórico-eclética pretende manejar "livremente" tradições ou fragmentos considerados úteis para lidar e responder a demandas objetivamente postas ao Serviço Social" (Silva, 2022, p. 78).

Netto, em textos mais recentes, tem mostrado como as diversas formulações do pensamento pós-moderno assentam-se na entronização do ecletismo como cânon metodológico (2010) e no relativismo como postura científica básica (2016). O ecletismo vem disfarçado de pluralismo metodológico pelo pensamento pós-moderno. Seja ancorado em Lyotard para o qual a ciência é um jogo de linguagem ou em Boaventura de Souza Santos que propõe uma transgressão metodológica, a verdade não passa de retórica e a ciência é meramente um dos discursos sobre a realidade. Retomar o debate sobre ecletismo e pluralismo é mais do que necessário em tempos de semiologização da vida social e de relativismo do conhecimento.

Um dos pontos de crítica de vertentes mais progressistas do pensamento pós-moderno (inclusive de segmentos da esquerda) ao marxismo é que esse precisa ser renovado, modernizado ou ainda complementado. Considerando as ditas "lacunas" deixadas por Marx no que diz respeito à gênero, sexualidade e etnia, proclamam os pós-modernos que é preciso retirar o marxismo dos seus muros dogmáticos e do totalitarismo. Já expusemos sobre essa questão em momentos anteriores neste texto. Assim, o pluralismo metodológico coloca-se como a saída renovadora e de abertura do marxismo. Diriam seus defensores: a realidade é complexa demais para ser "encaixada" em uma única perspectiva teórico-metodológica; em tempos de crescentes crises, instabilidade e desconfiança, não é possível confiar em sistemas que se mostraram fracassados (só o sistema capitalista que permanece pujante e a pleno vapor); se a realidade é fluída,

fragmentada, diversa e instável não há como explicá-la por meio de uma via metodológica universal. Para essa compreensão e crítica ao ecletismo, traduzido de pluralismo metodológico, nos valemos das considerações do professor Ozir Tesser sobre ecletismo e pluralismo. Tesser (1988) inicia o texto pontuando que ecletismo não é pluralismo. O pluralismo pressupõe "a existência sadia de ideias divergentes e de concepções diversas que devem encontrar na academia o seu lugar debate e de confronto" (Tesser, 1988, p. 161). Continua o professor dizendo que "o que nos parece lamentável é que se afirme o direito à diversidade de opiniões como manto ao vale tudo, à ausência da crítica, ao ecletismo" (idem, p. 162). Para Tesser, mesclado ao laxismo e à indiferença, o ecletismo sem rigor encobre posições teóricas inconsistentes, apresentando-se sob o falso manto do pluralismo. Partindo das contribuições de Gomes, no livro, "O mito da imparcialidade: o ecletismo", Tesser recupera alguns traços característicos do ecletismo, quais sejam:

> 1. a desconfiança com os "sistemas", que seriam camisas-de-força do espírito; 2. A crença de que a "verdade" poderia ser o resultado um mosaico montado a partir de inúmeros pensadores, o que, além de livrar-nos dos perigos dos sistemas, nos permitiria um enriquecimento indefinido, aproveitando-se de cada sistema "o melhor" (...); 3. Finalmente a crença tipicamente narcisista e imatura de que, assim agindo, estaríamos dando mostras de "espírito aberto", "esclarecido", não dogmático (...) (Gomes, 1980, cita por Tesser, 1988, p. 162).

O ecletismo conduz a uma posição ingênua ou menos crítica, até conservadora, pois desconsiderando as diferenças e fundamentos de determinadas posições teórico-metodológicas, em nome de um falso pluralismo, busca-se coadunar análises antagônicas ou com proposições muito distintas. Buscando reconstituir o todo mediante seleção e composição (colha de retalhos), reconhecendo apenas o que se considera conveniente ou o que melhor "se encaixa", promove um rebaixamento do rigor teórico e científico, podendo dar brecha para posturas empiristas. Netto (1996), Santos (2007) e Silva (2022) expressam o quanto as marcas do sincretismo e de sua expressão teórica – o ecletismo -, estiveram presentes na gênese da profissão, impactando no seu desenvolvimento e consolidação. Eis mais uma tarefa a ser colocada na agenda de lutas e de enfrentamentos pela categoria profissional: a recusa de posturas ecléticas que ao final acabam por contribuir com a afirmação e defesa de análises superficiais, localistas, imediatistas, idealistas e contrarrevolucionárias.

A sedução produzida pelos pós-modernos sobre a necessidade de incorporar ao marxismo a discussão de temáticas que não foram alvo prioritário ou de atenção tão cuidadosa de Marx e Engels - o que já comentamos ter motivação importante -, não pode nos levar à falácia de interpretar o marxismo como uma teoria insuficiente, frágil e impotente para responder às questões do tempo contemporâneo, como se estivesse ultrapassada e não atendesse às mudanças da sociedade em seus mais variados aspectos. O que buscamos explorar durante a pesquisa foi exatamente o contrário: o marxismo nos fornece os fundamentos para evidenciar as raízes, os nexos e complexos dos complexos que edificam e estruturam o real, evidenciando as suas contradições, seus momentos predominantes e suas articulações teórico-práticas. Esses fundamentos que explicitam a lógica do capital, bem como as categorias inerentes à realidade que só podem ser apreendidas- por um amplo processo de mediações e aproximações - no e pelo pensamento através de uma elaboração teórico-analítica, servem para elucidar os determinantes econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos que cravam o modo de produção capitalista, desdobrando-se no conjunto de suas contradições sociais ; por outro lado, alimentam as investidas contrarrevolucionárias a serem potencializadas contra essa formação econômica e social que produz miséria, injustiças, desigualdades, barbárie e toda forma de opressão.

É no repúdio às investidas ecléticas que precisamos dar robustez às pesquisas da área do Serviço Social à luz do pensamento crítico marxiano. O combate teórico e político precisa ser recolocado novamente na mesa, como bem fazíamos nas décadas de 1980 e 1990. Defender o pluralismo verdadeiro não extirpa a urgência de dar os devidos nomes aos campos teóricos que se apresentam no circuito universitário e no debate da área. Sim, os pós-modernos existem e não são poucos. **Ainda mais preocupante**: em nome, seja do projeto ético-político, seja de uma direção "crítica" e "progressista" colocam-se num mesmo patamar elaborações teóricas que são conflitantes e inconciliáveis. Porém, o pretenso progressismo esconde as diferenças e antagonismos fulcrais entre as teses pós-modernas e as teses marxianas: o cariz revolucionário do marxismo e o cariz transgressor e de resignação (como pontou Lovatto) da vertente pós-moderna de feição progressista.

Conforme depreende-se dessa exposição, a postura eclética é inconciliável com os fundamentos marxistas. Não se pode querer "forçar" uma relação que já nasceu despropositada e apartada. A leitura "pastichizada" da realidade que é oferecido pelo balcão eclético e do pluralismo metodológico denuncia o caráter gnosiológico das análises das crises das ciências sociais, como bem explicou Tonet (2021). Pontua o autor

que “isto significa que toda a problemática é examinada de um ponto de vista do sujeito e não da integralidade do processo do conhecimento, cujo pólo regente, segundo penso, é o objeto e não o sujeito”. Do ponto de vista do sujeito “o conhecimento é o produto de uma subjetividade autônoma, que estabelece as regras e os procedimentos necessários para uma tal empreitada”. Nesta direção, “subjetividades diferentes poderão construir métodos diferentes, sem que haja um referencial objetivo para decidir da sua maior ou menor validade”, pois sem “parâmetros objetivos, apenas a crítica intersubjetiva – supostamente livre – decidirá qual ou quais métodos são mais adequados” (Tonet, 2021, p. 13).

O método marxiano contrapõe-se ao relativismo teórico presente nas postulações pós-modernas, mas não somente presente nelas – ao advogar a busca pela verdade do real. Sim, “há somente uma verdade a respeito de cada objeto” (Tonet, 2021) e essa verdade teórica de um objeto “é a sua reprodução integral, ou seja, que o sujeito deve capturar a lógica própria do objeto, não lhe imputar uma lógica qualquer” (Tonet, 2021, p. 16). Coloquemo-nos na direção da busca da verdade!

E no ***plano interventivo-operativo***? Que mediações podem ser construídas ao articular pensamento pós-moderno e Serviço Social?

Uma ressalva faz-se necessária antes de pontuarmos algumas reflexões sobre as implicações pós-modernas para pensar o trabalho profissional e a formação de assistentes sociais. Em artigo publicado na Revista Emancipação, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2024), com docentes do departamento de Serviço Social da UEL, trouxemos apontamentos sobre o debate dos fundamentos da profissão, reforçando algumas premissas primordiais que nos servem de subsídio nesse momento da pesquisa. Ao pretender refletir e problematizar as implicações do pensamento pós-moderno para a área do Serviço Social é mister as seguintes considerações tecidas pelas autoras. Os fundamentos teórico-metodológicos não oferecem insumos diretos para o trabalho profissional. Acrescentamos: embora não seja possível falar que existe uma teoria pós-moderna e, portanto, que se configura como um referencial teórico-metodológico, as elaborações teóricas produzidas por essa corrente/pensamento podem servir de arcabouço analítico para os profissionais de Serviço Social. Nesse sentido é fundamental distinguir o que é a natureza profissional da natureza de uma teoria social. Da mesma forma, alertam as autoras que é preciso rigor para não instrumentalizar uma teoria social, forçando uma intervenção adjetivada de um dado referencial teórico-analítico ou de um complexo de elaborações teóricas e ideológicas. Não haverá um Serviço Social pós-moderno.

Feita essa consideração, ao pensar sobre a influência pós-moderna no Serviço Social brasileiro, é possível trazer alguns apontamentos.

Nos textos estudados há forte preocupação em elucidar essa influência considerando o plano da intervenção profissional. Netto (1996) destaca que considerando o conservadorismo profissional e o privilégio pelo microssocial, as implicações estendem-se ao plano operativo, por meio da centralização nas singularidades, a ênfase nas especificidades, a valorização do trabalho focalizado etc. As demandas do mercado de trabalho aos assistentes sociais são modificadas devido as transformações societárias incidentes na nossa sociedade. Modificações que se expressam seja pela redução da demanda de atividades antes significativas, seja pelo surgimento de atividades novas.

Desse modo, Netto ressalta que o confronto imediato entre o conservadorismo e pensamento pós-moderno com a direção social construída pela categoria profissional encontraria terreno fértil no campo profissional. As demandas do mercado exigem, por sua vez, respostas profissionais que, na análise do autor, serão tensionadas e pressionadas para serem construídas numa ótica neoconservadora, utilizando-se o discurso de novas competências, reduzindo a formação profissional a um nível puramente técnico-operativo, alijando da formação os avanços teóricos e analíticos que garantem a compreensão do significado social do Serviço Social na rede das concretas relações sociais; afastará a preocupação com toda investigação que não seja "aplicada"; converterá a profissão num elenco de tecnicalidades vocacionadas para a intervenção microlocalizada (Netto, 1996, p. 125). Para delinear o que o autor caracteriza como a única solução que parece assegurar o desenvolvimento da cultura profissional num sentido congruente com a direção social estratégica que se construiu na entrada nos anos noventa do século passado, coloca-se a possibilidade e importância de "assegurar a qualificação para a intervenção localizada (ação focal) à base de uma compreensão estrutural da problemática focalizada" (idem, p. 125). A compreensão teórico-crítica é destacada por Netto como contraposição a uma formação que prepare um técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresentam.

Ao trazer uma projeção teórica e política sobre o desenvolvimento profissional no contexto da década de 1990 para pensar os anos subsequentes, Netto (1996) apresenta o que chamou de vertentes teórico-profissionais que expressariam a prospecção de uma diferenciação maior das concepções profissionais, apontando alguns de seus desdobramentos para o campo profissional. Como quarta vertente denominada de

neoconservadora, inspirada na epistemologia pós-moderna, quais seriam esses desdobramentos? Explica o autor que "muito provavelmente, essa vertente promoverá, por um lado, uma reentronização das práticas tradicionais, oferecendo-lhes um discurso legitimador de natureza "cultural" e, por outro, estimulará, respaldando o apelo à "sociedade civil" e à "cidadania", ações focais no marco de petições "solidárias" e de "parcerias" a todos os níveis" (Netto, 1996, p. 127).

Partindo das análises de Netto, Silva retoma o debate sobre as vertentes e adensa a problematização. Vinte anos depois dos apontamentos de Netto, José Fernando Siqueira da Silva (2016) recupera a discussão trazendo novas nuances e considerações. Pontua que, sob influência das postulações pós-modernas, o trabalho profissional voltar-se-ia em "gerenciar e viabilizar "direitos focais" tendo como base principal a legislação em curso e marcos teóricos centrados nas políticas sociais setoriais e em referências pós-modernas diversas também utilizadas pela vertente modernizadora-tecnocrata" (Silva, 2016, p. 167). Continua pontuando que na reedição de leituras neoconservadoras pós-modernas no interior do Serviço Social, não se trataria de "formar um profissional de Serviço Social técnico-operativo no seu sentido estrito, mas de valorizar a teoria, o estudo e a pesquisa a partir de parâmetros que reeditam a ciência abstrata, localista, pontual, anticlassista, sem qualquer abordagem de totalidade, estimuladora de certo tipo de crítica resignada à sociedade capitalista, estimuladora de organizações e lutas pontuais que tendem a negar "o lado mal" do capitalismo e afirmar seu "lado bom" (idem, p. 168). Reforçando essa incidência afirma que, nessa tendência, "a pesquisa e a produção do conhecimento são valorizadas para além do simples tecnicismo modernizado, mas sempre atento à sistematização e à análise prioritária das demandas diretamente postas ao Serviço Social como profissão" (idem, p. 169). Neste sentido, "essa abordagem profissional é marcada por um tratamento da política destacada da crítica à economia política (ou pelo menos sem referência clara a ela), com uma recorrência não poucas vezes eclética em relação ao marco teórico responsável por iluminar o trabalho profissional" (Silva, 2016, p. 169).

Nos demais textos que analisamos há breves sinalizações sobre a intercorrência do pensamento pós-moderno no trabalho profissional. Gonçalves (2018) ressalta que surge uma grande preocupação no Serviço Social a partir da incorporação de traços pós-modernos – pela via do ecletismo: a retomada de ideias e práticas/ações conservadoras dentro da profissão e, por conseguinte, no exercício profissional. Cantalice (2013) indica que as inflexões pós-modernas identificadas no campo da produção do conhecimento em Serviço Social podem trazer questionamentos da atual direção sócio-estratégica da

profissão, tanto em termos do projeto profissional de modo geral quanto no que diz respeito às perspectivas de orientação de sua instrumentalidade – que envolvem a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política, ideocultural e técnico-operativa, que imprimem a capacidade de dar respostas às demandas postas à profissão. Silveira Júnior (2016) ao discorrer sobre as implicações da influência pós-moderna no Serviço Social destaca dois aspectos; o primeiro seria o empobrecimento teórico-metodológico e ético-político da prática profissional vinculada ao projeto ético-político; o segundo é a maior imantação dos posicionamentos individualizantes e despolitizantes. No quadro de crise capitalista essas implicações cooperam para "rearranjar as bases da legitimação profissional em favor das classes e segmentos empregadores, em última instância robustecendo o campo da supremacia burguesa da fase restauracionista" (Silveira Júnior, 2016, p. 179). Para o autor, "os postulados pós-modernos têm, primordialmente, fornecido combustível, não para subsidiar- como requisita o projeto ético-político – o protagonismo e a auto-organização dos subalternos, mas para corroborar as estratégias de hegemonia restaurados em face da crise, endossadas pela superestrutura da reação burguesa que parametram as políticas sociais" (Silveira Júnior, 2016, p. 181).

Lima (2022) ao tecer críticas ao pensamento pós-moderno e sua influência na profissão de Serviço Social afirma que

> ao alastrar-se nas escolas de Serviço Social e trazer consigo a reflexão imprecisa de uma realidade cada vez mais complexa, e que exige pesquisa e elaboração cada vez mais precisas do tempo presente, contribui fortemente para a ascensão de um profissional de perspectiva imediatista, desconectado do universal, arredio à análise econômica de maior profundidade, preso à epiderme das origens das expressões da questão social, mas distante de sua investigação mais universal, totalizante, que exige elaborações mais complexificadas e desprovidas da influência do espírito do tempo que impõe uma perspectiva de abandono das utopias, sobretudo se vinculadas a um projeto de transformação da realidade que lhe é dada imediatamente (Lima, 2022, p 248).

As apreensões apresentadas pelos/as autores/as nos levam a dirigir a análise sob um ponto argumentativo crucial: *considerar que a influência do pensamento pós-moderno no trabalho dos/as assistentes sociais não se dá de forma imediata, direta e instantânea.*

O Serviço Social é uma profissão de natureza interventiva que precisa dar respostas frente às demandas e às requisições postas aos profissionais. Respostas que são

elaboradas individual e coletivamente e que são permeadas pelos dispostos éticos e políticos afirmados coletivamente pela categoria profissional e pelo aparato técnico-normativo e jurídico; pelos tensionamentos, exigências e imperativos oriundos do mercado de trabalho, das instituições em que desenvolve ou estabelece relações no seu trabalho, dos mais variados posicionamentos do conjunto de profissionais de outras áreas que estão circunscritos nas áreas e políticas sociais em que o trabalho se realiza; pela formatação das políticas sociais gerenciadas pelo Estado burguês; pelas forças políticas que integram a sociedade que rebatem na organização e desenvolvimento das respostas do Estado nas manifestações das contradições sociais do modo de produção capitalista. Sobre essa exposição, muitas contribuições estão disponíveis no acervo da produção do conhecimento da área, com destaque para as de Netto e Iamamoto.

Nessa direção, sabendo situar e diferenciar o que é estatuto profissional e o que é estatuto teórico, não podemos forçar a análise indicando que o pensamento pós-moderno afeta de forma mecânica e operacional o trabalho dos/as assistentes sociais. Assim como é falacioso advogar que existe um Serviço Social marxista ou positivista, da mesma forma é incoerente, equivocado e absurdo pensar que existiria uma intervenção profissional pós-moderna. A influência é mediada pelos pressupostos que sustentam a interpretação da realidade social, pelas premissas que negam a verdade e a totalidade social; que refutam a existência das classes sociais; que margeiam o debate das desigualdades e opressões da perspectiva de crítica à economia política, que despontam para uma apreensão focalista, subjetiva, idealista e culturalista do real;, que apreendem de forma fragmentada e superficial as demandas que chegam e que são atendidas pelos/as assistentes sociais e prendem-se em respostas imediatistas; que abandonam – em termos gerais das lutas sociais dos/as trabalhadores/as - a possiblidade de suplantar o capitalismo, rechaçando o teor revolucionário da teoria marxiana e amansando seu horizonte transformador.

Aqui despontam-se algumas marcas que a articulação do pensamento pós-moderno com o Serviço Social pode reforçar no âmbito da intervenção profissional: posturas profissionais empiristas e pragmáticas. Posturas que não se colocam como exclusividade e privilégio das postulações pós-modernas, mas que tendem a ser reeditadas, considerando a herança praticista e tecnicista na trajetória da profissão no Brasil. Foge à pretensão do texto que ora apresentamos, versar de forma aprofundada sobre os pressupostos do pragmatismo e do empirismo. Lançaremos alguns indicativos considerados oportunos no debate que fazemos e que merecem uma discussão mais rigorosa e sistemática.

A reedição do pragmatismo pela versão pós-moderna expressa o espírito do tempo em que vivemos. Como bem situou Maria Célia Marcondes de Moraes (2004) em um artigo que problematizou o renovado conservadorismo da agenda pós-moderna, seja em questões teóricas ou práticas, estão presentes "as vogas pragmáticas, utilitarista, imediatista, perceptíveis em todos os setores, práticas e pensamentos que nos cercam" (Moraes, 2004, p. 345).

O pragmatismo, enquanto movimento intelectual, nasce nos Estados Unidos nas últimas décadas do século XIX, tendo como seus fundadores Charles Sanders Peirce, Willian James e John Dewey[8]. Irradiou-se nas primeiras décadas do século XX dos Estados Unidos para a Europa. Teve seu período de "desaparecimento" em meados do século XX, mas tem ressurgido a partir da última quinzena do século XX, não apenas no campo da filosofia, mas também nos domínios das ciências sociais (sociologia e ciência política), do direito e da literatura. Semeraro (2005) afirma que o chamado neopragmatismo, tendo grande expoente Richard Rorty, representa o pragmatismo norte-americano na versão pós-moderna mais sofisticada. Foge aos objetivos da pesquisa discorrer sobre os fundamentos do pragmatismo e a sua nova configuração neopragmatista, considerada por alguns autores como não-pragmatismo. Resguardadas as diferenças entre o pragmatismo clássico/original (classificação feita por Pogrebinschi para demarcar o pensamento de Peirce, James e Dewey) e o neopragmatismo[9], nos

[8] Thamy Pogrebinschi, no seu livro intitulado "Pragmatismo: teoria social e política" (2005) discorre sobre o surgimento do pragmatismo e seu núcleo filosófico central. A autora informa que no ano de 1871, um grupo de jovens estudantes de diferentes cursos de pós-graduação da cidade de Cambridge, nos Estados Unidos, se reuniu em um clube nomeado de "Clube Metafísico". O nome é uma ironia, pois o propósito do grupo era justamente de se opor à metafisica tradicional. Numa das reuniões, por volta de 1871, um de seus integrantes mais ativos, Charles Peirce, apresentou um rascunho com algumas anotações resultantes de suas discussões coletivas, que chamou de pragmatismo. Era tratado como um método de determinar os significados de palavras difíceis e conceitos abstratos. O rascunho foi publicado entre o final de 1877 e início de 1878, na forma de dois artigos, mas não teve grande notoriedade. Foi apenas vinte anos depois, em 1898, com as palavras de Willian James, que o pragmatismo começou a ser conhecido pelo público e rapidamente difundido. Após a revelação pública das ideias de James ele foi informado que na Universidade de Chicago havia um grupo de professores que, influenciados pela leitura de seu famoso *The Principles of Psychology* (1890), parecia estar desenvolvendo ideias semelhantes às suas. Foi assim que James conheceu John Dewey. A partir desse momento, o pragmatismo desfrutou de seus anos gloriosos, tornando-se a principal tendência da filosofia norte-americana e conquistando adeptos em todo o mundo. Porém, em torno da metade do século XX, o pragmatismo havia sido banido do meio intelectual e acadêmico norte-americano pela filosofia analítica, que então reinava absoluta. Algumas ramificações do pragmatismo, como o interacionismo simbólico, ainda desfrutam de uma certa sobrevida.

[9] Sobre as diferenças, Pogrebinschi (2006) situa que o pragmatismo original se mostra como uma filosofia compatível com o realismo, enquanto o neopragmatismo rortyano é eminentemente antirrealista; outro ponto de diferença está no fato de que para o pragmatismo clássico a experiência é um conceito que ultrapassa a esfera da linguagem, podendo atingir formas pré-linguisticas ou não linguísticas, ao passo que Rorty, ao se engajar na virada linguística, opera a substituição de um conceito pelo outro, fazendo a linguagem ocupar no neopragmatismo a posição que a experiência ocupava no pragmatismo.

interessa apontar alguns elementos basilares para compreender suas premissas e como pensar nas suas expressões contemporâneas, particularmente, na área do Serviço Social brasileiro.

Na sua teoria da verdade, o pragmatismo de James e Dewey volta-se em sustentar uma concepção instrumentalista, relacionando o "significado dos conceitos às suas consequências, ou seja, se o significado das proposições reside no seu futuro, também os raciocínios devem dirigir-se ao futuro, pois seu significado se refere à conduta prática" (Pogrebinschi, 2006, p. 127). Assim, só é possível conhecer o significado por meio do propósito, da sua confirmação futura, uma vez que o "teste da verdade consiste em encontrar aquilo que melhor nos direciona a vida, no sentido de adaptar continuamente nossa experiência", consistindo na afirmação de que a "verdade somente pode existir mediante o teste da reivindicação e os atos subsequentes que ele prescrever", pois "sua verdade ou falsidade depende do sucesso ou do fracasso de sua finalidade" (idem, p. 129). Esses traços são denominados pela autora como uma de três características definidoras do pragmatismo – o *consequencialismo*. Pobrebinschi (2005), afirma que o próprio pragmatismo só pode ser compreendido pragmaticamente, ou seja, através do teste de suas consequências.

Tendo por referência o neopragmatismo de Richard Rorty, Moraes (2004) explica que em termos rortyanos não haveria nenhuma atividade chamada conhecimento que tenha uma natureza a descobrir e que seria o vocabulário da prática e não o da teoria que o que poderia revelar alguma coisa útil sobre a verdade. Nessa lógica, para Rorty é preciso romper as fronteiras entre conhecer e usar as coisas pois não se trata mais de obter um conhecimento objetivo da realidade, mas, tão somente, indagar como utilizá-la melhor. Segundo Pobrebinschi (2006), Rorty é mais instrumentalista do que propriamente consequencialista considerando que adota um tom mais próximo do utilitarismo do que aquele adotado pelo pragmatismo clássico.

Reconhecendo as diferenças entre o pragmatismo original e o neopragmatismo, a autora sinaliza que o *antifundacionalismo* é característica presente nas duas versões, pois há a recusa da ideia de certeza e dos tradicionais conceitos filosóficos de verdade e realidade. O antifundacionalismo pressupõe "uma permanente rejeição de quaisquer espécies de entidades metafísicas, conceitos abstratos, categorias apriorísticas, princípios perpétuos, instâncias últimas, entes transcendentais, dogmas, entre outros tipos de fundações possíveis ao pensamento" (Pobrebinschi, 2005, p. 26).

Como terceira característica da matriz pragmática, Pobrebinschi (2005) apresenta o *contextualismo* que postula que "as investigações filosóficas devem estar atentas ao papel do contexto em seu desenvolvimento, levando em consideração as crenças políticas, religiosas, científicas, enfim, a cultura de uma sociedade e as suas relações com as instituições e práticas sociais. A esse corpo de crenças, o pragmatismo original dá o nome de "experiência". Ao conceito de experiência associa-se por sua vez o conceito de prática: a prática que o pragmatismo quer sobrepor à teoria e que remete diretamente à formulação do conceito pragmatista de ação" (idem, p. 134).

A partir destas breves considerações, lançamo-nos ao desafio de apresentar inferências sobre os traços pragmatistas que podemos evidenciar na forma de apreender a realidade, mas, sobretudo, na realização do trabalho de assistentes sociais. Como profissão de natureza interventiva, o Serviço Social dá respostas às demandas e requisições apresentadas, assentadas nas ações profissionais que são orientadas pelos objetivos profissionais, pelas atribuições e competências delimitadas no campo da sua legislação profissional, pela direção política que imprime ao seu trabalho e pelos conhecimentos que mobiliza para dar concretude às respostas profissionais. No entanto, vimos, na produção do conhecimento e no debate profissional, contextualizando como que, historicamente, a profissão foi construindo o direcionamento político e o posicionamento teórico-analítico para sustentar sua intervenção profissional, o seu fazer profissional, pressupondo a articulação de três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Diante destas considerações, apresentamos **dois elementos** presentes no trabalho profissional que se aproximam de uma perspectiva/atitude pragmática: a*) imediaticidade e supervalorização da prática;* b) desprezo *por uma teoria crítica e tendência anti-intelectual.*

O **primeiro elemento** revela-se no fortalecimento da herança conservadora presente na profissão que a empurrou para uma perspectiva tecnicista e instrumentalista, esvaziando os componentes políticos e teóricos que perpassam o trabalho profissional. Sobre essa discussão há vasta bibliografia disponível. O traço praticista das respostas profissionais conduz a uma característica ainda muito forte que é a exigência por respostas pontuais, imediatas e que se prendam a uma lógica operacional que não favoreça pensar, refletir, problematizar, planejar coletivamente para além das questões imediatas e de curto prazo.

Coelho (2013) traz ricas contribuições sobre a imediaticidade na prática profissional do assistente social. A autora afirma que a imediaticidade impõe no cotidiano profissional levando a uma compreensão de prática como sinônimo de utilidade, ou seja, o trabalho de assistentes sociais centra-se na possibilidade de administrar o caos, tendo por parâmetro a aferição da competência e eficácia. Nesta direção, "as respostas profissionais privilegiam a utilização dos instrumentos para a manipulação de variáveis empíricas, tendo em vista o cumprimento de metas balizadas por critérios de produtividade" sendo que "a competência profissional está diretamente vinculada à capacidade de cumprir, eficazmente, a essas metas". Sendo assim, concebe-se a prática profissional como aquela correspondente e necessária ao cotidiano que "não requer o pensar, uma vez que não há perguntas, e as respostas são previamente demarcadas por procedimentos, normas e rotinas atribuídas; ou porque não se reconhece o pensamento intrínseco às práticas cotidianas, que resulta de largas mediações conectadas de forma imediata" (Coelho, 2013, p. 91). O perfil profissional coloca-se como a de um técnico bem adestrado (Netto, 1996) que responda, acriticamente e mecanicamente, às demandas e requisições postas. Um profissional "tarefeiro" habilitado a operacionar manuais e protocolos, cumprindo o receituário imposto pelas instituições sem qualquer nível de resignação, postura crítica e atitude propositiva. Iamamoto (2013, p. 215) chama a atenção para esse perfil profissional que expressa a "tecnificação pragmatista do Serviço Social" que leva os/as assistentes sociais a refugiarem-se "cada vez mais em uma discussão "interna" sobre elementos que, por si, supostamente lhe confeririam um perfil peculiar – objetos, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção caindo nas amarras do fetiche do metodologismo"; o interesse profissional acaba se reduzindo nas preocupações com o "aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, expresso pela sofisticação dos modelos de diagnóstico e planejamento, na busca de uma eficiência que se pretendia asséptica, nos marcos de uma crescente burocratização das atividades" (Iamamoto, 2013, p. 215). Longe de traçar uma análise endogenista e subjetivista, essas manifestações colocam-se como desdobramentos das exigências do mercado de trabalho e das instituições em que os profissionais desenvolvem o seu trabalho. No entanto, as condições objetivas, materiais e institucionais – que são determinantes em última instância - incidem significativamente nas condições subjetivas e na cultura profissional.

A supervalorização da prática consiste em extirpar qualquer possibilidade analítica, reduzindo a "prática profissional" a respostas e ações profissionais imediatas e superficiais, que não extrapolem o campo operativo subsumido aos procedimentos

técnicos e instrumentais; o que importante é "*o que fazer e o como fazer*" para dar respostas "eficientes" na resolutividade dos problemas, no cumprimento das metas e métricas impostas aos profissionais.

Guerra e Montaño, em obra recente (2024), trazem pontos centrais para pensar a superação da razão formal-abstrata e do irracionalismo pós-moderno na construção e consolidação de uma perspectiva crítica no Serviço Social. Destacamos alguns destes pontos.

> Em relação ao "imediatismo e a cotidianização" da prática profissional, os autores pontuam que procura-se alcançar respostas imediatas a demandas emergenciais, importante assim apenas aquelas ações com impactos e resultados diretos e quantificáveis na realidade, em detrimento das ações de médio ou longo prazo, não mensuráveis imediatamente. Assim, por exemplo, privilegiam-se as ações que respondem diretamente aos problemas pontuais, específicos e emergenciais. Em tal sentido, a dinâmica das demandas emergentes e imediatas no cotidiano das pessoas parece colocar o assistente social num frenesi de respostas pontuais e imediatas no seu cotidiano profissional. A reprodução dessa **relação demanda-emergencial/resposta-imediata** leva o profissional (e a profissão como um todo) a uma lógica pragmática, movida pela "pré-ocupação" (Guerra, Montanõ, 2024, p. 279).

A postura "reativa" dá o tom do exercício profissional ao reduzi-lo a "dar as respostas pontuais e imediatas" livres de análises mais consistentes ou de reflexões críticas mais contundentes à dinâmica do cotidiano profissional. O fetiche por modelos e receitas prontas para a intervenção também se coloca como tônica, além da atenção às ações repetitivas e mecânicas.

Agregado a isso, coloca-se o **segundo elemento** - *desprezo por uma teoria crítica e tendência anti-intelectual*. Considerando que o trabalho de assistentes sociais tende a focar no microssocial, na demanda "recortada" que aparece para ser atendida pelos/as profissionais, gerando uma falsa ideia de que não possui vinculações com as contradições sociais do modo de produção capitalista e que, portanto, não expressam as manifestações das lutas de classes, mas como demandas pontuais, individuais e fragmentadas, o teor praticista/pragmatista influencia à medida que desvaloriza a necessidade da articulação teórico-prática. Como pontuou Guerra (2013, p. 41), "a supressão das mediações teóricas e ideopolíticas, próprias da apreensão da realidade na imediaticidade do cotidiano, leva a uma apropriação da realidade como carente de mediações". Desta forma, "a abstração da das mediações como resultado de uma apreensão da realidade na sua imediaticidade é o procedimento da consciência comum, própria do cotidiano, que não questiona a gênese e

não alcança a apreensão dos fundamentos" (Guerra, 2013, p. 41). Descarta-se, por consequência a teoria como elemento capaz de fomentar uma compreensão mais rica de determinações, da totalidade do real, da superação da fragmentação e superficialidade do terreno cotidiano. Põe-se a desqualificação da teoria como ferramenta analítica fundamental para pautar o trabalho profissional, uma vez que seríamos "os profissionais da prática" a dar respostas pontuais no cotidiano, por meio de ações técnicas que não exigem uma ação reflexiva de natureza teórico-metodológica. Aqui se faz presente uma equivocada apreensão de que só interessa mobilizar conhecimentos diretamente ligados à intervenção, reduzindo-os para o campo das legislações sociais, dos conhecimentos instrumentais e das orientações para execução das políticas sociais. O que extrapola esse universo é considerado "não funcional" ao atendimento das demandas profissionais, dada a natureza prático-interventiva da profissão. Pode aparecer, nesta situação, ou desprezo total pela teoria ou, quando mobilizada, reivindica-se que ela seja "aplicável" ao que se coloca no imediato. Uma teoria eficiente deve responder eficientemente a prática, caso contrário, não teria validade. A rejeição ao marxismo comparece na profissão, por vezes, por essa ótica que o considera um referencial teórico que não responde às questões da prática e do fazer profissional. Espera-se da teoria um guia para ação, reforçando uma concepção pragmática da teoria como apontam Guerra e Montaño (2024). A renúncia de teoria (na versão irracionalista) ou renúncia de uma teoria crítica emancipatória – que não se reduz à emancipação política, mas tem como horizonte a emancipação humana - , aparece como um dos aspectos que fundamenta o conservadorismo pós-moderno.

A tendência à fragmentação do conhecimento e sua posterior validação prática reforça o que problematizamos no decorrer das sínteses da pesquisa realizada: a expressão de um neoconservadorismo que vem, nos tempos atuais, sendo reeditado pelo pensamento pós-moderno. Guerra e Montaño apresentam aspectos dessa expressão: "o curto prazo, o local, o singular e o imediato, ou o plano "tático", hipotecando e deixando em segundo plano qualquer estratégia que tenha um horizonte de longo alcance, universal e mediato. O conservadorismo pragmatista aqui assume a nova roupagem pós-moderna" (Guerra; Montaño, 2024, p. 280).

Esse quadro indica outra tendência historicamente presente na profissão: o anti-intelectualismo. Considerado como profissional da prática, numa concepção esvaziada, despolitizada e meramente instrumental, os/as assistentes sociais são postos como técnicos e não como intelectuais. Cria-se até uma falsa dicotomia: ou ele é um técnico bem adestrado ou é um profissional intelectual que pensa criticamente sobre seu trabalho

e a realidade social em que está inserido. Discordamos de tal apreensão, pois considerados que o/a assistente social não se enquadra como meramente um técnico, embora seja um profissional que mobiliza conhecimentos técnicos que o habilitam a desempenhar um determinado ofício, ocupando um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho. Se assim não fosse, não haveria justificativa para a existência da profissão. Mas sua formação específica, dotada de conhecimentos técnicos especializados, operacionais e instrumentais que o habilitam a atuar como assistente social não se resume a um caráter tecnicista, desprovido de conhecimentos teórico-analíticos e de um posicionamento ético-político. Há um imenso debate e produção da área sobre as dimensões profissionais, com destaque para as de Guerra, Santos e Trindade.

Por óbvio, o teor de "intelectual" não se restringe ao assistente social que atua na formação profissional, no âmbito da produção de conhecimentos e da pesquisa, embora essa intelectualidade tenha suas particularidades. Os apontamentos de Portes (*et all*, 2024, p. 18) marcam essa preocupação em não criar falácias sobre o perfil técnico e intelectual dos/as assistentes sociais, não recaindo no traço intelectualista e teoricista. Argumentam as autoras que é preciso combater a proposição de que

> há os iluminados, os críticos e detentores do saber científico e estariam na academia desenvolvendo suas pesquisas e contribuindo com a produção do conhecimento; por sua vez, encontram-se os "profissionais da prática", que atuam na gestão, no planejamento e execução dos serviços sociais, sobretudo no atendimento direito às demandas das/os usuárias/os. Esses, de forma leviana, são denominados de "tradicionais e conservadores", ausentes de intelectualidade. O traço intelectualista deve ser constantemente enfrentado no debate do Serviço Social. (Portes, et all, 2024, p. 18).

Continuam a exposição apontando que para buscar superar alguns estereótipos da natureza interventiva da profissão, reduzindo-a a uma formação tecnicista e instrumental, ou seja, um profissional que está "preocupado unilateralmente em dominar um único aspecto específico da realidade, que constituiu seu âmbito de ação imediata" ou de combater uma concepção de "técnico com verniz intelectual" (Iamamoto, 2007, p. 180), poderemos recair no teoricismo e intelectualismo, segregando dimensões que estão imbricadas: os/as assistentes sociais são técnicos e intelectuais; não é "isso ou aquilo", pois conjugam-se esses dois aspectos.

Desta forma, na recusa do intelectualismo, é preciso alargar a análise sobre o trabalho profissional e sobre o perfil de um profissional crítico e atento às questões do seu tempo, que não se coloca como uma profissional que unilateralmente "responde e

reage" reproduzindo traços subalternos do exercício profissional (Netto, 2009) , mas que constrói respostas pensadas, planejadas para longo alcance , com direcionamento político e análise teórica. Reforçam Guerra e Montano (2024, p. 288) que um dos desafios centrais ao profissional crítico, enquanto intelectual, remete à capacidade de enfrentar e superar, sem sucumbir, ao que caracterizam como os "cantos de Sereia". Quais seriam esses cantos?

> Primeiramente, o intelectual crítico tem de superar as visões fragmentadas da realidade, pois a fragmentação da realidade, transformada em estudos "disciplinares", leva a um conhecimento fragmentário da mesma, antagônico à necessária perspectiva dialética e de totalidade, fundamental par uma compreensão da complexidade, das diversas determinações do real, chegando à essência, aos fundamentos, à raiz da realidade que se pretende conhecer (Guerra; Montaño, 2024, p. 288).

Em segundo lugar, os autores defendem que o profissional crítico tem o desafio de "evitar/enfrentar o "novo linguajar" de aparência progressista, mas de (camuflado) conteúdo conservador". Um terceiro desafio ao profissional/intelectual crítico é de "evitar a cooptação e o apassivamento por parte dos setores hegemônicos" que leva a adesão e despolitização/pacivização. Um quarto desafio do intelectual crítico é "evitar enfrentar a sedução do que denominamos de os "cantos de Sereia" naquilo que chamaram de "ideologia do terceiro setor", assentado em discursos pós-modernos fundados na tríade de auto-responsabilização dos indivíduos, desresponsabilização social do Estado e desoneração do capital. Destacam os autores que essa ideologia é funcional ao projeto neoliberal e promovida por organismos internacionais. Como quinto desafio está o enfrentamento da armadilha que caracterizam como "cavalo de Troia". Armadilha que vem travestida de progressista – promovida pela esquerda "possibilista" e pós-moderna - , mas de conteúdo neoliberal, que destrói por dentro, as lutas das classes trabalhadoras, desviando seu foco para projetos camuflados de novo linguajar (empoderamento, responsabilidade social e empresarial, economia solidária, sustentabilidade ambiental, o linguajar do politicamente correto, por exemplo) que desarticulam qualquer possibilidade de unidade dos trabalhadores. Nesta direção, é preciso politizar o trabalho profissional. E quais seriam as implicações desta politização? Guerra e Montaño apontam quatro aspectos. Para os autores, politizar a prática profissional implica em desvelar, explicitar, descobrir contradições de interesses, tensões existentes entre os sujeitos/atores das realidades em que o profissional intervém. Como segundo aspecto apontam que significa explicitar as diferenças de interesses entre a instituição contratante do assistente social e

os usuários. Outro aspecto seria estabelecer conexões entre a realidade singular, local, cotidiana, em que o profissional intervém e a realidade universal, a estrutura e a dinâmica social, na qual está inserida e que a condiciona e determina. Por fim, remete à compreensão da eventual diversidade de interesses, expectativas, objetivos, concepções, do profissional de Serviço Social em relação à instituição onde ele trabalha.

Diante da exposição apresentada sobre as possibilidades de implicações do pensamento pós-moderno para a profissão de Serviço Social, a partir dos três planos elencados (plano ídeo-político; plano teórico-analítico e plano interventivo-operativo), tecemos breves considerações que considerados oportunas.

Por certo que o campo teórico-analítico pode contribuir para o campo da intervenção no sentido de calcar as respostas profissionais. No entanto, não é determinante ou não se coloca como momento predominante, mas pode mobilizar os/as profissionais a problematizarem a realidade social, institucional e profissional que os cercam. É num processo de intensas e contínuas mediações e contradições que o trabalho de assistentes sociais (como qualquer outro ofício profissional na ordem do capital) se debruça e se desenvolve. Colocado no patamar de ampliação e reafirmação de direitos sociais e humanos, de alargamento da participação dos/as usuários/as nas diferentes instâncias da organização política; da desburocratização o acesso aos serviços, benefícios, projetos e demais ações que se colocam no campo dos direitos (mesmo reconhecendo seus limites burgueses); de enfrentamento de posturas autoritárias, policialescas e discriminatórias; de problematização do papel do Estado e de seu atrelamento aos interesses do capital; de reivindicação de melhores condições de trabalho e ampliação de políticas sociais (mesmo que saibamos que, em última instância, são funcionais ao capital para reprodução da força de trabalho), o trabalho precisa ser pensando teórica e politicamente.

É preciso não confundir profissão com protopartido, com movimento social ou qualquer espécie de organização política. Pela natureza assalariada do trabalho já se interpõe as limitações profissionais diante das determinações macroestruturais. Isso não significa que não há vinculação política da profissão com a luta mais ampla da classe trabalhadora, ou melhor, com seus interesses históricos. Mesmo reconhecendo o vigor limitado das ações profissionais na esfera das lutas classistas e revolucionárias, defendendo que não podemos nos furtar desta tarefa.

Consideramos que um referencial teórico crítico que dê condições para que os/as profissionais analisem a realidade na perspectiva da totalidade contrapondo-se a

elaborações superficiais, subjetivistas, idealistas e conservadoras não é suficiente, mas é fundamental e urgente. O construto teórico-analítico pode favorecer posicionamentos políticos que se coloquem no campo dos enfrentamentos das desigualdades e injustiças sociais, de toda forma de violência e opressões e de barbárie social endereçadas à classe trabalhadora.

Netto (2017) alerta sobre a hipertrofia que tende a insistir na área do Serviço Social: reduzir a intervenção profissional ao exercício técnico elementar de uma assistência refilantropizada e, de outro, reconduzir o discurso teórico-profissional a âmbitos societais microscópicos. Aponta o risco que a profissão enfrenta, de um lado, perdendo o estatuto acadêmico a que se alçou com a sua consolidação, convertendo-se em profissão mera e elementarmente técnica e de segunda linha; de outro, os intentos de renovação crítico-teórica tendem a recolocar, mais sofisticadamente, os impasses e limites de uma profissão de corte "psico-social" como é verificável em significativos e recentes esforços de teorização profissional. Não é um detalhe a ser menosprezado, pontua Netto, que, nesses esforços, intencionalmente críticos, a categoria teórica da *exploração* não compareça inclusive em boa parte daquelas elaborações que procuram pensar numa perspectiva "anti-opressiva".

Vimos defendendo ao longo da pesquisa, que precisamos nos articular às lutas classistas. Isso não implica afirmar que a profissão de Serviço Social tem caráter revolucionário e transformador. Dada a natureza profissional, a articulação com a luta geral dos/as trabalhadores/ase não se encontra efetivamente nos quadros institucionais e das políticas sociais. Porém, a luta anticapitalista (verdadeiramente revolucionária) precisa estar nos debates da categoria profissional, não como sua "tarefa profissional", mas como horizonte das lutas classistas.

Referências

ALMEIDA, Silvio. Prefácio. HAIDER, Asad. Armadilhas da identidade: raça e classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinicius Liberato. Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2019.

ALTHUSSER, Louis. Contradição e sobredeterminação (notas para uma pesquisa). In: ALTHUSSER, Louis. Por Marx. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2015.

ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

_____. As ideias e a ação política na mudança histórica. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina (orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANSELMO, Géssica Tamires da Silva; NÓBREGA, Mônica Barros da. A presença do ecletismo no serviço social brasileiro. In: Revista Serviço Social e Sociedade, v. 25, n. 1, p. 07-28, jan/jun/2022.

BELLI, Rodrigo Bischoff. O IRRACIONALISMO COMO IDEOLOGIA DO CAPITAL: Análise de suas expressões ideológicas fascista e pós-modernista. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social. Tese de doutorado, UERJ, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. As aventuras de Karl Marx contra a pulverização pós-moderna das resistências ao capital. In: Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas, n.13. São Paulo: Boitempo, 2009.

CARVALHO, Thaíse Seixas Peixoto de; MOLJO, Carina Berta. Tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social brasileiro. In: Revista Temporalis-Brasília (DF), ano 22, n. 44 , jul/dez. 2022.

CHASIN, José. Marx – da razão do mundo ao mundo sem razão. In: CHASIN, José (org.). Cadernos Ensaio, Marx hoje, volume 1, 3ª ed. São Paulo: Ensaios, 1990.

COELHO, Marilene. Imediaticidade na prática profissional do assistente social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estruturalismo e a Miséria da razão. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DUARTE, Hadassa Nyedja Elias. A materialidade do Serviço Social frente à investida pós-moderna: uma análise a partir da produção do conhecimento. Dissertação de Mestrado, UFPB, 2019.

DUAYER, Mario. Antirrealismo e absolutas crenças relativas. In: MIRANDA, Flávio Ferreira de; MONFARDINI, Rodrigo Deelpupo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. De onde vêm os pós-modernistas. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo (orgs.). Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1999.

_____. Depois da Teoria: umm olhar sobre os Estudos Culturais e pós-modernismo. Tradução de Maria Lucia Oliveira. 4ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2016.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição inglesa de 1888. In: Manifesto do Partido Comunista. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo : Cortez, 1998.

EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. Questoes da nossa época, São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. Revista Novos Rumos – Unesp/Marília, ano 16, n. 34, 2001. Disponível em: < https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2186/1806>. Acesso em 9 set. 2925. São Paulo : Livros Studio Nobel Ltda, 1990.

FEATHERSTONE, Mike. Cultura de Consumo e Pós-Modernismo. Tradução de Julio Assis Simões.

FONSECA, Cleomar Campos da. Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Nordeste: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas. Tese de doutorado, UFPE, 2012.

_____. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. In: Revista Temporalis- Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

_____. A formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas. In: Revista Temporalis- Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016

FOSTER, John Bellamy. Posfácio – Em defesa da história. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo (orgs.). Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FREDERICO, Celso. Gramsci , a cultura e as políticas identitárias. A Terra é redonda, 24 de agosto de 2020. Disponível em: < https://aterraeredonda.com.br/gramsci-a-cultura-e-as-politicas-identitarias/>. Acesso em 30 out. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Uma pós-modernidade de libertação: reconstruindo as esperanças. Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2005.

GALDINO, Shellen Batista. A produção de conhecimentos no serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade. Dissertação de Mestrado, UFPB, 2016.

GONÇALVES, Christiane Milessa. O pensamento pós-moderno em Foucault: aproximações e tensionamento no serviço social. Dissertação de Mestrado, Unesp-SP/Franca, 2018.

GORENDER, Jacob. Apresentação. MARX, Karl. O Capital. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Ederle. São Paulo : Boitempo, 2013.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares.In: Revista Katálysis, v. 16, n esp., p. 39-49, 2013.

GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos. Serviço Social crítico: teoria e prática – uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão. Campinas: Papel Socia, 2024.

GUIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. 2ª ed. São Paulo : Editora da Unesp, 1991.

HABERMAS, Jurgen. A modernidade: um projecto inacabado. Discurso pronunciado no Poulskirche a 11 de setembro de 1980.

_____. O discurso filosófico da Modernidade: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAIDER, Asad. Armadilhas da identidade: raça e classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinicius Liberato. Prefácio de Silvio Almeida. Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2006.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda. V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 24ª. São Paulo: Cortez, 2013.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Ensayos sobre el pós-modernismo. Traducido por Esther Pérez, Christian Ferrer y Sonia Mazzco. Compilado por Horacio Tarcus. Ediciones Imago Mundi, Buenos Aires, 1991.

_____. Pós-modernidade e sociedade de consumo. Tradução de Vinicius Dantas. Revista Novos Estudos n. 12 - CEPRAP- Fundação Carlos Chagas, 1985.

LARA, Tiago Adão. Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental, do Renascimento aos nossos dias. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, ‘986.

LIMA, Cristiana Costa. Desafios da formação profissional em Serviço Social em tempos de conservadorismo reacionário. In: Revista Temporalis- Brasília (DF), ano 22, n. 44, jul/dez. 2022.

LIMA, Telma Cristinane Sasso de; MIOTO, Regina Célia. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LOVATTO, Angélica. Apresentação do livro “Identidade” e Classe social: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. In: MONTAÑO, Carlos. “Identidade” e Classe Social: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LYOTARD, J. C. A condição pós-moderna. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2009.

MALIK, Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo (orgs.). Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MARX, Karl. O Capital. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Ederle. São Paulo : Boitempo, 2013.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Carta a Joseph Wwydemeyer. Nova Iorque, 5 de março de 1852. Disponível em: < https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/03/05.htm>. Acesso em 5 nov. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo : Cortez, 1998.

MONTAÑO, Carlos. "Identidade" e Classe Social: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. Prefácio de Angélica Lovatto. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna. In: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 337-357, maio/ago. 2004.

NANDA, Meera. Contra a destruição/deconstrução da ciência: histórias cautelares do terceiro mundo. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo (orgs.). Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

NETTO, José Paulo Netto. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XVII, nº 50, abril de 1996.
_____. Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo : Cortez, 2004.
_____. Posfácio de O estruturalismo e a miséria da razão. In: COUTINHO, Carlos Nelson. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. 2ª ed., São Paulo : Expressão Popular, 2010.
_____. Introdução ao estudo do método em Marx.1ª ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011.
_____. Crise do Capital e consequências societárias. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 111, p. 413-429, jul/set. 2012.
_____. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In. BRAZ, Marcelo (org.). José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.
_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: OLIVEIRA e SILVA, Maria Liduína (org.). Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo : Cortez, 2016.

NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Maria Tereza de; SILVA, Bismarck Oliveira de. O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao projeto ético-político do Serviço Social. In: Revista Temporalis- Brasília (DF), ano 18, n. 32, jal/dez. 2018.

PALMER, Bryan D. Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo (orgs.). Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo : Editora 34, 1ª ed, 1999.

POGREBINSCHI, Thamy. Pragmatismo: teoria social e política. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2005.

_____. Será o pragmatismo pragmatista? Interpelando Richard Rorty. In: Novos Estudos, 74, março de 2006. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/nec/a/KxHW9SQpgTyTHpq9r8s5zyj/>. Acesso em 13 jan. 2025.

PORTES, Lorena F.; PORTES, Melissa F; FAQUIN, Evelyn S; TORRES, Mabel M. Serviço Social e seus fundamentos: uma experiência de educação permanente em uma universidade estadual do Paraná. In: Revista Emancipação – Ponta Grossa, v. 4, p. 01-23, 2024. Disponível em: < https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/22714/209209218455>. Acesso 10 jan. 2025.

RISÉRIO, Antonio. Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária. 1ª ed. Rio de Janeiro : Topbooks, 2019.

RODRIGUES, Mavi. MICHEL FOUCAULT SEM ESPELHOS: um pensador proto pós-moderno. Tese de doutorado, UERJ, 2006.

ROUANET, S. P. Mal-estar na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SAFATLE, Vladimir. A esquerda que não teme dizer seu nome. São Paulo : Três Estrelas, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.5ª ed. São Paulo : Cortez, 1999.

SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo Cortez, 2007.

SCARPARO. Taiane Cristine de Jesus Garcia. Projeto ético-político do serviço social e tendências pós-modernas: uma análise da produção dos anais do ENPESS E CBAS. Dissertação de Mestrado, UEL, 2022.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e (neo) pragmatismo. Revista Brasileira de Educação, maio/junn/ju/ago, n. 29, 2005.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Sociedade do capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate. In: SILVA, José Fernando Siqueira da; GUTIÉRREZ, Teresa Del Pilar Muñoz (orgs.). Política Social e Serviço Social: Brasil e Cuba em debate. São Paulo: Veras, 2016.

_____ (orgs.). Serviço Social, Fundamentos e Tendências Teóricas: contribuições ao debate latino-americano. São Paulo: Cortez, 2022.

SILVA, José Fernando Siqueira da; MOLJO, Carina Berta. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: O Serviço Social brasileiro em debate. In: GUERRA, LEWGOY, MOLJO, SERPA, SILVA (orgs.). Campinas: Papel Social, 2018.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempos de crise. In: Revista Temporalis- Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, CFESS, 2009.

SOUZA, Adryanice Angélica Silva de. Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão da totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2004.

TESSER, Ozir. Ainda a propósito das eleições na Faced ou quando as ideias são o fundamento delas próprias. Educação em debate, Fort. 15-16, jan/dez. 1998. Disponível em: < https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14072/1/1988_art_ozirtesser.pdf> Acesso em 10 jan, 2025.

TONET, Ivo. Método científico: uma abordagem ontológica. 2ª ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

_____. Pluralismo metodológico: falso caminho. Revista GESTO-DEBATE, Campo Grande – MS, v. 21, n. 01, p. 01-22, jan/dez 2021.

_____. Modernidade, pós-modernidade e a razão. Disponível em: < https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/MODERNIDADE_POS-MODERNIDADE_E_RAZAO.pdf>. Acesso em 16 nov. 2025.

TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Sopas, saladas e sucos – uma leitura antropológica do ecletismo metodológico em educação. Educação em debate, Fortaleza, ano 20, n. 36, p. 14-24, 1998.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, Jhon Belanny. EM DEFESA DA HISTÓRIA: Marxismo e Pós-modernismo. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo : Boitempo, 2003.

ZANOLLA, Silvia Rosa Silvia. O pensamento pós-moderno sobre a cultura do espírito tolerante: o solapar do irracionalismo na modernidade pela perspectiva anti-histórica. Inter-Ação, Revista da Faculdade de Educação, UFG, 28 (1), 67-82, jan/jun. 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE I

SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

PERIÓDICOS DA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL
QUALIS A1 e A2

A1			
Revista Argumentum- UFES – *online* desde 2009			
Edição/Ano	**Título do Artigo**	**Nome do Autor/a**	**Link para acesso**
Não encontrado artigos			
Revista de Políticas Públicas- UFMA- desde 1995			
Não encontrado.			
Revista O Social em Questão- Serviço Social PUC-Rio – desde 1997			
Edição/Ano	**Título do Artigo**	**Nome do Autor/a**	**Link para acesso**
Ano VII, N. 9, Primeiro semestre de 2003 * a última edição foi a n. 48 de 2020.	Marx seria pós-moderno? "Polêmicas" em torno das representações sociais.	Marilena Jamur	http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v7n09a04.pdf
Revista Textos & Contextos- Porto Alegre- PUC-RS – desde 2002			
v.14, n. 1, p. 32-48, jan./jun.2015	Trabajo Social y Campo Posmoderno: critica de sus proposiciones en torno a la intervención profesional	SERGIO DANIEL GIANNA	https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/19956/13307
Revista Serviço Social e Sociedade- Editora Cortez – online desde 2010			
Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015	Expressões do conservadorismo na formação profissional	Ivanete Boschetti	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xv3Lm3vQmxLmWNTmbpmBzNt/?format=pdf&lang=pt

Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jl/set. 2012	Crise do capital e consequências societárias	José Paulo Netto	SciELO - Brasil - Crise do capital e consequências societárias Crise do capital e consequências societárias
Revista Katálysis- desde 1997- UFSC			
Não encontrado			
Revista Em Pauta – UERJ - 2007			
EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 99 - 125	Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate.	José Fernando Siqueira da Silva	https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/18624/13594
A2			
Revista Emancipação- UEPG – disponível no site desde 2001			
Não encontrado			
Revista Ser Social- UNB- disponível desde 1998			
Não encontrado			
Revista Serviço Social Em Revista- UEL- 2009			
serv. soc. rev., Londrina, v. 25, n.1, p. 7-28, jan./jun. 2022	A presença do ecletismo no serviço social brasileiro.	Géssica Tamires da Silva Anselmo Mônica Barros da Nóbrega	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/44373/31738
Revista Sociedade em Debate-UCPel- disponível desde 1998			

Não encontrado			
Revista Temporalis- disponibilizados desde 2010			
Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun.2016	A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise	Adilson Aquino Silveira Junior	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11835/10105
Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun.2016	O projeto de formação do serviço social e as inflexões do pensamento pós-moderno	Cleomar Campos da Fonseca	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12254/10123
Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016	Pensamento pós-moderno e formação profissional em serviço social	Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo Cristiane Maria Marinho	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12313/10106
Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016	A formação em serviço social:conteúdos programáticos e suas tendências teórico-me-todológicas	Cleomar Campos da Fonseca	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14181/pdf_1
Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p.	O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao	Bismarck Oliveira da Silva	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19879/pdf

65-93, jul./dez. 2018	projeto ético-político do serviço social	Maria Tereza de Oliveira	
Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 189-206, jul./dez. 2022.	Tendências teórico-metodológicas presentes no debate do serviço social brasileiro	Carina Berta Moljo Thaíse Seixas Peixoto De Carvalho	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38131/26225
Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 237-252, jul./dez. 2022	Desafios da formação profissional em serviço social em tempos de conservadorismo reacionário	Cristiana Costa Lima	https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/39068/26197

Descritores de busca: pensamento pós-moderno, pós-modernismo, pós-modernidade, conservadorismo, fundamentos do SS.

Períodos Selecionados: específicos da área de Serviço Social, com *qualis* A1e A2

APÊNDICES

APÊNDICE II

SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

DISSERTAÇÕES E TESES

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Consulta na base de dados dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social- janeiro de 2024

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO – ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL -

Região Norte

1. UFAM (M) Serviço Social

2. UFPA (M/D) Serviço Social

3. UFT (M) Serviço Social

Região Nordeste

1.UFMA (M/D) Políticas Públicas

2. FUFPI (M/D) Políticas Públicas

3. UECE (M) Serviço Social, Trabalho e Questão Social

4. UFRN (M/D) Serviço Social

5. UERN (M) Serviço Social e Direitos Sociais

6. UFPB/JP (M) Serviço Social

7.UEPB (M) Serviço Social

8.UFPE (M/D) Serviço Social

9.UFAL (M/D) Serviço Social

10.FUFSE (M) Serviço Social

11. UFRB (M) Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios

12. UFBA (M) Serviço Social

Região Sudeste

1.UFES (M/D) Política Social

2.EMESCAM (M) Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

3.UFRJ (M/D) Serviço Social

4.UFF (M) Serviço Social e Desenvolvimento Regional

5.UFF (M/D) Política Social

6.UERJ (M/D) Serviço Social

7.PUC-RIO (M/D) Serviço Social

8.UFV (M/D) Economia Doméstica

9.UFJF (M/D) Serviço Social

10.UNESP/FR (M/D) Serviço Social

11.PUC/SP (M/D) Serviço Social

12.UNIFESP (M) Serviço Social e Políticas Sociais

Região Sul

1.UEL (M/D) Serviço Social e Política Social

2.UNIOESTE (M) Serviço Social

3.UFSC (M/D) Serviço Social

4.UFRGS (M) Política Social e Serviço Social

5.PUC/RS (M/D) Serviço Social

6.UCPEL (M/D) Política Social e Direitos Humanos

Região Centro Oeste

1.UFMT (M) Política Social

2.PUC-GOIÁS (M) Serviço Social

3.UnB (M/D) Política Social

REGIÃO NORTE

1) UFAM - POLÍTICAS PÚBLICAS

Não encontrada

2) UFPA – Serviço Social

Não encontrada

3) UFT- Serviço Social

Não encontrada

REGIÃO NORDESTE

1) UFMA - POLÍTICAS PÚBLICAS

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO
O estado pós-moderno brasileiro e as políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais: a experiência do programa bolsa família no período de 2003 a 2013.	Gomes, Andrea Lemos	Mestrado	2014

2) UFPI- POLÍTICAS PÚBLICAS

Não encontrada

3) UECE- Serviço Social, Trabalho e Questão Social

Não encontrada

4) UFRN- Serviço Social

Não encontrada

5) UERN- Serviço Social e Direitos Sociais

Não encontrada

6) UFPB

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO
A materialidade do Serviço Social frente à investida pós-moderna: uma análise a partir da produção do conhecimento.	Hadassa Nyedja Elias Duarte	Mestrado	2019
A produção de conhecimentos no serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade	SHELLEN BATISTA GALDINO	Mestrado	2016

7) UFPE- Serviço Social

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO

Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Nordeste: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas.	Cleomar Campos da Fonseca	Doutorado	2012
Pós-modernidade: mistificação e ruptura da totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo.	Adrianyce Angélica Silva de Sousa	Mestrado	2004

8) UFAL- Serviço Social

Não encontrado

9) UFS- Serviço Social

Não encontrado

10) UFRB- Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios

Não encontrado

11) UFBA- Serviço Social

Nâo encontrado

REGIÃO SUDESTE

1) UFES- Política Social

Não encontrado

2) UFRJ

Não encontrada

3) UFF- Serviço Social e Desenvolvimento Regional

Não encontrada

4) UFF- Política Social

Não encontrada

5) UERJ

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO
As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social.	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Doutorado	2013

Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno.	Mavi Rodrigues	Doutorado	2006

6) PUC-RIO- Serviço Social

Não encontrado

7) UFJF- Serviço Social

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO
A ofensiva neoconservadora no serviço social contemporâneo: recomposição de velhos dilemas	Érika Alves Martins	Mestrado	2012

Acesso somente às dissertações.

8) UNESP/FR – Serviço Social

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO
O pensamento moderno no serviço social: estudo epistêmico dos esforços de construção da especificidade profissional.	Edna Maria Donzelli Yahyabeyglu	Doutorado	2004
O pensamento pós-moderno em Foucault: aproximações e tensionamento no serviço social	Christiane Milessa Gonçalves	Mestrado	2018

Sem acesso às dissertações

9) PUC/SP- Serviço Social

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO
O conservadorismo na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política do Serviço Social.	Adriana Brito da Silva	Mestrado	2015

10) Unifesp – Serviço Social e Política Social

Não encontrada

11) EMESCAM- Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

REGIÃO SUL

1) UEL- Serviço Social e Política Social

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO
Projeto ético-político do serviço social e tendências pós-modernas : uma análise da produção dos anais do ENPESS E CBAS	Taiane Cristine de Jesus Garcia Scarparo	Mestrado	2022

2) Unioeste- Serviço Social

3)UFSC – Serviço Social

4) UFRG – Política Social e Serviço Social

5) PUC-RS- Serviço Social

6) UCPEL- Política Social e Direitos Humanos

REGIÃO CENTRO-OESTE

1) UFMT – Política Social
2) PUC- GO- Serviço Social
3) UnB- Política Social

OBS:

Lendo o resumo, sumário, introdução e capítulos do texto, selecionamos somente 5 DISSERTAÇÕES E 3 TESES:

Dissertações: Duarte (2019), Souza (2004), Galdino (2016), Gonçalves (2018) e Scarparo (2022).

Teses:

Fonseca (2012); Cantalice (2013) e Rodrigues (2006).

APÊNDICES

APÊNDICE III

SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

MATRIZ PARA GUIAR A LEITURA DOS TEXTOS SELECIONADOS PARA A PESQUISA DE PÓS-DOUTORAMENTO

Matriz para guiar a leitura dos textos selecionados para a pesquisa de pós-doutoramento

A partir da leitura dos artigos, dissertações, teses, livros e capítulo de livros que versam sobre a temática do pensamento pós-moderno e as críticas no Serviço Social brasileiro, identificamos autores/as de referência que se tornaram recorrentes na produção de conhecimento recortada.

Lendo as dissertações e teses, a partir do resumo, sumário e introdução, das (doze) 12 publicações identificadas pelos descritores, oito (oito) estavam direcionadas ao tema de forma mais direta, trazendo os pressupostos da pós-modernidade e reflexões para pensar o Serviço Social.

Assim, consideramos como material investigativo, cinco (5) dissertações e três (3) teses.

- Na área **do Serviço Social**, os textos que serão analisados são dos autores/as:

1) ***José Paulo Netto:***

NETTO, José Paulo Netto. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XVII, nº 50, abril de 1996.

_____. Crise do Capital e consequências societárias. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 111, p. 413-429, jul/set. 2012.

2) ***Josiane Santos Soares:***

SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo Cortez, 2007.

3) ***Ivete Simionatto:***

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, CFESS, 2009.

4) ***José Fernando Siqueira da Silva:***

SILVA, José Fernando Siqueira da. Sociedade do capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate. In: SILVA, José Fernando Siqueira da; GUTIÉRREZ, Teresa Del Pilar Muñoz (orgs.). Política Social e Serviço Social: Brasil e Cuba em debate. São Paulo: Veras, 2016.

_____ (orgs.). Serviço Social, Fundamentos e Tendências Teóricas: contribuições ao debate latino-americano. São Paulo: Cortez, 2022.

SILVA, José Fernando Siqueira da; MOLJO, Carina Berta. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: O Serviço Social brasileiro em debate. In: GUERRA, LEWGOY, MOLJO, SERPA, SILVA (orgs.). Campinas: Papel Social, 2018.

- Na área das **ciências sociais e humanas** os textos a serem estudados são dos autores:

1) Lyotard:

LYOTARD, J. C. A condição pós-moderna. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1979.

2) Terry Eagleton:

EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

3) Fredric Jameson:

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Ensayos sobre el pós-modernismo. Traducido por Esther Pérez, Christian Ferrer y Sonia Mazzco. Compilado por Horacio Tarcus. Ediciones Imago Mundi, Buenos Aires, 1991.

4) David Harvey:

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

5) Rouanet:

ROUANET, S. P. Mal-estar na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

6) Perry Anderson:

ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

7) Evangelista:

EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria social pós-moderna: introdução crítica. Porto Alegre: Sulinas, 2007.

8) Ellen Wood:

WOOD, Ellen Meiksin. **O que é a agenda "pós-moderna"?** In: WOOD, Ellen Meiksin; FOSTER, Jhon Belanny. EM DEFESA DA HISTÓRIA: Marxismo e Pós-modernismo. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OBS: durante o processo da pesquisa fomos incluindo a leitura de outros/as autores/as.

Momentos das sínteses

1) ***José Paulo Netto:***

NETTO, José Paulo Netto. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XVII, nº 50, abril de 1996.

_____. Crise do Capital e consequências societárias. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 111, p. 413-429, jul/set. 2012.

Texto	Como explica a pós-modernidade? Quais os principais pressupostos apresentados sobre a pós-modernidade?	Qual a bibliografia?
Texto 1) Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XVII, nº 50, abril de 1996.	*Traz como marco histórico a década de 1970 que experenciou grandes transformações societárias advindas da crise do capitalismo tardio; *Exaurimento do regime de acumulação rígido para uma acumulação flexível; *a translação da lógica o capital para todos os processos do espaço cultural: semiologização do real, o signo é o real; * O movimento pós-moderno é muito heterogêneo; * Distinção entre teorização pós-moderna de capitulação e uma de oposição (Habermas); * Do ponto de vista epistemológico e teórico, o movimento é funcional à logica cultural do estágio contemporâneo do capitalismo (Jameson); * A retórica pós-moderna é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua epidérmica imediaticidade (Eagleton); * Impacto nas esquerdas da crise do socialismo real; a ofensiva neoliberal; registro no espaço universitário da maré-montante da pós-modernidade: o racionalismo dialético é posto no mesmo nível da razão miserável positivista; o humanismo marxista é acoimado de eurocêntrico; a perspectiva de totalidade é equalizada à "vontade totalitária"; a ênfase na macroscopia social é catalogada como discurso generalizante; *Apresenta uma crítica formal às correntes marxistas: 1) uma crítica à ortodoxia dos marxistas brasileiros no SS; 2) uma crítica às lacunas existentes nos seus trabalhos; * As raízes antimodernas do conservadorismo no SS/cultura profissional: conservadorismo e proposições pós-modernas se dão as mãos. O combate e a crítica ao ideal de socialidade posto pelo programa da modernidade jogam no sentido de desqualificar a direção social que se construiu contra o conservadorismo. Investir na pós-modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo. * Recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria de totalidade;	David Harvey Connor Eagleton Jameson Lyotard Santos Habermas Hobsbawm
Texto 2) Crise do Capital e consequências societárias. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 111, p. 413-429, jul/set. 2012.	*Crise sistêmica do sistema capitalista: década de 1970 que redesenhou o perfil do capitalismo contemporâneo; revolução científica e tecnológica/informacional; transformações no mundo do trabalho. As transformações que desbordam os circuitos produtivos envolvem a totalidade social, configurando a sociedade tardo-burguesa que emerge da restauração do capital operada desde fins dos anos 1970; * Projeto neoliberal: flexibilização, desregulamentação e privatização; financeirização do capital; * Alterações profundas no plano econômico-objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ideosubjetivo do reconhecimento da pertença de classe; * Exaurimento do programa da Modernidade; Repete o que trouxe no texto de 1996.	

2) ***Josiane Santos Soares:***

SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo Cortez, 2007.

Texto	Como explica a pós-modernidade? Quais os principais pressupostos apresentados sobre a pós-modernidade?	Qual a bibliografia?
Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. *texto produzido originalmente na dissertação de mestrado (2000).	* Emergência da pós-modernidade: crise do regime de acumulação capitalista pós-guerra e seu correspondente modo de regulação; crise do capitalismo e hegemonia ideocultural da pós-modernidade (Jameson-lógica cultural do capitalismo tardio); anos 70; desregulamentação da economias e dos Estados nacionais (aumento da área de aplicação de capitais especulativos); reestruturação industrial/flexibilização (Harvey); novos padrões de regulação (neoliberalismo, acumulação flexível); crise do sindicalismo; *Hegemonia ideocultural do capitalismo tardio: reprodução do sistema de valores que legitima o capitalismo (ofensiva ideológica); reforço da cultura da crise e seus valores; *Crítica ao projeto da Modernidade. *Aproximação entre SS e pós-modernidade: conservadorismo e sincretismo como expressões de um antimodernismo; *Crítica à vertente crítico-dialética e da direção social estratégia da profissão; *Totalidade é confundida com totalitarismo e ocultamento das diferenças; satanização da totalidade e das categorias universalizantes do projeto de modernidade; a programática pós-moderna é apresentada como a saída para a falida era da Modernidade (miniracionalidades/rede de sujeitos/coletivismo da subjetividade-Santos); *Crise das metanarrativas (Lyotard); uma nova linguagem se faz necessária; abandono da totalidade e o reconhecimento da hiper-positividade da diferença (jogos da linguagem); *relativização do conhecimento (Evangelista); a realidade e seu caráter fragmentário que impede qualquer síntese ou totalização que apreenda o real; * O pós-modernismo é uma concepção histórica e não meramente estilística (Jameson); abandona a tarefa de pensar no futuro às fantasias da pura catástrofe e cataclismos inexplicáveis; *A construção teórico-metodológica da pós-modernidade emerge a partir de determinada interpretação da realidade contemporânea marcada, sim, por significativas alterações; a percepção das alterações é aparente, o que Jameson denominou de "nova falta de profundidade", presente na esfera da cultura por meio do pastiche e do ecletismo; possui um caráter conservador por afirmar a positividade do capitalismo; constituição epistemológica da sua leitura de realidade social, afastando-se de uma apreensão ontológica-social; * O conservadorismo como um componente ideoteórico de peso no SS brasileiro; * O sincretismo presente no SS; * O que particulariza o recurso à simplificação do marxismo submetido à crítica pós-moderna no SS são os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos os referenciais no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais. Os desdobramentos disso são as críticas à totalidade como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo (e consequente negação do sujeito); * Duas vias de aproximação do SS com a pós-modernidade: 1) críticas de origem conservadora que rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas; 2) aquelas críticas que, ainda reivindicando o marxismo e alguns de sus aspectos, recomenda a superação das lacunas e o aumento de sua potencialidade explicativa com os paradigmas pós-modernos.	Jameson Harvey Rouanet Santos Lyotard Evangelista Guerra Netto

3) Ivete Simionatto:

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, CFESS, 2009.

Texto	Como explica a pós-modernidade? Quais os principais pressupostos apresentados sobre a pós-modernidade?	Qual a bibliografia?
As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política.	*Crítica ao Projeto da Modernidade; crise capitalista nos anos 1960/1970; crise de paradigmas; crítica à razão moderna; * A emergência da pós-modernidade não é tão recente, mas pode ser verificada com maior intensidade a partir a metade dos anos de 1970; * Livro de Lyotard: crítica às metanarrativas; *Os elementos constitutivos do pós-moderno: uma nova falta de profundidade (Jameson); * Abordagens culturalistas e subjetivistas; crítica às perspectivas totalizantes consideradas dogmáticas e economicistas; novos sujeitos sociais; *A pós-modernidade está relacionada a um noto tipo de hegemonia ideológica no estágio do capital globalizado; * Combinação de irracionalismo e miséria da razão (Coutinho); * Os pós-modernos, além da linguagem, atribuem expressivo valor às novas tecnologias de comunicação, de disseminação do conhecimento, enquanto forças propulsoras de novos padrões culturais (Harvey); * Cultura do consumismo, do efêmero, da sociedade do descarte; * A separação entre indivíduo e classe; a substituição dos interesses universais e de classe por objetivos grupais específicos e localistas; fragmentação dos sujeitos coletivos (Jameson); o pertencimento de classe cede lugar ao individualismo, reforçando a alienação e reificação do presente; * Serviço Social: origem conservadora; * Mudanças societárias, ofensiva neoliberal; questionamento do marxismo; fortalecimento da razão instrumental e do pensamento conservador; as exigências do mercado de trabalho impõem ações e papeis profissionais cada vez mais multifacetados, voltados à eficiência técnica e à resolução imediata das problemáticas sociais; o campo da imediaticiade cotidiana; cultura profissional que reforça que na "prática a teoria é outra";	Rouanet Lyotard Anderson Jameson Coutinho Harvey

4) José Fernando Siqueira da Silva

Sociedade do capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate (2016).
Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate (2018).
Serviço Social e tendências teóricas: sentido da crítica (2022).

Texto	Como explica a pós-modernidade? Quais os principais pressupostos apresentados sobre a pós-modernidade?	Qual a bibliografia?
Texto 1: Sociedade do capital, América Latina e Serviço	Texto 1: • Tendências teórico-práticas em curso: a pós-modernidade se fez sentir a partir dos anos 70, no mesmo momento em que o receituário neoliberal se objetivou;	Netto (1996) e Netto (2012) Lyotard Foucault

Social: contribuição brasileira ao debate (2016). Texto 2: Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate (2018). Texto 3: Serviço Social e tendências teóricas: sentido da crítica (2022).	• Essa tradição propõe a "superação" das metanarrativas, das teorias sociais macroscópicas e das grandes lutas; esvazia as oposições e os conflitos nos campos político, filosófico, social e cultural-artístico; • Maneja o real por meio da especulação logicista, que retoma a fragmentação, a flexibiliação e a subjetivização da ciência, na esteira da razão subjetiva de Kant. Estimulam-se leituras fragmentadas e ecléticas do movimento do real, como "verdades", repondo uma confusão entre o real e as várias formas de pensar sobre esse real; nega-se uma lógica objetiva do próprio real, afirmando-se as "verdades", cuja gênese não está no próprio real, mas nas consciências em que produzem o conhecimento sobre ele; • Defesa de uma ciência abstrata, localista, pontual, anticlassista, sem qualquer abordagem de totalidade, fincando-se num raciocínio especulativo; • A política é tratada destacada da crítica à economia política. Texto 2: • Tendências teóricas atuais: tendências pós-modernas; • Expressão do conservadorismo; • Ampla heterogeneidade; • a) o conservadorismo dessa perspectiva não se identifica propriamente com a do cariz sistêmico; b) é uma tendência que se alimenta de diversas perspectivas irracionalistas; c) existe um eixo bem definido que sustenta essas orientações e as situam como parte a pós-modernidade; • O foco predileto é conhecido como a "metralhadora giratória" dos pós-modernos: Marx e a sua tradição; • Crítica geral à razão, à verdade, à totalidade, à continuidade histórica, ao sujeito como capaz de atuar sobre sua história, ao progresso e a qualquer orientação emancipatória e libertadora, a defesa do único, do peculiar e da subjetividade, a ênfase nos discursos e nas linguagens dos sujeitos individuais, a absoluta ausência de lutas permeadas pela classe social e a clara ênfase em identidades múltiplas que desembocam na defesa do ecletismo em nome da liberdade do indivíduo e do pluralismo, como conciliação ou convivência dos irreconciliáveis. Texto 3: • Tendências teóricas no Serviço Social na América Latina; • Tendência de orientação pós-moderna: relação com o avanço do neoliberalismo que teve suas bases esboçadas nos anos 1970; • Ampla heterogeneidade: se movimenta entre a absoluta capitulação à ordem em curso e à sua crítica e oposição; • a) o neoconservadorismo se dirige à crítica feroz à abordagem classista e à categoria da totalidade vista como totalitarismo; b) vínculo dessa tradição com a ordem tardia da acumulação capitalista; a razão moderna e suas metanarrativas são criticadas; culto logicista do momento presente (o fim de transformações universais coletivas/classistas, a ênfase em lutas por segmento, a defesa peculiar e do unico como valorização da subjetividade e da esfera individual, o privilégio dos discursos e das linguagens de sujeitos individuais e ou coletivos unificados por identidades múltiplas detentoras de verdades, de posturas ecléticas, enfatizando a liberdade do uso indiscriminado de orientações teórico-políticas diversas, sem fronteiras bem definidas, unificadas pelo pluralismo; • A proposta é escapar dos modelos, dos paradigmas considerados universais, gerais,totalitários, transitórios e insuficientes. O efêmero, o fugaz, no trato imediato da "era pós-industrial", subsidia a liberdade para pensar num contexto que mercantiliza culturas; culto ao momento presente; projetos classistas e coletivos são considerados impossíveis e idealistas. A ênfase no imediatamente posto é sustentada nos discursos sobre a realidade criadores de "verdades"; • Situam-se no campo de inspiração pós-moderna mais crítica, grupos libertários que denunciam as opressões, fazem a defesa da cultura e da tradição dos povos originários, enfatizam a luta identitária, criticam a	

	destruição ambiental. São os grupos decoloniais, descoloniais e pós-coloniais; • Traços da ampla tradição pós-moderna: o esvaziamento da luta de classes por meio de um nítido privilégio do cultural-identitário que relativiza o conhecimento e suas verdades na esteira dos discursos produzidos, como um lugar de fala em si, desclassicizado, circunscrito – no seu limite mais progressista – a uma crítica do neoliberalismo e não ao capitalismo e ao capital;	

1º momento: principais pontos que alicerçam o pensamento pós-moderno e as críticas dos/as autores do serviço social

Considerando as sínteses apresentadas identificamos ***pontos em comum*** das críticas tecidas pelos/as autores/as da área do Serviço Social:

1) **Momento histórico da crítica pós-moderna e o objeto da crítica pós-moderna:**

- Em nenhum texto há uma explicação enfática /diferenciação/conceituação sobre o que seria pós-modernismo e pós-modernidade; denominam de teorias, tendências, tradição, ideologia;
- Os/as autores/as apontam um momento histórico, político e econômico específico em que ocorreu sua ebulição: a década de 1970, momento de crise do capitalismo tardio, de mudanças no processo produtivo (acumulação flexível), revolução científica e tecnológica/informacional; de instauração do neoliberalismo; de expressões no campo cultural e ideológico (hegemonia ideocultural do capitalismo tardio);
- Assenta-se na crítica ao projeto da Modernidade: crise capitalista nos anos 1960/1970; crise de paradigmas; crítica à razão moderna; sociedade "pós-industrial";
- Tem uma ampla heterogeneidade;
- Coloca-se no campo de uma crítica frontal ao marxismo.

2) **Crítica ao universalismo e negação das metanarrativas;**

3) **Pós-modernidade, morte da classe social e defesa das identidades e diferenças;**

2º momento: apontamentos trazidos pelos/as autores/as do serviço social sobre as implicações do pensamento pós-moderno ao serviço social

A pós-modernidade como expressão do neoconservadorismo e as inflexões para o debate do Serviço Social brasileiro.

- **A partir de todo material bibliográfico levantado:**

1) ***José Paulo Netto:***

NETTO, José Paulo Netto. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XVII, nº 50, abril de 1996.

_____. Crise do Capital e consequências societárias. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 111, p. 413-429, jul/set. 2012.

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XVII, nº 50, abril de 1996.	➢ Relação entre conservadorismo e pós-modernidade: o conservadorismo e as proposições pós-modernas se dão as mãos: o combate e a crítica ao ideal de socialidade posto pelo programa da modernidade jogam claramente no sentido de desqualificar a direção social que se construiu contra o conservadorismo. Eis porque, aqui, investir na pós-modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo (p. 118); ➢ Profundas raízes antimodernas do conservadorismo do Serviço Social: Gênese e desenvolvimento do SS de origem católica foram antimodernos: a profissão nasceu e se desenvolveu como parte do programa da antimodernidade, reagindo à secularização, à laicização, à liberdade do pensamento, à autonomia individual etc.; não por acaso, a direção social estratégica dominante no seu interior vinculava-se a um projeto social e político que recusava o liberalismo e o socialismo; vinculava-se a um conservadorismo que, na perspectiva do anticapitalismo romântico, jamais colidiu com engenharias sociais "orgânicas", de caráter corporativo. Essas profundas raízes antimodernas do conservadorismo no Serviço Social tornam-no habilitado a capitalizar e a integrar, na sua luta contra os avanços profissionais, muito das concepções e proposições pós-modernas. Assim, mesmo que os defensores da pós-modernidade no Serviço Social disponham a demarcar-se nitidamente da política dos segmentos conservadores (e há, de fato, no plano ídeo-político e cultural, muitas diferenças entre eles), é fortíssima a probabilidade da sua aliança com tais segmentos (p. 118); ➢ Aliança no plano ídeo-político será viabilizada no plano da cultura profissional e, especialmente, no âmbito teórico-analítico; a recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria da totalidade etc.; vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o microssocial, no máximo as "teorias de médio alcance". As implicações, naturalmente, estendem-se ao plano operativo: o privilégio da "mudança cultural", a centralização nas singularidades, a ênfase nas especificidades, a valorização do trabalho focalizado (p. 118); ➢ Contraposição ao conservadorismo e à maré-montante pós-moderna: defesa da direção social estratégica (coragem cívica e intelectual); os segmentos que respaldam a direção social estratégica formulada podem bater-se com o conservadorismo e a ideologia pós-moderna no terreno próprio da construção de um projeto profissional compatível com aquela direção, ultrapassando neste mesmo terreno "um certo recuo". De qualquer modo, sendo prematuras antevisões do desfecho desse confronto, parece-me que os segmentos comprometidos com tal direção social estratégica acumularam forças que lhes permitem apresentar-se bem qualificados para a luta de ideias iminente ou, se se quiser, já em curso (p. 120); ➢ O confronto terá como sua referência imediata as demandas do mercado de trabalho; ➢ As respostas às demandas do mercado de trabalho colocará em questão como responde-las; numa ótica neoconservadora, que pode aliar conservadores históricos e pós-modernos, os indicadores empíricos das necessidades do mercado devem ser os determinantes da formação profissional; já a perspectiva da direção social estratégica não pode contentar-se com a sinalização do mercado de trabalho: de conectá-la à análise das tendências societárias macroscópicas e aos objetivos e valores do projeto social que privilegia; ➢ Os rebatimentos na formação profissional: 1) afunilar a graduação ou 2) manter o perfil generalista da graduação; o primeiro, além de abrir o flanco para a redução da formação profissional a um nível puramente técnico-operativo, acabará por alijar da formação os avaços teóricos e analíticos que garantem a compreensão do significa social do SS na rede das concretas relações sociais, afastando a preocupação com toda investigação que não seja "aplicada"; converterá a profissão num elenco de tecnicalidades vocacionadas para a intervenção microlocalizada (p. 125); o segundo delineia a única solução que assegura o desenvolvimento da cultura profissional num sentido congruente coma direção social estratégica, podendo assegurar a qualificação para a intervenção localizada à base de uma compreensão estrutural da problemática focalizada; noção de uma formação profissional contínua. Dois "paradigmas" de profissional: o técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresentam ou o intelectual que, com

	qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão teórico-crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada (p. 126). ➢ Vertente neoconservadora inspirada na epistemologia pós-moderna: revisão dos substratos das conquistas anticonservadoras dos anos oitenta; promoverá, por um lado, uma reentronização das práticas tradicionais, oferecendo-lhes um discurso legitimador de natureza "cultural" e, por outro, estimulará, respaldando o apelo à "sociedade civil" e à "cidadania", ações focais no marco de petições "solidárias" e de "parcerias" a todos os níveis (p. 127).

2) ***Josiane Santos Soares:***

SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo Cortez, 2007.

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo Cortez, 2007.	➢ Tendência antimoderna e sua composição sincrética que lhe é constitutiva: as relações do SS com a modernidade apresentam incompatibilidades. O Serviço Social tem "um pé" no conservadorismo antimoderno; as influências da crítica pós-moderna ao ideário da modernidade tendem a ecoar fertilmente: esse componente é o fio condutor da aproximação pós-moderna, ordenada pelo sincretismo e sua habitual ausência de reservas críticas (p. 69); ➢ Requisições do mercado de trabalho: atendimento acrítico das requisições tende a fortalecer a busca por atualização teórico-instrumental relativa aos campos de atuação do Serviço Social vistos isoladamente; em tempos de pós-modernidade são abundantes os materiais que, aprisionados pela lógica do fragmento, dão suporte a esse tipo de resposta. Tendência, na cultura profissional, das preocupações microssociais e da chamada microintervenção; ➢ Outro traço do sincretismo a ser reforçado com a pós-modernidade: as vulgarizações das teorias originais. As teorias pós-modernas são ecléticas; ➢ Rejeição do marxismo: o principal combate travado é contra a teoria social de Marx e o ponto de vista da pós-modernidade é o epistemológico: simplificação do marxismo, apontamento de suas insuficiências na atualidade; invalidação das metanarrativas; afeição pelas dimensões microssociais da realidade; o recurso à simplificação do marxismo submetido à crítica pós-moderna no serviço social são os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos os referenciais no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais. Os desdobramentos disso são as críticas à totalidade como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo (e consequente negação do sujeito); a postura epistemológica realiza uma verdadeira mutilação em seu acervo ontocategorial que passa, segundo essa visão, a ser submetido a uma necessária "reconstrução", "complementação", "reinvenção" e operações do gênero, típicos da racionalidade formal" (p. 86); a mesma conclusão e transposta para a concepção de serviço social em cuja ótica pós-moderna, ao mudar a realidade, mudam as representações "construídas" acerca do objeto profissional. Resultado disso é o reforço à singularidade e à positividade, valorizando-se o conservadorismo profissional e as intervenções no nível do fragmento, tanto de cariz relativista e irracionalista quanto epistemologista, aprisionado na lógica formal (p. 87); ➢ Aproximação pós-moderna à profissão: 1) críticas de origem conservadora que rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas; 2) críticas que, ainda reivindicando o marxismo em alguns de seus aspectos, recomendam a superação das "lacunas" e o aumento de sua potencialidade explicativa com os "paradigmas pós-modernos" (p. 87); ➢ Concepção endógena do Serviço Social: centrada na metodologia; ênfase no epistemologismo e questionamento da totalidade; autodeterminação e relacionamento assistente social e cliente; expansão do debate sobre representações sociais; ➢ Na produção teórica se fazem presentes o relativismo e o irracionalismo pós-moderno, satanizando a totalidade (generalidade do marxismo).

3) Ivete Simionatto:

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, CFESS, 2009.

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, CFESS, 2009.	➢ As tendências pós-modernas fortalecem a razão instrumental o pensamento conservador; ➢ Exercício profissional: condições de trabalho, novas demandas e respostas mobilizadas; reforço do caráter compensatório das políticas sociais que exigem papeis profissionais multifacetados, voltados à eficiência técnica e à resolução imediata das problemáticas sociais; ➢ Respalda-se em Netto reforçando a importância da compreensão da realidade a partir de um rigoroso exercício pautado pela razão crítica, de modo a captar suas diferentes dimensões, sejam elas particulares ou universais (p. 102); ➢ O SS defronta-se com duas grandes tendências: 1) vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permitem extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; 2) relacionada à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. O fortalecimento de uma ou outra dessas perspectivas depende, entre outros fatores, da qualificação teórico-metodológica e prático-operativa dos profissionais e suas opções ideo-políticas, no sentido de compreender o significado e as implicações dessas propostas para o futuro da profissão diante dos complexos desafios postos pelo século XXI (p. 102);

4) José Fernando Siqueira da Silva

Sociedade do capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate (2016).

Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate (2018).

Serviço Social e tendências teóricas: sentido da crítica (2022).

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Sociedade do capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate (2016)	➢ Pós-modernidade: reedição de leituras neoconservadoras no interior do Serviço Social. Não se trata aqui de formar um profissional técnico-operativo no seu sentido estrito, mas de valorizar a teoria, o estudo e a pesquisa a partir dos parâmetros que reedita a ciência abstrata, localista, pontual, anticlassista, sem qualquer abordagem da totalidade, estimuladora de certo tipo de crítica resignada à sociedade capitalista, estimuladora de organizações e lutas pontuais que tendem a negar "o lado mau" do capitalismo e afirmar seu "lado bom". Enfatiza-se o raciocínio especulativo orientado por teorias do conhecimento típicas da "decadência ideológica" (p. 169); nessa tendência a pesquisa e a produção do conhecimento são valorizadas para além do simples tecnicismo modernizado, mas sempre atendo à sistematização e à análise prioritária das demandas diretamente postas ao serviço social como profissão. Essa abordagem profissional é marcada por um tratamento da política destacada da crítica da economia política, com uma recorrência não poucas vezes eclética em relação ao marco teórico responsável por iluminar o trabalho profissional (p. 169);

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate (2018).	➢ Fortalecimento do neoconservadorismo: as tendências pós-modernas são expressões do conservadorismo. Tem como foco principal a crítica ao marxismo; p. 138 ➢ Crítica gera à razão, à verdade, à totalidade, à continuidade histórica, ao sujeito como capaz de atuar sobre sua história, ao progresso e a qualquer orientação emancipatória, por exemplo, objetiva-se em um privilégio pragmático do presente que enxerga a história como fatos pontuais e desconexos e o futuro como um sonho perigosamente ilusório; culto logicista do presente, o fim das transformações universais e a negação de qualquer discurso emancipatório/libertador; a defesa do único, do peculiar e da subjetividade, a ênfase nos discursos e nas linguagens dos sujeitos individuais, a absoluta ausência de lutas permeadas pela classe social e a clara ênfase em identidades múltiplas que desembocam na defesa do ecletismo em nome da liberdade do indivíduo e do "pluralismo", como conciliação ou convivência dos irreconciliáveis (p. 139).

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Serviço Social e tendências teóricas: sentido da crítica (2022).	➢ Sincretismo, ecletismo e pluralismo; ➢ Os discursos pós-modernos têm como foco central de sua abordagem o ecletismo teórico (p.77); ➢ Neoconservadorismo (crítica feroz à abordagem classista); vínculo entre pós-modernidade e capitalismo tardio (perspectiva eclética);

DISSERTAÇÕES E TESES

Dissertações:

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO
A materialidade do Serviço Social frente à investida pós-moderna: uma análise a partir da produção do conhecimento.	Hadassa Nyedja Elias Duarte	Mestrado UFPB	2019
Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão da totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo.	Adryanice Angélica Silva de Souza	Mestrado UFPE	2004
A produção de conhecimentos no serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade.	Shellen Batista Galdino	Mestrado UFPB	2016
O pensamento pós-moderno em Foucault: aproximações e tensionamento no serviço social.	Christiane Milessa Gonçalves	Mestrado Unesp/Franca SP	2018

Projeto ético-político do serviço social e tendências pós-modernas: uma análise da produção dos anais do ENPESS E CBAS	Taiane Cristine de Jesus Garcia Scarparo	Mestrado UEL-PR	2022

1) Adryanice Angélica Silva de Souza -

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão da totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo.	➢ Não traz o debate para o campo do Serviço Social

2) Shellen Batista Galdino

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
A produção de conhecimentos no serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade.	➢ Letra d, p. 76 ➢ Traz as sínteses produzidas por Santos e Cantalice: antimoderno e conservador; sincretismo e ecletismo; ➢ Influência pós-moderna no campo do saber; p. 91

3) Hadassa Nyedja Elias Duarte

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
A materialidade do Serviço Social frente à investida pós-moderna: uma análise a partir da produção do conhecimento.	➢ Parte das sínteses produzidas por Santos, Silveira Junior, Cantalice, Netto, Silva e Guerra; ➢ Repercussões na produção do conhecimento;

4) Christiane Milessa Gonçalves

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
O pensamento pós-moderno em Foucault: aproximações e tensionamento no serviço social.	➢ Traz pouca articulação com o Serviço Social; ➢ Pensamento pós-moderno e SS: ecletismo: a retomada de ideias e práticas/ações conservadoras dentro da profissão e, por conseguinte, no exercício profissional (p. 89); ➢ Faz referência a Santos;

5) Taiane Cristine de Jesus Garcia Scarparo

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Projeto ético-político do serviço social e tendências pós-modernas: uma análise da produção dos anais do ENPESS E CBAS	➢ Aborda a influência da pós-modernidade na produção do conhecimento através do identitarismo; ➢ Em nome do PEP a defesa de pautas identitárias é colocada no sentido de um antimarxismo, mesmo fazendo menção a sua presença no debate; ➢ Atrelamento ao próprio capitalismo; anulação da perspectiva de classe social; ➢ P. 134 o PEP expressa tendências pós-modernas;

Teses:

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	NÍVEL	ANO
Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Nordeste: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas.	Cleomar Campos da Fonseca	Doutorado UFPE	2012
As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social.	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Doutorado UERJ	2013
MICHEL FOUCAULT SEM ESPELHOS: um pensador proto pós-moderno.	Mavi Rodrigues	Doutorado UERJ	2006

1) Cleomar Campos da Fonseca

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Tendências da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no nordeste: mediações históricas, teóricas e ideopolíticas.	➢ Parte das discussões feitas por Santos e Simionatto; ➢ Influência na microintervenção; ➢ Influência na formação profissional; ➢ Influência na produção teórica: afirmações de Santos – retomada do conservadorismo (irracionalismo) e na apropriação epistemológica do marxismo;

2) Luciana Batista de Oliveira Cantalice

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social.	➢ Influência na produção do conhecimento; ➢ Sobre feminismo e gênero: deslocamento das lutas sociais para lutas culturais; foco na identidade e nas representações; ➢ Sobre trabalho: perda da centralidade do trabalho; sociedade pós-industrial; ➢ Sobre comunicação, redes e mediação digital: nova condição histórica; revolução informacional; conhecimento como fonte primária da riqueza; semiologização da realidade; ➢ Sobre a democracia: esvaziamento do binômio democracia-emancipação; ➢ Apesar de alguns desses trabalhos buscarem se pautar no materialismo histórico-dialético enquanto seu método de orientação e análise, o que se observa é a incorporação de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, tendo em vista que indistintamente dialogam com referenciais e elaborações diversas em torno das temáticas sem se preocupar com as diferenciações entre elas. Incorrendo na entronização do ecletismo - já presente historicamente na profissão - um dos traços do pensamento pós-moderno sobre o qual nos deteremos logo adiante (p. 161); ➢ Cabe esclarecer que nesse processo se inscrevem dois movimentos, quais sejam: a) Aquele que articula na problematização de seus objetos elementos da teoria social crítica e ao mesmo tempo elementos de outras teorias. b) E aquele que decreta a nulidade das metanarrativas e sustenta as críticas a estas equiparando, conforme Santos (2007), à totalidade ao totalitarismo, à ortodoxia ao dogmatismo e à universalidade ao estruturalismo e consequente negação do sujeito; ➢ Inflexões pós-modernas no debate sobre o método; ➢ Inflexões pós-modernas nas categorias de análise; ➢ Inflexões pós-modernas a partir da referência bibliográfica; ➢ Nessa altura cabe destacar que o Serviço Social ao incorporar essas influências pós-modernas no interior de sua produção intelectual, sejam elas conscientes ou não, tensiona a direção teórico-política crítica assumida no

	âmbito do seu projeto ético-político profissional. Desse modo, inflexionando na direção pósmoderna, ainda que de forma residual, mas, não menos preocupante, posto que já se esboça em seu interior a aproximação com esse tipo de neoconservadorismo (p. 208); ➢ Mediante o conjunto de reflexões até aqui desenvolvidas em nosso trabalho é possível inferir que a literatura do Serviço Social vista como núcleo de resistência crítica – o que vem demarcando, segundo Mota (2012), o seu protagonismo teórico-político em tempos de regressiva cultural – vem sofrendo investidas neoconservadoras (que reanimam, por sua vez, as tendências conservadoras historicamente presentes na profissão) e não sabemos os limites da tensão gerada nesse conflito, porém, o que nos é claro é a necessidade ampla de organicamente resistirmos à (re)emersão de quaisquer traços de conservadorismo ou de neoconservadorismo, e, dessa forma, reafirmarmos a postura teórico-política crítica da nossa profissão (p. 209); ➢ Se a produção do conhecimento expressa à extensão das influências e das tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social nos cabe questionar diante das inflexões pós-modernas nela como estamos procedendo em larga escala à leitura de nossos objetos de pesquisa e de intervenção e, mais, de que forma e, em que direção, encaminhamos as respectivas respostas profissionais às requisições postas no âmbito da profissão (p. 228); ➢ O que confirma a nossa hipótese inicial de que no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social é possível verificarmos a incidência de inflexões da ideologia pós-moderna e, em virtude do viés teórico-político contido nesta, o estabelecimento de uma tensão entre a direção social-estratégica assumida no cerne do projeto profissional hegemônico da categoria e as apropriações neoconservadoras presentes no conjunto desses trabalhos que analisamos (p. 229); ➢ Ecletismo e relativismo metodológico; ➢ É factível que as inflexões pós-modernas identificadas no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social (se capilarizadas) inaugurem, mesmo que ainda de forma tímida, mas não menos preocupante, o questionamento da atual direção sócio-estratégica da profissão, tanto em termos do projeto profissional de modo geral quanto no que diz respeito às perspectivas de orientação de sua instrumentalidade – que envolvem a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política, ideocultural e técnico-operativa, que imprimem a capacidade de dar respostas às demandas postas à profissão, bem como apontam a direção delas (GUERRA, 2004). P. 234

3) Mavi Rodrigues

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
MICHEL FOUCAULT SEM ESPELHOS: um pensador proto pós-moderno.	**Nâo traz a discussão sobre as implicações do pensamento de Foucault para o Serviço Social.**

PERIÓDICOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL (*Qualis* A1 e A2):

Revista	Título	Autores/as	Ano
Serviço Social e Sociedade, Londrina (PR), v. 25, n.1, p. 7-28, jan/jun 2022.	A presença do ecletismo no Serviço Social brasileiro	Géssica Tamires da Silva Anselmo e Mônica Barros de Nóbrega	2022
Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun 2016.	A cultura pós-moderna no Serviço Social em tempo de crise	Adilson Aquino Silveira Junior	2016
Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun 2016.	O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno	Cleomar Campos da Fonseca	2016
Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun 2016.	Pensamento pós-moderno e formação profissional em Serviço Social	Yashmin Michelle Ribeiro de Araújo e Cristiane Maria Marinho	2016
Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun 2016.	A formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas.	Cleomar Campos da Fonseca	2016
Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 32, jul/dez 2018.	O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao projeto ético-político do Serviço Social.	Birmarck Oliveira da Silva e Maria Tereza de Oliveira	2018

Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 44, jul/dez. 2022.	Tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social brasileiro.	Carina Berta Moljo e Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho	2022
Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 237-252, jul/dez. 2022.	Desafios da formação profissional em Serviço Social em tempos de conservadorismo reacionário.	Cristina Costa Lima	2022

1) Adilson Aquino Silveira Junior

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise	➢ Cita Santos – raízes conservadores e antimodernas no SS; encaminhamento técnico-operativa – privilégio da mudança cultural; ➢ Apresenta mais duas conexões: 1) choque da pós-modernidade com a herança teórico-metodológica de origem marxiana e engelsiana e com a tradição marxista; cita Netto (1996):ortodoxia e lacunas; ➢ A recusa do marxismo tem como contrapartida um empobrecimento da prática profissional, um retrocesso ético-político na medida em que se contrapõe às conquistas da categoria na recusa do conservadorismo; ➢ 2) Cultivo de orientações "individualizantes e despolitizantes" por tem como traço o encerramento no fragmento, nas relações microscópicas, nas singularidades, na recusa dos sujeitos classistas e suas lutas (p. 178); ➢ A infiltração do pensamento pós-moderno nas instâncias interventivas, políticas e científicas do Serviço Social tende a estorvar o movimento imbuído no rompimento com as orientações nucleares da teoria e ação conservadoras, para o qual segmentos importantes da categoria têm dedicado sua luta corporativa e sociopolítica; ➢ Essa aproximação tem duas implicações: empobrecimento teórico-metodológico e ético-político da prática profissional vinculada ao PEP; segundo, a maior imantação dos posicionamentos individualizantes e despolitizadores; estão articuladas no quadro da crise capitalista (p. 179); ➢ O corolário da influência pós-moderna é a carência dos instrumentos teóricos e analíticos para a compreensão da natureza da crise capitalista. As alternativas diante da crise são reduzidas politicamente: as relações das forças sociais, da organização política, da construção de estratégias de hegemonia, caucionadas na perspectiva de "independência de classe"; a oportunidade histórica que a crise alarga, de aprofundar a legitimidade do serviço social junto às lutas das classes subalternas, acaba por ficar comprometida se permanece aprisionada à premissas teórico-conceituais pós-modernas (sociedade pós-industrial, esvaziamento da noção de classes sociais); ➢ Os postulados pós-modernos têm, primordialmente, fornecido combustível, não para subsidiar – como requisita o PEP – o protagonismo e a auto-organização dos subalternos, mas para corroborar as estratégias de hegemonia restauradoras em face da crise, endossadas pela superestrutura da reação burguesa que parametram as políticas sociais. A influência pós-moderna se dá através da ação político-pedagógica e na produção teórica (p. 181);

	➢ A crítica ao pensamento pós-moderno permanece como tarefa histórica candente e atual; ainda mais urgente num cenário de aprofundamento da crise capitalista e avanço da agenda restauradora;

2) Cleomar Campos da Fonseca

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
O projeto de formação do serviço social e as inflexões do pensamento pós-moderno	➢ Neoconservadorismo pós-moderno; sincretismo e ecletismo; (Netto) ➢ Retoma Simionatto (empirismo, pragmatismo, conservadorismo); ➢ Retoma Santos (2007): duas faces (irracionalismo e apropriação epistemológica);

3) Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo Cristiane Maria Marinho

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Pensamento pós-moderno e formação profissional em serviço social	➢ Retoma Santos (2007) - ofensiva neoconservadora pós-moderna; ➢ Duas críticas ao marxismo; ➢ Sincretismo e ecletismo; ➢ Rechaçar o impacto da pós-modernidade no SS: compreendendo suas teses e premissas;

4) Cleomar Campos da Fonseca

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
A formação em serviço social:conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas	➢ Atendimento direto às demandas de forma acrítica; ➢ Ênfase no saber prático; ➢ Filiação à razão instrumental; ➢ Tratamento subjetivo e superficial do real; ➢ Sincretismo e ecletismo; ➢ Importância do pensamento crítico;

5) Bismarck Oliveira da Silva e Maria Tereza de Oliveira

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?

O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao projeto ético-político do serviço social	➢ Influência no campo dos novos movimentos sociais; neoconservadorismo; ➢ Nâo reconhecimento sócio-histórico das lutas coletivas; aclassismo e apolítico; ➢ Fortalecer a direção de rompimento com o conservadorismo e o movimento antirrevolucionário;

6) Carina Berta Moljo e Thaíse Seixas Peixoto De Carvalho

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Tendências teórico-metodológicas presentes no debate do serviço social brasileiro	➢ **Recuperam Simionatto (plano do conhecimento e do trabalho profissional;**

7) Cristiana Costa Lima

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
Desafios da formação profissional em serviço social em tempos de conservadorismo reacionário	➢ Texto de Netto de 2010; ➢ Descredibilização da vertente crítico-dialética existente no Serviço Social; ➢ O pensamento pós-moderno, ao alastrar-se nas escolas de Serviço Social e trazer consigo a reflexão imprecisa de uma realidade cada vez mais complexa, e que exige pesquisa e elaboração cada vez mais precisas do tempo presente, contribui fortemente para a ascensão de um profissional de perspectiva imediatista, desconectado do universal, arredio à análise econômica de maior profundidade, preso à epiderme das origens das expressões da questão social, mas distante de sua investigação mais universal, totalizante, que exige elaborações mais complexificadas e desprovidas da influência do espírito do tempo que impõe uma perspectiva de abandono das utopias, sobretudo se vinculadas a um projeto de transformação da realidade que lhe é dada imediatamente (p. 248-9); ➢ Ao recusar o trabalho como componente fundante do ser social, da sociedade na qual se debruçará em seus problemas imediatos e mediatos, o profissional do Serviço Social sob a perspectiva pós-moderna incorpora, consciente ou não, uma dupla perspectiva: (i) o abandono do projeto de sociedade trazido pela classe que porta, desde 1848, o projeto iluminista deixado à margem pela classe burguesa; e (ii) as bases sob a qual se funda toda a teoria ideopolítica que dá suporte ao Projeto Ético-Político que sustenta a construção da profissão, especialmente no Brasil (p. 249);

8) Géssica Tamires da Silva Anselmo e Mônica Barros da Nóbrega

Texto	Quais as implicações destacadas sobre o pensamento pós-moderno e o Serviço Social?
A presença do ecletismo no serviço social brasileiro.	➢ Expressão do neoconservadorismo; ➢ Busca Santos (elementos antimodernos); ➢ Traz Tonet- pluralismo metodológico (uma nova versão do empirismo);